

**CAMINHOS DE
FUTURO** 
NOVOS MAPAS PARA AS
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



Workshop Pré-Colóquio

18 de Junho de 2008 |

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS
Colégio de S. Jerónimo, Universidade de Coimbra

SESSÃO I

As Ciências Sociais e as Ciências Humanas: Complementaridade Necessária?

Mesa 1 | 9.15-10.45, Sala 3

Moderador: André Brito Correia

Ana Clara Matos Silva, "Ultrapassar as fronteiras do literário: o tempo futuro das Humanidades"

Partindo da comumente aceite noção de crise nas Humanidades, esta comunicação procura dar voz a uma preocupação de anos na minha prática docente e de investigação: a de articular o estudo da literatura com os estudos de cultura, reconfigurando aquilo que os fundadores dos estudos culturais propuseram nos idos anos 50 do século passado, numa prática de transdisciplinaridade.

Aquela que foi, em meu entender, uma viragem importante para a complementaridade das Ciências Sociais e Humanas que abriu perspectivas à interpretação da realidade por meio da literatura e da consideração desta como forma de expressão de estruturas de sensibilidade representativas de uma época, tem-se vindo a perder com a utilização de instrumentos de análise que têm reduzido a literatura à esfera do popular. Temos assistido também ao continuado isolamento das Ciências Humanas na sua prática académica, ancorada em práticas de análise desfasadas da realidade social em que vivemos, dentro de dogmas e de cânones que divorciaram a literatura da sociedade.

O que proponho nesta comunicação é que sejamos capazes de dar um passo em frente, de 'virar a mesa' como escreveu Robert J.C. Young em 'Dialectics of Cultural Criticism', e de construir o tempo futuro das Ciências Sociais e Humanas, ultrapassando as barreiras epistemológicas e levando a literatura para fora dos muros da academia, não deixando que cultura rime com sepultura, como Raymond Williams escrevia.

Uma das formas de reconfigurar o estudo da literatura terá de passar pela transdisciplinaridade com as Ciências Sociais, numa abertura ao mundo e às práticas culturais significativas do quotidiano. Gostaria, assim de propor que consideremos a literatura, como objecto literário e estético, produto da capacidade imaginativa

dos autores, da sua sensibilidade artística, e como uma forma de produção cultural e a analisemos em relação com as estruturas sociais e com as estruturas de poder, onde se esbatam as barreiras hegemonicamente impostas por epistemologias canónicas e onde se diluam as tensões entre o estético, o político e o ético.

ANA CLARA MATOS SILVA é Professora Auxiliar na Universidade de Évora. É Doutorada em Literatura Inglesa pela Universidade de Évora e Mestre em Literatura Inglesa pela Universidade de Lisboa.

António Jácomo, "Entre a dialética e a dialógica: O futuro das Ciências Sociais e Humanas"

O objectivo principal desta comunicação é reflectir sobre as propensões pragmáticas e/ou teóricas na definição dos objectos e métodos de investigação no sentido de desvendar "*polidependências científicas*".

Perscrutando o seu "background" metodológico, pretende-se perspectivar o seu futuro dialógico, tendo em conta as raízes da endémica separação e rivalidade.

A relação dialéctica deve-se a um pré-conceito operativo alicerçado em dois factores: consideração transversal - teórica - das Ciências Humanas; carácter eminentemente pragmático das Ciências Sociais Aplicadas.

Num segundo momento, tentar-se-á observar a diferenciação contextual que está na origem dos caminhos adversos percorridos por estes dois ramos da Ciência, fazendo definhir a interdisciplinaridade: tendência "filosófica" das Ciências Humanas; Ciências Sociais vinculadas a conceitualizações político-sociais engajadas.

O terceiro momento servirá para vislumbrar alguns dos desafios que se colocam à sua complementarização,

tendo em conta a sua viabilidade vindoura. O propósito é apontar caminhos da dialéctica à dialógica. Nesse sentido, serão lançadas para o debate algumas "perguntas chave": Que tipo de dialógica existe hoje? Qual a avaliação que se faz das FACULDADES, e INSTITUTOS, de "Ciências Sociais e Humanas"? Será necessária esta complementaridade? (não estejamos nós a partir de um pressuposto errado). Como se combate o anacronismo interpretativo que está na base da relacionamento dialéctico? No caso da complementaridade, como se solucionam os problemas adjacentes às lógicas paradigmáticas que cada vez mais invadem o campo do conhecimento?

Na conclusão será reservada para a sustentação da proposta de uma *intra*ligação que seja ao mesmo tempo *extra*ligação a todas as áreas do conhecimento. Apenas neste jogo de ambivalências se combate o *monoculturalismo do conhecimento* científico reforçando o papel das Ciências Humanas e sociais no espectro do conhecimento.

ANTONIO JÁCOMO é doutorado em Filosofia (2005) com a tese: "O EDIPO IBERISTA. A Teoria assintótica do Iberismo Filosófico". É autor de várias obras na área da interculturalidade. Neste momento encontra-se a fazer investigação de pós-doutoramento.

Lenina Soares Silva, "Lições do passado: Memórias e narrativas autobiográficas em perspectivas para o futuro"

Parte-se da proposição que cartografias do futuro poderão ser perspectivadas tendo como referente à história individual e coletiva: o passado reexaminado no presente. Nesse sentido, esta comunicação apresenta os territórios da literatura, destacando-se: o das memórias e o das narrativas autobiográficas como fontes de pesquisa para as Ciências Sociais e Humanas. Sendo assim, são comunicadas as experiências desenvolvidas em duas pesquisas, conformando-se desse modo, o suporte argumentativo. A primeira, já concluída, intitulada "Memória da formação médica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Brasil - (1956-1963)," traz para o debate as possibilidades de interpretações levantadas por meio de lembranças de alunos egressos para a discussão sobre mediação pedagógica e imagens de professores. Mostra o quanto à memória é importante para a avaliação da prática pedagógica, configurando-se como lições do passado. Essa pesquisa foi conduzida através de uma cartografia simbólica conforme as sugestões de Santos (2001), Cortesão e Stöer (2002) e Nobre (2003). A segunda, em andamento, intitulada "Itinerários sociais e singularidades da formação médica em narrativas autobiográficas", vem interpretando, utilizando também a estratégia de cartografia simbólica, a obra do médico brasileiro Pedro Nava, considerado um dos principais, memorialista do país, em particular, seus livros de Memórias. Trata-se de uma tentativa de dar visibilidade às lições para o futuro encontradas em suas narrativas, no tocante ao percurso social, cultural e profissional traçado por ele e que proporcionam a compreensão de certas invisibilidades presentes na

sociedade brasileira do século XX, que perduram no cenário brasileiro do século XXI, embora pareçam inexistentes. A análise interpretativa fundamenta-se nas proposições de uma sociologia das ausências presentes na obra de Boaventura Santos, tendo em vista que Nava cunhou em sua prática intelectual uma verdadeira ecologia de saberes e com sua escritura fez denúncias e permitiu a dilatação do presente, conduzindo o pesquisador a perceber seu pensamento disposto em uma ecologia das temporalidades, não linear, movido por um conhecimento histórico não cronológico, no entanto, lógico, movido especialmente pelo reconhecimento da fragilidade da condição humana e do papel social dos sujeitos.

LENINA SILVA é doutoranda em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Brasil. É pedagoga, especialista em Psicopedagogia e Mestre em Ciências Sociais.

Teresa Cardoso, "Mapeando rumos prioritários em didáctica de línguas: perspectivas e reflexões sobre interacção verbal"

Pretendo nesta comunicação dar conta de alguns rumos prioritários que se desenham no panorama nacional da didáctica de línguas. Com efeito, tomando como referência o mapeamento da investigação portuguesa nas últimas décadas sobre a interacção verbal em sala de aula (Cardoso, 2007), um território em expansão naquela área científica, é possível identificar três trajectórias futuras. Estas apontam para núcleos fundamentais que se perspectivam das sugestões expressas pelos autores estudados, quer ao nível da intervenção didáctica, quer no âmbito da formação de professores ou ainda de futuras investigações. São dimensões e estratégias que importa explorar e partilhar, pois permitem não só superar problemas pedagógico-didácticos, mas também sustentar práticas de ensino inovadoras.

Por outro lado, espera-se que o olhar aqui proposto possa reflectir uma matriz mais alargada, num diálogo articulado com domínios afins à didáctica, tais como, por exemplo, a sociolinguística ou as ciências da linguagem. Assim, retomo temas transversais, entre os quais, a questão das funções e do poder que os vários actores sociais, intervenientes nos diversos processos educativos, exercem. Além disso, nestas e noutras valências, integra-se a "convicção profundamente crescente da importância do papel que a linguagem desempenha na interacção pedagógica e nas relações de troca entre professores e alunos, ou seja, entre os participantes num acontecimento que é, antes de mais, comunicativo" (Pedro, 1992: 15). Convicção que acompanha, em suma, o definir de novas metas de investigação, intervenção e (in)formação, que contínuem a favorecer quer o desenvolvimento, quer a compreensão do conhecimento didáctico.

TERESA CARDOSO é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Franceses e Ingleses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia no Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa da Universidade de Aveiro. Integrou o Laboratório Aberto para a Aprendizagem de Línguas Estrangeiras e o Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores. De entre as suas áreas de interesse científico destacam-se a interacção verbal, a aprendizagem de línguas e a formação de professores, as representações das línguas, a comunicação intercultural e a competência plurilingue.

Ângelo Cardita, "O território religioso: Consequências e desafios da 'ecologia dos saberes'"

Esta comunicação pretende contribuir para o estudo dos factos religiosos, desde as consequências e os desafios inerentes a uma "ecologia dos saberes". A metáfora territorial pode induzir diversos paradigmas, visando o religioso como algo a "conquistar" ou tão-só a "habitar". Se as teologias tendem a falar do religioso como sua casa própria, desenvolvendo aproximações desde pontos de vista internos às próprias religiões, as ciências humanas e sociais constituem-se precisamente como metodologias científicas a partir do pressuposto da imparcialidade externa, único a possibilitar a "conquista" do religioso como facto social e cultural. No entanto, os territórios conquistam-se para habitar: entre o "habitar" teológico e a "conquista" sócio-anropológica, cuja contraposição indicia já uma ruptura epistemológica a reclamar reflexão detida, dá-se na verdade uma dialéctica capaz de articular a compreensão interna com a explicação externa, confluindo num paradigma "ecológico" de interconhecimento, de redefinição das fronteiras dos

saberes e, portanto, das suas relações. Mas a metáfora territorial obriga ainda à concreção, à delimitação. Trata-se também, portanto, de diagnosticar a situação respeitante ao estudo crítico do religioso e das religiões no contexto português. Neste sentido, serão tidos em conta autores, obras e perspectivas que ajudem a dar uma panorâmica geral e efectiva do estado da questão em Portugal, também como forma de confirmação epistemológica da pertinência da dialéctica entre a "habitação" e a "conquista" do território religioso. Para relançar a problemática, assumindo os resultados postos em realce e abrindo perspectivas analíticas e hermenêuticas, tomaremos como exemplo um facto religioso de considerável importância: o rito. Desde aqui, ilustrar-se-ão as consequências e os desafios para o estudo sócio-anropológico do território religioso, em geral, numa "ecologia dos saberes". No rito, o saber conjuga-se com o fazer, a crença com o conhecimento, a "habitação" da religião com a "conquista" do religioso. O rito realiza assim, pragmática e existencialmente, aquilo que a ecologia dos saberes visa epistemologicamente. Mas o quanto esta poderá aprender daquele depende ainda da própria prática "ecológica" dos saberes críticos em torno dos factos religiosos.

ÂNGELO CARDITA é doutorado em Teologia. É Professor Convidado no Instituto Superior de Liturgia de Barcelona, membro do Grupo de Investigação "Linguagem, Interpretação e Filosofia" (LIF) do Centro de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, membro da Associação Italiana de Professores de Liturgia (APL) e da Associação Teológica Europeia (ET).

Mesa 2 | 11.00-12.30, Sala 3

Moderadora: Mónica Lopes

Cláudia Pozzi, "O direito de família e seus outros-mares: Fragmentos, rupturas e transdisciplinaridades das famílias na actual justiça brasileira"

Para o direito, tratar doutros campos científicos é assunto exótico, preambular aos cursos e logo esmaecido no evoluer da dogmática refractária que os reduz a disciplinas dispensáveis à lógica jurídica tradicional. A contextualização histórica, económica, sociológica e antropológica das relações jurídicas é exógena à racionalidade segmentada, longínqua da dinâmica do direito. No âmbito do direito de família

essa forma de pensar transparece na apreensão categorizada das relações afectivas como família-tipo, modelo naturalizado e universal que traduz a diversidade pela redução e/ou exclusão frente ao juridicamente positivado. Em dissonância com as transformações da família nas últimas décadas, que têm por registro práticas sociais de recomposição familiar, famílias estendidas entre gerações e entre amigos, simultâneas, de facto, homoconjugalidades, transexualidades, monoparentalidades, pluriparentalidades, circulação de crianças, posses de estado filial, adopções de facto; o direito ressentido dessa insularidade avessa ao transdisciplinar e à vida familiar como espaço poroso entremeado por variadas

formas de convivência. Tornam-se cada vez mais presentes nos textos jurídicos, temas como família e afecto, família e solidariedade, família e heterogeneidade, família e a ética do cuidar, família e famílias, que colocam em questão a validade do saber neutro e fragmentado. Discutir a conectividade e a complexidade no direito, importa em estender ao mundo jurídico dimensões dessas práticas que fluem entre campos do saber e permitem o repensar da ductilidade dos fundamentos da norma que modela a família, como nuclear, heterossexual, monogâmica e consanguínea. Tomando por cenário recentes decisões da Justiça brasileira sobre a família, sob o recorte da confluência de saberes (direito, sociologia, antropologia e teorias feministas) na solução de conflitos e reconhecimento de novos direitos e vivências, pretende-se verificar em que medida há tendência do campo em interiorizar elementos exteriores e naturalizá-los no âmbito da lógica heteronormativa; ou em dar visibilidade à interdependência complementar entre esses campos de conhecimento enquanto desafios que se impõem ao intérprete do direito na contemporaneidade: de quem parte de um todo articulado e cognoscível às incertezas e estranhamentos dos outros-mares, sem descartá-los de antemão como alteridades encantadoras porém descontínuas e destituídas de relevância.

CLÁUDIA POZZI é Advogada e Professora de Direito Civil. É aluna do Programa de Doutorado "Direito, Justiça e Cidadania no Séc. XXI" das Faculdades de Economia e de Direito da Universidade de Coimbra. É Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Roberto Mubarac Sobrinho, "Metodologias de investigação com crianças: Outros mapas, novos territórios para a infância"

O objetivo deste texto é fazer uma reflexão acerca dos outros mapas e dos novos territórios que estão se sedimentando em relação às crianças e suas infâncias e evidenciar a necessidade de serem consolidados espaços em que elas sejam protagonistas nas transformações das formas de entendimento da realidade. Isto implica numa efetiva participação e se torna lócus privilegiado para a construção das suas culturas infantis, o que, sem sombra de dúvidas, requer a emergência de um campo metodológico que possa abrir caminhos para que o testemunho das crianças seja reconhecido como fonte de verdade e suas vozes sejam ouvidas e escutadas para a redefinição de uma sociedade com elas e para elas.

As crianças desde o limiar das sociedades, foram "objetos" nas mãos dos adultos que impuseram padrões e concepções de vida para elas a partir da delimitação de modelos que abarcaram desde a forma de se vestir até o jeito como as crianças tinham que se comportar diante da sociedade. A visão "adultocêntrica" prevaleceu hegemônica até bem pouco tempo e como um fantasma, ainda atormenta a

possibilidade de dar visibilidade ao mundo infantil a partir da visão das próprias crianças. E neste sentido, que o texto é convite a nos aprofundarmos nos debates e a enfrentarmos os novos desafios que estão postos no panorama social da atualidade.

Diante de tantas questões e inúmeras dúvidas, algumas certezas nos são muito presentes. Não conseguiremos efetivar esse caminho de forma fácil e imediata, mas certamente com a união de esforços e a combinação da vontade política de construir novos territórios para as infâncias, onde as peças desse mosaico - às vezes obscurecidas -irão sendo montadas nos fornecendo subsídios para lutarmos por uma sociedade mais justa onde as crianças sejam cidadãs de direitos plenos e participantes nas decisões políticas e públicas em nossos contextos sociais. Talvez essa seja a grande "utopia realizável" que representa o nosso maior desafio.

ROBERTO MUBARAC SOBRINHO é Professor da Universidade do Estado do Amazonas com Mestrado em Educação na linha de Políticas Públicas, e Doutorando em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente faz estágio de doutoramento no Instituto de Estudos da Criança na Universidade do Minho com Bolsa do Governo Federal do Brasil.

Ângela Coutinho, "O estudo das relações socioeducativas dos bebês em creche: O diálogo entre as ciências humanas e sociais como condição necessária"

A proposta desta comunicação é discutir a interface da educação com campos de conhecimento das ciências sociais, nomeadamente a sociologia da infância e a antropologia, no estudo das crianças e das infâncias em contextos educativos. Nesse sentido toma por base uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento que busca conhecer as relações socioeducativas dos bebês em creche. A idéia central que orienta o estudo foca a criança como ator social e a infância como construção histórica e cultural, o que convoca uma perspectiva dialógica entre disciplinas dos campos de conhecimento das ciências humanas e sociais. Nessa perspectiva, intenciona-se comunicar as questões que movem a busca pelas contribuições da sociologia da infância e da antropologia ao estudo das relações de pares entre os bebês, buscando dar visibilidade aos pressupostos que contribuem ao estudo das culturas da infância e suas possibilidades ao se tratar de uma investigação com crianças bem pequenas. Dentre os pressupostos a serem abordados está a idéia de que a infância deve ser estudada a partir de si própria. Tratando-se de bebês há questões importantes a serem debatidas em torno da escolha de instrumentos de colecta de dados e o trato dispensado aos dados coletados. Isso porque, ao buscar superar a ideia de negatividade ou falta atribuída a infância, a legitimidade da competência social dos bebês passa pela descortinamento de seus modos de ser e estar no mundo. Essa competência atribuída às crianças bem pequenas nos remete a consideração que as crianças produzem culturas e o fazem de modo singular, não

limitando-se a imitação ou a reprodução, é fato que o fazem na relação com as culturas sociais adultas, mas imprimem marcas que revelam características deste tempo de vida. Investigar a produção cultural dos bebês a partir de uma abordagem que conjuga campos de conhecimento diversificados, que são convocados conjuntamente pelas perspectivas teórico-metodológicas que adotam, parece-nos uma possibilidade de ampliação da análise e produção de conhecimento, mas coloca questões epistemológicas que exigem espaços de debate.

ÂNGELA COUTINHO é Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil, e mestre em Educação e Infância. É Doutoranda em Estudos da Criança, na área da Sociologia da Infância na Universidade do Minho. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Pequena Infância da Universidade Federal de Santa Catarina e do Centro de Investigação para a Promoção da Literacia e Bem-estar das Crianças da Universidade do Minho. Professora no curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Itajaí - Santa Catarina.

Teresa Cansado, "Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social"

A presente proposta insere-se na Tese de Doutoramento em Sociologia, pela Universidade de Évora. A tese aborda o tema da institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental, tendo como objectivo principal compreender as estratégias que as Instituições têm no processo de Acolhimento.

Actualmente assiste-se a uma mudança de modelos teórico - metodológicos, sobretudo no que respeita a metodologias de intervenção baseadas no princípio da

institucionalização, considerando-se que o apoio à família maltratante pode ser uma abordagem positiva para a superação das situações de maus-tratos infantis.

O Estado e a Sociedade têm conjugado alguns esforços no sentido de potencializar uma política integrada e eficiente de protecção das crianças e jovens em risco, cuja intervenção do Estado seja mínima na esfera da autonomia e autodeterminação dos destinatários de forma a promover a inserção destes num processo de reconhecimento da cidadania.

Por tudo isto, cabe à Instituição a responsabilidade, a partir do Acolhimento destas crianças, atenuar a ruptura familiar e proporcionar um conjunto de novas aprendizagens e experiências. Uma dessas novas experiências é, muitas das vezes, o ingresso ou o reingresso no sistema educativo. A criança tem que aprender novas regras, frequentar uma nova escola, fazer novos amigos, ou seja, ser incluída num novo meio social.

O estudo desta problemática poderá trazer novos elementos para a discussão de formas mais articuladas de actuação; poderá tornar prioritário a diminuição do tempo de acolhimento para estas crianças ou jovens; poderá incentivar à revisão das actuais políticas sociais em matéria de infância e juventude; poderá oferecer novas estratégias às Instituições para lidarem com a problemática da Desinstitucionalização.

Nesta proposta procurar-se-á apresentar o esqueleto da Tese, que tem como objectivo inicial promover a investigação numa área tão abrangente e ao mesmo tempo tão complexa como é o social.

TERESA CANSADO é Mestre em Sociologia pela Universidade de Évora na especialização de "Família e População Utente".

SESSÃO II

Teorias e Metodologias de Investigação e de Intervenção: Analisar para Transformar?

Mesa 1 | 15.45-17.15, Sala 3

Moderador: António Casimiro Ferreira

Allene Lage, "Da subversão dos lugares convencionais de produção de conhecimentos à epistemologia de fronteira: Que metodologias podemos construir com os movimentos sociais?"

A Ciência, uma criação da modernidade, foi construindo sua hegemonia como sinónimo de verdade universal, enquanto que simultaneamente difundia uma crença sobre a inquestionabilidade de seus métodos e técnicas, e de seu lugar privilegiado de produção de discurso e de verdade. Diante destes pressupostos, foi processando uma hierarquia sobre um modo, um lugar e um sujeito do conhecimento capaz de conhecer a realidade e teorizá-la. Forjou ainda a crença de que a realidade credível necessariamente passaria por suas lentes; o que não passasse seria apenas mais um discurso secundário. A retórica de seu discurso sobre o rigor de seus métodos e metodologias pretendia, antes de tudo, assegurar o distanciamento e a não contaminação com os discursos e vozes marginais. Este isolamento epistemológico resultou numa ciência arrogante e distante das principais problemáticas sociais e sem instrumentos para compreender realidades turvas. Por outro lado, fora da Ciência, as lutas sociais entraram em campo produzindo experiências de enfrentamento às desigualdades sociais, a partir de epistemologias próprias de análise e de intervenção, capazes de transformar as condições sociais de grupos subalternizados, impostas pelas concepções políticas e sociológicas dominantes. Partindo dos resultados das reflexões epistemológicas e metodológicas de uma investigação de doutoramento em sociologia, concluída em 2005 na Universidade de Coimbra, a proposta desta comunicação é discutir, à luz das experiências dos movimentos sociais - seus processos de luta e de transformação social -, e como é possível interagir, dialogar e compreendê-las sem descredibilizá-las. Para tanto, o quadro teórico da Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos, bem como sua discussão sobre Fronteiras dão

suporte central à discussão empreendida neste trabalho. As conclusões apontam para lugares e sentidos epistemológicos convencionalmente ilícitos, como lugares de produção de um pensamento alternativo crítico, capaz de ampliar a percepção teórica do que seja realidade, a partir dos discursos e práticas produzidos por grupos subalternizados, expulsos dos processos de estruturação do conhecimento científico. Por último, sugere caminhos epistemológicos que possam contribuir com produção de conhecimentos científicos-militantes, construídos nos lugares das lutas dos e com os movimentos sociais.

ALLENE LAGE é formada em Administração pelas Faculdades Integradas Anglo Americano (1993), e possui Especialização em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1997), Mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (2001). É doutorada em Sociologia do Estado do Direito e da Administração pela Universidade de Coimbra (2006), Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, *Campus Agreste*.

Pedro Geraldo, "A análise da criação dos juizes de proximidade"

O tema deste é a crítica da prática da "imaginação institucional" a partir da análise de uma política pública cujo fim é a reforma do judiciário. O papel do cientista social o concerne, uma vez que sua proposta de fundo é a intervenção na realidade. O que se discute é como o conhecimento oriundo das ciências sociais é utilizado para criar quadros compreensivos capazes de servir como bases de projetos que visam a intervir na realidade.

A partir do método de estudo de caso, analisa-se a criação dos Juizes de "Proximidade" ("Juges de Proximité") em França, após a reforma de 2002, utilizando-se os resultados preliminares da pesquisa de

campo que se constitui de entrevistas semi-diretivas de profundidade, observação participativa nas audiências e de estatísticas oficiais publicadas pelo Ministério da Justiça sobre a atividade judiciária destes. O objeto da pesquisa são os processos de integração e organização no corpo da magistratura (judiciária) de juizes que não passaram pela Escola Nacional da Magistratura. A pesquisa é realizada na região Languedoc-Roussillon em jurisdições das Cortes ("Cour d'Appel") de Montpellier e de Nîmes.

A idéia de "imaginação institucional" (UNGER) é discutida como matriz de uma perspectiva teórica que mira o intervencionismo social. Suscita-se, igualmente, a discussão francesa sobre políticas públicas que é compreendida por meio da representação dos atores (MULLER) e sua ação em particular (GAUDIN). O estudo das políticas públicas pode, pois, ser entendido como um instrumento de análise de transformações da realidade.

Demonstra-se como o referencial "proximidade" é utilizado desde a década de 80 para justificar os dispositivos de reforma do poder judiciário. Considera-se que as interações cotidianas que se desenrolam nos tribunais onde atuam provocam tensões capazes de alterar a execução do projeto. As diferenças locais e as contradições entre as finalidades da reforma e sua execução permitem demonstrar como as lógicas de sua consecução e a experiência vivida pelos atores se relacionam a processos localizados submetidos a constrições idiossincráticas. À guisa de conclusão, o trabalho apresenta os limites e as perspectivas da "imaginação institucional" como instrumento apto a fomentar reflexões que visam à transformação dos mecanismos de controle social.

PEDRO GERALDO é Doutorando no CEPEL (Centre d'Etudes Politiques de l'Europe Latine) da Faculdade de Direito da Université de Montpellier 1 - França. O Título da sua tese é "*La Justice de Proximité em France*"; é Bolsista da CAPES e Mestre pelo PPGSD (Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito) da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Brasil.

Sara Araújo, "Diversidade no campo do Direito: Entre a justiça de proximidade e a justiça de segunda. Uma discussão a partir do pluralismo jurídico moçambicano"

A concepção liberal de que «direito» é unicamente o que é criado e administrado pelo Estado é hoje percebida como mito. O pluralismo jurídico não descreve apenas um tipo de países, tendendo a estar presente em todas as sociedades, ainda que com especificidades a diversos níveis. Situando-me no contexto de África, em particular na realidade do pluralismo jurídico moçambicano, procurarei analisar o papel das instâncias comunitárias de resolução de conflitos na promoção do acesso à justiça e da cidadania, abordando especificamente o debate que se prende com os direitos das mulheres.

Ao mesmo tempo que se vêm reconhecendo, em todo o mundo, as fraquezas da justiça de cariz ocidental e a

necessidade de criar outras formas de justiça ou de valorizar as já existentes, a atenção internacional tem-se voltado para os direitos das mulheres sob a forma do discurso dos direitos humanos. Este tende a ser considerado universal e em oposição aos particularismos culturais e jurídicos. Assim, se, por um lado, as justiças comunitárias africanas, porque mais próximas dos/as cidadãos/as, mais céleres e menos dispendiosas, podem funcionar como modelos alternativos a uma justiça e a um conceito de direito de inspiração neoliberal, mostrando-se mais adequadas a contextos culturais específicos e uma referência à criação de modelos mais democráticos de justiça em todo o mundo; por outro lado, não têm ficado isentas de críticas, com académicos/as e activistas a acusarem a justiça tradicional africana de ser patriarcal e tender a reproduzir a posição subalterna das mulheres.

Este é, sem dúvida, um dos mais polémicos e complexos debates no que diz respeito ao pluralismo jurídico em África, cuja resposta passa por encontrar o complicado equilíbrio entre o direito à igualdade e o direito à diferença. Nesta comunicação, irei debruçar-me sobre o mesmo, reflectindo sobre os argumentos que têm sido lançados por vários autores à luz de um trabalho de campo desenvolvido em Moçambique no âmbito do pluralismo jurídico.

SARA ARAÚJO é licenciada em sociologia pela Universidade de Coimbra e doutoranda do Programa *Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI*. Colaborou com o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e foi membro da equipa de investigação binacional para a reforma da organização judiciária moçambicana, uma parceria entre o Centro de Estudos Sociais e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, em Moçambique. Actualmente, é investigadora do CES e desenvolve trabalho na área do pluralismo jurídico e do acesso à justiça em Portugal e em Moçambique.

Fernando Fontainha, "Transformar para analisar: O direito na perspectiva de uma sociologia de actores (interaccionismo e etnometodologia)"

O trabalho que se pretende ora construir é centrado e uma proposta de enquadramento metodológico para uma análise sociológica dos fenómenos jurídicos. Evidentemente quando tratamos de "uma" análise sociológica presumimos que a sociologia traz para o Direito diversos aportes, não se podendo, assim, falar em uma sociologia do Direito, mas em sociologias do Direito.

O trabalho propõe um olhar direccionado à uma sociologia do Direito voltada não apenas para seus atores - sobretudo aqueles socialmente autorizados como atores jurídicos, ou profissionais do Direito - mas que tenta (re)construir as problemáticas do direito contemporâneo a partir da análise de categorias como cotidiano jurídico e interação jurídica.

Os conceitos básicos a serem utilizados são os de "contabilidade social", elaborado por Harold Garfinkel, e "normas cerimoniais" elaborado por Erving Goffman.

O primeiro diz respeito à gama de informações sociais armazenadas por um ator social e sua capacidade relativa de contabilizá-las volutivamente quando (do cálculo) das ações sociais. O segundo se refere à normas formais de conduta que vinculam ator e receptor numa dialética de trocas individuais (deferência) e coletivas (comportamento).

A hipótese de trabalho é justamente uma avaliação das potencialidades deste enquadramento metodológico, focado em dois aspectos principais: a relativização do conceito de "campo jurídico" e de uma sociologia jurídica de agentes a partir da reformulação da noção de "símbolos", propondo que estes podem ser empiricamente descobertos na interação cotidiana entre os juristas; e o foco em normas de conduta de caráter não substantivo e geralmente concretizadas na interação cotidiana (ou seja, sem necessidade de preparação e de ocorrência de repetição verificável) vão permitir uma mais fácil penetração do pesquisador no universo complexo de símbolos articulados pelos juristas.

FERNANDO DE FONTAINHA é Doutorando no CEPEL (Centre d'Etudes Politiques de l'Europe Latine) da Faculdade de Direito da Université de Montpellier 1 - França e Bolsista da CAPES - Brasil. É Mestre pelo PPGSD (Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito) da Universidade Federal Fluminense - Brasil.

Rita Horta, "Os horizontes da investigação transdisciplinar"

Diferentes são as áreas profissionais que, no campo das ciências humanas, produzem conhecimentos capazes de oferecer sustentação às investigações e intervenções sociais. Concentram suas reflexões sobre a realidade social e contexto, indagando e acompanhando a dinâmica diversificada das questões sociais e culturais. Concomitante com o movimento de construção desses conhecimentos, estabeleceu-se uma divisão das disciplinas, fragmentando-os, sendo hoje questionado. O momento é de saturação deste modelo de divisão de saberes. Esse "fosso" instala-se de modo conflituoso, protagonizando, a simulada sensação de dicotomias aparentemente intransponíveis: a separação das ciências naturais e humanas, atribuindo às ciências físicas o modelo de racionalidade segura e consequentemente o distanciamento da teoria e prática, o que na redução do complexo ao simples, oculta o subjectivo, afectivo, livre e criador. Questionam-se também as visões deterministas e absolutistas da natureza, do homem, das teorias, dos valores cedendo espaços para o fim das certezas. Dispondo-nos às incertezas, a que se aprender a repensar com liberdade, o que implica acolher diversidades e abandonar o *locus* das resignadas dogmatizações; evocar posturas investigativas ampliadas, comprometidas com a capacidade de contextualizar e englobar. A pesquisa transdisciplinar vem contemplar traços daqueles questionamentos e proporcionar aberturas fecundas para as áreas das ciências humanas porque supõe níveis complexos de apreensão da realidade e pluralidade dos níveis de

consciência em relação à vida e ao mundo. Tal opção requer distinção entre teoria/método, pois a teoria tende a ser transitória e o método é a praxis fenomenal, subjectiva que permite o emprego das especiais qualidades dos sujeitos; estudos policêntricos dos fenómenos complexos, a construção de operadores cognitivos de intervenção que constroem-se no caminho da pesquisa, na inter relação sujeito/objecto, sujeito/sociedade, sujeito/sujeito, sujeito/natureza física e biológica; aceitação dos acontecimentos que escapam à regularidade, ao controle, que surpreende e altera o contexto; abertura para o campo de conflitos entre os contrários e as discordâncias; a religação conjugando a ligação entre factos, fenómenos e disposição de viver as incertezas sem oculta-las no decorrer do processo; e transdisciplinaridade. A esse conjunto, estrutura-se um exercício investigativo e metodológico, o qual confiamos o alcance de patamares de conhecimentos e praticas mais competentes e pertinentes.

RITA HORTA é doutoranda em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa, com Mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Actualmente é Docente e Coordenadora de Estágio em Educação Social e Desenvolvimento Comunitário na Escola Superior de Educação de Torres Novas.

Lúcia Fernandes, "Questionamentos do trabalho de campo: Interagindo com empresas privadas, instituições públicas e populações num complexo químico e numa área contaminada"

Através de observação participante, entrevistas, grupos focais e recolha documental em diferentes fóruns de um complexo químico do norte de Portugal e de uma área habitacional contaminada no Brasil, procuro estudar a relação dos conhecimentos tecno-científicos e locais no processo de decisão sobre a poluição química que afecta o ambiente e a saúde das populações. Pretendo discutir aqui algumas questões relacionadas à experiência do meu trabalho de campo. Em Portugal, a investigação começou num painel consultivo liderado pelas empresas, que conta com a participação de instituições públicas diversas e ONGAS. Numa segunda fase, passou por um contacto mais próximos com algumas instituições públicas, nomeadamente a universidade, o departamento de ambiente da câmara municipal e o centro de saúde. Numa terceira fase, iniciada recentemente, o contacto com as populações mais afectadas pelo problema de contaminação deu-se. Num primeiro momento, tive dificuldades em explicar o meu trabalho aos industriais, visto que não há classificação de locais contaminados em Portugal e o meu trabalho classifica este complexo químico como contaminado baseado em estudos científicos diversos e na experiência local da comunidade. Depois, o problema da intimidação que um trabalho em ciências sociais traz para as elites económicas e ao mesmo tempo a necessidade de as ter como aliadas para o desenvolvimento do trabalho foi

uma questão central. No Brasil, a investigação começou pelo contacto directo com as populações afectadas pelo problema de contaminação, ainda residentes no local, 20 anos depois de conhecido o diagnóstico de contaminação. As pessoas sentem-se como se fossem cobrais de diversos estudos tecnocientíficos, sendo os seus resultados utilizados para a resolução do problema nos centros de poder que não têm acesso ou meramente para interesses académicos. Desenvolvi contactos também com o Ministério da Saúde, causador da contaminação e instituições de saúde e meio ambiente responsáveis, o que me trouxe dificuldades, na medida que o Estado é de certa forma negligente nas acções para a resolução deste caso.

Uma outra questão sobre a qual reflecto desde agora relativamente os dois casos é em como procederei na discussão dos resultados da minha investigação com os actores.

LÚCIA FERNANDES é doutoranda em Sociologia CES/FEUC/ UC, mestre em Ciências Sociais/ Políticas do Ambiente pela Universidade de Aveiro e licenciada em Engenharia Química. Tem realizado investigação e publicado na área interdisciplinar de saúde ambiental.

Mesa 2 | 17.30-19.00, Sala 3

Moderador: Carlos Barradas

Márcio Pereira, "A pesquisa-acção como estratégia de participação e cidadania em saúde"

O projeto emancipador em saúde pressupõe duas dimensões fundamentais, o controle democrático, ou seja, um poder cidadão e a participação social. Estas dimensões estabelecem uma nova relação entre Estado e Sociedade Civil, onde no caso da saúde as ações redistributiva e universal do Estado serão viabilizadas perante o controle e participação da sociedade. Portanto, a emancipação desejada se faz na luta pela democratização do estado frente ao mercado e no fortalecimento da participação com a construção de estratégias coletivas. Neste sentido, a experiência dos conselhos de saúde no Brasil e os conselheiros com sua ação política de participação e de controle social, podem se constituir como elementos transformadores da saúde. A luta democrática se amplia com estes novos sujeitos, os conselheiros passam a ter importância social no processo de democratização das relações de poder instituídas, resignificando o papel do Estado na atenção em saúde. A sociedade se coloca em busca da definição e controle da política, até então vista como perspectiva de poucos e privilegiados nos espaços de representação tradicionais. Este trabalho visa apresentar a experiência de um projeto de pesquisa-ação que é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília juntamente com 50 conselheiros facilitadores para o poder cidadão dos conselhos na região do entorno de Brasília.

MÁRCIO FLORENTINO PEREIRA é Professor Assistente do Departamento de Saúde Coletiva e Pesquisador do Nesp/Ceam/UnB e Estagiário de Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Janeiro a Julho de 2008.

Sandra Carvalho, "Análise de redes sociais: Uma metodologia interdisciplinar"

Podemos encarar as redes sociais como arenas para o estudo dos processos sociais complexos. Qualquer que seja o campo de actividade humana coloca-se invariavelmente o problema da difusão de informação e dos canais através dos quais essa difusão/influência tem lugar.

Numa rede social, os actores podem estabelecer relações directas ou indirectas, laços mais ou menos fortes, estarem numa posição mais ou menos central (ou mais ou menos periférica), ou ainda desempenharem papéis diferenciados. As implicações destas várias possibilidades fazem-se sentir tanto ao nível do prestígio como da confiança e das relações de poder.

A Análise de Redes Sociais (ARS) pode, neste domínio, contribuir para o enriquecimento da investigação dos fenómenos na medida em que possibilita a medição sistemática do comportamento relacional dos actores, a qual é fundamental para a compreensão das interdependências e das assimetrias de poder existentes em toda a acção colectiva. A ênfase recai sobre as relações que se estabelecem entre indivíduos, instituições e/ou organizações cujos vínculos estruturam diferentes situações sociais e influenciam o fluxo de bens materiais, ideias, informações e poder.

A ARS parte da observação da existência de relações entre actores sociais procurando reconstituir o sistema de relações entre eles e descrever a sua influência sobre o comportamento dos membros. Utilizando este método podemos descrever melhor a estrutura de um sistema social uma vez que permite a passagem do nível micro para o nível macro de uma forma não reificada. Pretende-se pois contribuir para uma explicação mais fina da emergência e mudança das estruturas sociais.

Procuraremos, através de exemplos de investigação em várias áreas disciplinares e sobre temas tão variados como os movimentos sociais, relações internacionais, elites políticas e económicas, políticas públicas, organizações empresariais, classes sociais, produção de conhecimento, processos migratórios, e simplesmente uso de informações, mostrar o nosso argumento e o potencial interdisciplinar desta ferramenta.

Naturalmente, a ARS apresenta limitações. A nossa proposta vai no sentido de integrar este tipo de análise na investigação social numa perspectiva de complementaridade com outras metodologias, nomeadamente qualitativas.

SANDRA SILVA CARVALHO é licenciada em Psicologia Social e Organizacional pelo ISPA e mestre em Psicologia Social e das Organizações pelo ISCTE. Actualmente frequenta o programa doutoral em Democracia no Século XXI no CES.

Sofia Marques Silva, "Curvas e contra-curvas do método: Reflexão em torno de um estudo etnográfico numa casa da juventude"

Um estudo etnográfico realizado entre 2005 e 2007 numa Casa da Juventude tinha como objecto estratégias juvenis para o reconhecimento e a dignidade. Este estudo deu conta de um conjunto de *exuberâncias*, que resultam de efeitos de contraste e incluem múltiplas, irregulares e até conflituosas formas de expressão e de experiências juvenis. A exuberância, enquanto organizador conceptual, permitiu compreender aquilo que decorre, por um lado, de um movimento de confronto dos/as jovens com vulnerabilidades e medos, decorrentes do desinvestimento e da perda de confiança em vários mundos e, por outro lado, de um movimento de afirmação e de investimento que passa pela construção da pertença, da confiança e do reconhecimento em lugares, figuras e grupos de conforto.

Esta proposta de comunicação parte desta experiência etnográfica e pretende sobretudo dar conta de decisões e dilemas inerentes ao processo de construção do terreno e do modo como o método etnográfico ao ser accionado de uma determinada forma faz emergir dados específicos e ser mediador de conhecimentos de natureza distinta, por exemplo entre os/as jovens e a instituição. No sentido de perseguir estes objectivos faz-se uma reflexão contextualizada sobre a política do terreno subjacente ao estudo, reconhecendo-se, em

primeiro lugar, que o terreno é uma construção analítica e académica.

SOFIA MARQUES DA SILVA é docente de Sociologia da Educação e de Métodos de Investigação em Educação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da U.P. e membro efectivo do CIIE - Centro de Investigação e de Intervenção Educativas. Tem o Mestrado em Ciências da Educação e encontra-se na fase final da escrita da tese de Doutoramento em Ciências da Educação, tendo provas públicas marcadas para o início de Junho de 2008.

Janaina Amorim Carrico, "Tapete vermelho para elefante branco: O embate entre as diferenças dos alunos na Universidade"

Este trabalho refere-se à minha Tese de Doutoramento que aborda o convívio entre as diferenças dos alunos na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo/Brasil. Actualmente, grupos que outrora não tinham acesso ao Ensino Superior brasileiro têm vivenciado novas possibilidades. Um *tapete vermelho* é estendido. Almeja-se a inclusão de pessoas com deficiência e a democratização desse nível de ensino. Surgem propostas de ações afirmativas para ingresso de alunos negros e de baixa renda. Pretende-se a composição de um ambiente mais diverso, inclusivo.

Busquei, em minha pesquisa, as 'posições de sujeito' que os alunos assumem na trama das interações no Ensino Superior, a fim de contribuir com a construção de uma universidade inclusiva. Os referências teóricas fundamentais são os Estudos Culturais, Boaventura Sousa Santos e Michel de Certeau.

Esquemas bem estruturados de observação e de classificação, propostos pela ciência moderna, mostram-se incapazes de apreender as realidades cotidianas dos alunos, em todas as suas nuances e inconstâncias. O privilégio absoluto da razão, para conhecer a verdade, e a objetividade científica estão esmorecendo à medida que diferentes modos de construir conhecimentos emergem e orientam as pesquisas em Ciências Humanas. Portanto, dediquei especial atenção à criação dos instrumentos para a coleta dos dados e à forma de apresentação dos resultados e da tese.

Para realizar a coleta de dados e *fisgar* os posicionamentos dos alunos, elaborei uma atividade denominada *OFICINA*. Ao mesmo tempo, organizei um fórum de discussão com os alunos em ambiente *Web*. Almejei a criação de contextos provocativos, que oferecessem, aos estudantes, ambientes propícios a uma reflexão sobre as diferenças. Estas experiências pressupunham a possibilidade de inventividade, de criatividade e de liberdade para a expressão das mais distintas formas dos estudantes posicionarem-se frente aos desafios da convivência.

A fim de expressar a complexidade das informações obtidas, apresento os dados de forma literária, em crônicas que escrevi a partir dos resultados que obtive. O texto final do trabalho terá o formato de uma

hipermídia. Costurarei uma rede. Urdirei filamentos de diferentes naturezas em um site.

JANAINA AMORIM CARRICO é graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp - Estado de São Paulo, Brasil. Faz parte do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade/LEPED. É mestre em Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp. Frequentava o programa de Doutorado da Faculdade de Educação da Unicamp, dentro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade/LEPED.

Yván Pineda, "Ciências sociais e ciências humanas: um diálogo pendente e complementaridade necessária?"

Na investigação em desenvolvimento sobre as manifestações culturais se assume uma perspectiva etnográfica sustentada na observação participante, em técnicas de apoio em investigações de campo tais como o diário de registros e numa metodologia qualitativa na qual ressalta a entrevista não estruturada e em particular a entrevista a profundidade. O interesse do pesquisador aponta à reflexão do "afazer científico" a partir das investigações da cultura tradicional, realizadas em campo em comunidades rurais venezuelanas, trata-se de comunidades que não podem definir-se como totalmente ocidentais e nas quais os elementos da cultura popular, estão muito vinculadas com a mestiçagem, e em particular com sistemas de representação nos quais se gerou um diálogo de matrizes de racionalidade, como o descrito por Portogonçalves (2000).

Epifanias memoriais, que dado seu caráter numinoso, devem ser tratadas mediante rituais religiosos, como assinala Rodríguez (1996). Assina-se na chamada "Antropologia da Religião" e é também uma prática da chamada "Antropologia do Imaginário", uma maneira de conhecer e validar o que se denominou uma "Arqueologia do pensamento" Boza-Pineda (1989) já que "o trabalho pretende desenvolver-se não a respeito de "o que se faz" senão sobre "como se entende o que se faz", e em general, não sobre as coisas, senão a respeito da representação que estas possuem no sistema simbólico de entendimento ou Visão do Mundo".

YVÁN PINEDA doutorou-se em Ciências da Educação, em 2007, pela Universidad Pedagógica Experimental Libertador (UPEL), onde exerce funções de docência. Os seus actuais interesses de investigação são cultura popular e educação e integração de grupos culturalmente diferenciados.

SESSÃO III

Interculturalidade e Pós-Colonialismos. É possível a Igualdade na Diferença?

Mesa 1 | 9.15-10.45, Sala 4

Moderadora: Hélia Santos

Carla Águas, "A palavra de Antônio Mulato"

Antônio Mulato é um negro de 102 anos que vive no Quilombo de Mata Cavalo, uma comunidade rural situada no município de Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso, Brasil. Acorda cedo para plantar mandioca e outras culturas, e usa o dinheiro da parca reforma para pagar outros trabalhadores para ajudá-lo.

A terra, ele herdou dos seus antepassados, que, em 1883, receberam uma área de 14 mil hectares da senhora Ana Tavares. Sem descendentes, ela deixou o seu legado para os escravos - antecipando, portanto, uma liberdade que apenas seria oficializada no país em 1888.

O Quilombo de Mata Cavalo é uma hoje uma comunidade negra rural composta por mais de 400 famílias. A partir dos anos 40, seus habitantes foram expulsos para as periferias urbanas. Apenas seis famílias permaneceram no local, algumas delas a trabalhar para os latifundiários que alegavam ser os legítimos proprietários das terras. Mas, a partir dos anos 60, os membros dispersos da comunidade iniciaram um movimento de retorno ao quilombo.

Apesar de todas as pressões, lá estão os moradores de Mata Cavalo até hoje, resistindo entre grandes batalhas judiciais e a várias tentativas de expulsão, num processo que envolve procuradores, juizes, jornalistas, acadêmicos, políticos e polícias.

A trajetória de Mata Cavalo é a personificação de um problema mais amplo: séculos depois dos primeiros escravos serem levados para a América Latina, as comunidades formadas pelos negros que, de um modo ou de outro, escaparam à escravidão, continuam a precisar resistir contra ameaças externas. Por outras palavras: a eles continua sendo negado o acesso à terra.

Este é o momento histórico e o lugar de enunciação a partir do qual discursa o Sr. Antônio Mulato, cuja palavra serviu-me de suporte para reflexões, feitas à luz de conceitos tais como *tradução*, *fronteiras*,

diáspora e *identidade*. O entrevistado é portador de saberes que, fugindo do paradigma hegemónico, evidenciam a necessidade do diálogo intercultural. Além disso, seu discurso revela o duelo de forças entre a globalização neoliberal e a resistência de comunidades como Mata Cavalo, capazes de criar engenhosas estratégias para não sucumbir às pressões do *agrobusiness*.

CARLA ÁGUAS é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG-Brasil/1993) e possui dez anos de experiência em jornalismo. É Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso (MT-Brasil) e em Estudos Coloniais e Pós-Coloniais pela Universidade Independente. É Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra (CES/FEUC).

Fabrice Schurmans, "De Arendt a Sarkozy: As origens do totalitarismo (Arendt) e o Discurso de Dakar (Sarkozy)"

Se julgarmos o estado de uma sociedade à luz da relação que esta mantém com o seu passado, temos de concordar que a França da V República tem um problema com a gestão da memória do seu passado colonial. O ponto de vista oficial oscila entre a deformação dos factos e a denegação dos crimes e traduz-se numa lei (23 de Fevereiro de 2005) que pretende realçar no seu artigo 4 o papel positivo da colonização. Para mim, esta atitude, assim como a recusa de um pedido de desculpa às vítimas, revelam uma outra questão, mais essencial: o quadro epistemológico no qual se insere a maior parte dos discursos sobre África. De facto, grande parte destes manam de uma ideologia, o africanismo, que simultaneamente pretende facultar uma explicação totalizante/satisfatória e enclausura tanto o sujeito (o Africano é reduzido a algumas características essenciais) como o produtor (que não consegue extrair-

se do quadro em questão). Pretendo aqui examinar dois textos africanistas, *As Origens do Totalitarismo* (Arendt) e o *Discurso de Dakar* (Sarkozy), que com mais de cinquenta anos de distância entre si retomam os mesmos tópicos sobre a África para os transformar em veículos da ideologia africanista. Tentarei também analisar a fonte filosófica (Hegel) que irriga ambos os textos e mostrar a presença do africanismo (e por conseguinte a dificuldade em combatê-lo) no seio de uma certa sociedade ocidental. Apesar de cinquenta anos de refutação e desconstruções por parte de intelectuais e cientistas oriundos tanto do Sul como do Norte, o africanismo continua a prosperar numa multiplicidade de textos: da literatura popular à imprensa passando pelo cinema, ele reproduz-se não só pela utilização dos poucos estereótipos ao seu dispor como pela actualização sistemática da mesma estratégia discursiva. A força com a qual esta ideologia continua a se impor torna assim difícil, a meu ver, falar de uma relação de igualdade entre as partes.

FABRICE SCHURMANS é Licenciado em Filologia Românica e Artes e Ciências da Comunicação pela Universidade de Liège. Mestre em Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas pela Universidade do Porto. Doutorando em Estudos Pós-coloniais na Universidade de Coimbra (CES).

Sofia Tavares, "Representação e memória cultural: O trauma da recordação e a nostalgia da memória, lendo *Os cus de Judas* de António Lobo Antunes"

Vivemos numa sociedade que tem vindo a assumir a memória numa forma obsessiva, no que é consensualmente aceite como "Memoriais Culturais" (Cultural Memorials). Os lugares tornam-se práticas espaciais do acto de lembrar e, conseqüentemente, memória cultural. Deste modo, faz sentido a associação que é estabelecida entre memória e nostalgia e memória e ironia de forma a criar a distância necessária para que os acontecimentos históricos possam ser perspectivados de maneira anti-amnésica. A busca do tempo perdido, e a consciência deste processo como processo traumático, está presente na forma como as sociedades reinventam a sua própria identidade enquanto sociedades imaginadas. Neste sentido, far-se-á uma leitura de *Os Cús de Judas* de António Lobo Antunes procurando demonstrar a forma como a lembrança de espaços e acontecimentos coloniais se tornam virtuais e baseados na representação de memórias culturais, resultando na erosão e, em última análise, na invisibilidade da memória.

SOFIA TAVARES é Doutorada em Filologia Inglesa pela Universidade de Salamanca; Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia com um projecto intitulado: "Tempo e Memória: (Re)construção da Identidade Portuguesa e da Identidade Pós-Colonial." É Investigadora do Centro de Estudos Comparatistas da

Faculdade de Letras de Lisboa e Membro da equipa de investigação MORPHE - Memory and Forgetfulness.

Júlia Benzaquen, "As vozes-saberes do musseque do mundo: Ampliar a audição através da leitura de Luandino Vieira"

Eu, enquanto socióloga, faço, no presente trabalho, uma interpretação sociológica de um texto literário do escritor angolano José Luandino Vieira. A própria estrutura e escrita do trabalho pretende seguir uma lógica de diálogo entre a Sociologia e a Literatura, ao enfatizar uma narrativa pessoal cheia de sentidos e ações na primeira pessoa do singular, levantando alguns problemas sociológicos.

O texto se estrutura nas seguintes partes: *escrevo; vejo e leio; escuto; e sinto*. A primeira parte é uma introdução do trabalho. Explanarei o que vejo através da lente de uma bibliografia, quando proponho dois novos conceitos: "vozes-saberes" e "musseque do mundo". A voz é importante por remeter a uma ação política. Cada voz tem como base um saber. Quanto mais poder tiver esse saber num contexto, mais alta é a sua voz correspondente nessa mesma conjuntura. Os musseques são os bairros empobrecidos de Luanda. O conceito de "musseque do mundo" tenta extrapolar a realidade da periferia luandense para uma situação de periferia do mundo.

Na terceira parte, tento escutar atentamente o musseque de Luandino. A análise do texto que escuto é feita através daquilo que vi e li. Dessa maneira, a análise do texto literário é feita através do referencial teórico sociológico. Essa escuta possui três níveis: um mais superficial que é quando ouço a estória da boca de um contador; outro que exige uma interpretação política do contexto na qual o texto foi produzido e por fim uma escuta que vai além da temporalidade e da espacialidade do texto ao dar relevo às questões humanas mais abrangentes.

Concluo o trabalho sentindo que a atual polifonia exige um espaço onde a multiplicidade de formas de apreensão do real se encontre. Assim, tento nesse texto, fazer com que as vozes do musseque de Luandino sejam ouvidas e que através delas ampliemos a nossa sensibilidade de escuta e consideração das vozes-saberes do musseque do mundo.

JÚLIA BENZAQUEN fez o bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É mestre em Sociologia pela UFPE. Foi professora substituta no Centro de Educação desta mesma universidade. Está fazendo o doutoramento na Universidade de Coimbra no programa de "Pós-colonialismos e cidadania global" do Centro de Estudos Sociais.

Lola Xavier, "Sobre a polifonia cultural da língua portuguesa"

Esta comunicação centra-se no questionamento de um pós-colonialismo e de uma interculturalidade de língua

portuguesa. Partindo-se de uma breve análise crítica do conceito de cultura nos nossos dias, defenderemos uma abordagem descritiva (e não valorativa) de cultura, analisaremos o embate actual entre globalização e localização e defenderemos o conceito de transculturalidade para definir as relações culturais de hibridismo na contemporaneidade. Para isso, baseamo-nos sobretudo nas reflexões de autores como Homi Bhabha (1994 e 2006), Aijaz Ahmad (2002), Boaventura de Sousa Santos (2002 e 2006) e João Maria André (2005).

Interrogaremos, também, os moldes de um «pós-colonialismo português», a partir do peso cultural dos países de língua portuguesa na relação que estabelecem entre si. Questionaremos a possibilidade de traduzibilidade entre culturas e constataremos a polifonia cultural resultante do contacto entre forças endógenas e exógenas, ou seja, as relações de força entre o transnacional e o local, entre a cultura transnacional e a identidade nacional.

Apesar de defendermos que a ideia de unidade na cultura lusófona não passa de uma falácia, abordaremos o papel da língua portuguesa, na perspectiva de uma dialéctica proximidade/distanciamento, na tentativa de sedimentação de interculturalidade nos países onde se fala português, sobretudo Portugal, Brasil, Angola e Moçambique.

LOLA XAVIER tem uma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e um mestrado em Literatura Portuguesa; pós-graduação em Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora e doutoramento em Literatura, pela Universidade de Aveiro. É docente na Escola Superior de Educação de Coimbra, na área científica de Língua Portuguesa, desde 2000.

Mesa 2 | 11.00-12.30, Sala 4

Moderadora: Maria Lúcia Leal

Elaine Sodré, "Igualdade na diversidade, um sonho possível: O sistema educacional brasileiro"

Ousar dizer que há no Brasil traços de pós-colonialismo e interculturalidade é redundante. Pelo contrário, talvez "intercultural" seja uma síntese apropriada para definir o Brasil. Exatamente por essa dimensão, é necessário delimitar um *locus* para poder direccionar o olhar e desenvolver uma análise. Propomos que esse lugar seja a Educação.

No Brasil independente, o sistema educacional foi implantado oficialmente pela Constituição de 1824 que previa: "*A Instrução primária, é gratuita a todos os Cidadãos*", bem como a criação de "*Colégios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Bellas Letras, e Artes*" (art. 179). A lei de 15 de outubro de 1827, regulamentou as normas de ensino. O "Ato Adicional de 1834" determinou que a educação seria gerenciada pelas administrações locais.

O sistema educativo descentralizado manteve-se até as primeiras décadas do século XX. Apenas depois da 1ª Guerra Mundial começou-se a repensar a sociedade. Nesse contexto, surgiu a primeira geração de educadores (profissionais) que começariam um movimento de renovação, ou seja, é apenas no último século que se pensa a educação de múltiplas formas.

A partir da Constituição de 1889 (atualmente em vigor), a interculturalidade figura constantemente na legislação brasileira. Nas diretrizes educacionais, foram e continuam sendo editadas uma série de

determinações visando contemplar a diversidade cultural do país, numa clara tentativa de preservar e integrar as diferenças.

O primeiro passo nesse sentido foi a publicação, em 1996, da LDB (Lei de diretrizes e bases), onde se pode ler, por exemplo: "O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro..." (art. 26, § 4º). Tal disposição, muito recentemente, foi complementada através da lei 11.645 de 10 de março de 2008 que, entre outros pontos, enfatiza a importância que se deve dar a: "cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil" (§ 1º). Apresentar uma breve análise sobre essa realidade buscando enfatizar que é possível igualdade na diferença será o objetivo desta comunicação.

ELAINE SODRÉ é mestre em História pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), atualmente como bolsista Cnpq/Capes cursando o último ano do curso de Doutorado em História pela mesma Universidade brasileira e com instância de investigação na Universidad de Oviedo, Espanha.

Edileusa Nascimento, "Interculturalidade e memória coletiva dos indígenas migrantes da América Latina: imaginando a igualdade na diferença para além do pensamento abissal."

A proposta desta comunicação é dialogar sobre a realidade atual de populações indígenas migrantes em áreas urbanas à luz da proposta de Boaventura de Sousa Santos de um pensamento pós-abissal (2006). Parto da atenção às experiências dos índios Tremembé de Almofala-Ceará-CE que migraram para Fortaleza-CE e aos significados das memórias sobre sua comunidade de origem e de destino, das trocas de bens materiais e simbólicos entre estes lugares e a atualização de suas identidades. Proponho um "trabalho de tradução" destas experiências, indagando sobre as potencialidades de resistências à "produção abissal da inexistência" de índios nas áreas urbanas do Brasil e suas exclusões das políticas públicas destinadas aos parentes nas comunidades rurais que foram reconhecidas pela Fundação Nacional dos Índios (FUNAI). A relevância desta problemática em termos de interculturalidade tem relação com o expressivo crescimento, revelado nos censos demográficos de 2000, das populações migrantes autodeclaradas indígenas nas áreas urbanas da América Latina, do Caribe e dos Estados Unidos. Quais os impactos nas definições das pautas de políticas públicas nacionais e recomendações internacionais relacionadas aos direitos destas populações nas cidades de territórios submetidos aos colonialismos políticos e sociais? Quais as tensões e possibilidades de igualdade na diferença pós-colonialistas destas populações e entre elas na relação com os Estados Nacionais em contextos de "globalização hegemônica e contra-hegemônicas"? Estas indagações compartilham as preocupações acerca do desconhecimento desta realidade e a necessidade de conhecê-la, enfatizadas no informe da reunião internacional dos especialistas sobre povos indígenas urbanos e migrações, realizado no Chile, em março de 2007, e apresentado em maio de 2007 no Fórum Permanente Para Questões Indígenas, realizado em New York. Os intercâmbios e memórias destas populações indígenas migrantes nas áreas urbanas cada vez mais atravessam as fissuras do silêncio imposto pelas formas de colonialismos no passado e no presente, e seus projetos de modernização e progresso neoliberal. Estas memórias são como ramos de raízes indígenas a transitar entre suas comunidades de origem e os lugares de destino para trabalho. Podemos ver nestas experiências as sementes de "pós-colonialismos" que possam germinar no presente a promessa de igualdade na diferença pela "co-presença" intercultural nas áreas urbanas?

EDILEUSA DO NASCIMENTO é descendente dos índios Kixelô, bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, doutoranda em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Atualmente, frequenta o Programa de Doutorado em Pós-Colonialismo e Cidadania

Global do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Lino João Neves, "Desconstrução da colonialidade: Iniciativas indígenas na Amazônia"

Muito mais grave que o genocídio geral praticado na América Latina contra as populações nativas, da ocupação dos territórios indígenas e do saque aos seus recursos naturais, foi a ocupação das mentes dos povos indígenas com um pensamento reducionista, uma ocupação que provocou a subordinação dos saberes indígenas, que eliminou muitas formas distintas de produção autônoma do pensamento. Um verdadeiro epistemicídio, que resultou numa imensa perda de conhecimentos e na afirmação do mito da superioridade epistemológica do pensamento europeu, fazendo com que, por séculos, passássemos (índios e brancos) a acreditar não apenas na superioridade do pensamento europeu/cristão/moderno/científico como também na ineficácia e na invalidez dos pensamentos indígenas. Todavia, dando provas de uma resistência jamais vencida e da inquestionável força dos sistemas indígenas como sofisticados sistemas de produção de pensamento, em anos recentes os próprios povos indígenas, através de numerosas iniciativas étnicas, desencadearam um vigoroso processo de reflexão crítica não apenas sobre o mundo das relações interétnicas como também da necessidade do "mundo do branco" refletir sobre si mesmo e sobre seus objetivos e seus interesses como sociedade, ao mesmo tempo que abriram aos povos indígenas a possibilidade de eliminar a visão de um índio submetido e subalternizado. Falar do processo de colonialidade imposto na Amazônia (e por extensão na América Latina) às culturas/sociedades/povos indígenas pela colonização (hispânica e portuguesa) é falar da necessidade de superação da perspectiva colonialista de produção do conhecimento, e, assim, questionar a colonialidade em todas as suas dimensões, promovendo a desconstrução dos discursos e práticas hegemônicas. Como intelectuais acadêmicos (ou mais que isto, em si mesmo impregnado da arrogância do pensamento cientificista elitista), como atores políticos comprometidos com o destino dos povos indígenas, é necessário não mais reproduzir esta mesma colonialidade do pensamento, o que vale dizer que é chegado o momento de superar a conceitualização divisionista conhecimento científico/saberes étnicos que reafirma distâncias epistemológicas e impõe às diferentes formas de produção do conhecimento uma incomunicabilidade social historicamente construída pela colonização. Esta Comunicação pretende fazer uma análise crítica da história civilizacional (ou des-civilizacional) na Amazônia a partir da colonização européia imposta aos povos indígenas.

LINO JOÃO NEVES vem atuando, desde 1979, junto aos povos indígenas na Amazônia brasileira, tendo as questões de garantia dos direitos territoriais e o reconhecimento das terras indígenas como foco central de atuação. Tem Pós-Graduação *Latu Senso* em

Antropologia Social, pela Universidade Federal do Paraná, e o título de Especialista em Antropologia Social; e Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Mestre em Antropologia Social e professor da Universidade Federal do Amazonas.

Eduarne de Juan, "Sobre a figura do antropólogo viajante"

Bajo la perspectiva de la antropología clásica para realizar un trabajo etnográfico se considera indispensable viajar a lugares cultural y geográficamente distantes, con la idea de encontrar culturas "puras" o "genuinas", por lo tanto, en este contexto cuanto más lejano y remoto sea el lugar al cual el antropólogo se desplaza, su investigación será de mayor interés. Así, en relación a la figura del antropólogo viajante o explorador se construye una especie de mito romántico, en cambio, el nativo, se representa localizado o territorializado en un lugar concreto, apegado a un espacio geográfico e incapaz de escapar de él.

En palabras de Appadurai esto entraña la encarcelación del nativo, delimitándolo a un espacio concreto, preso de su cultura. El encarcelamiento físico o geográfico de los nativos, según indica Appadurai, se transfiere en el encarcelamiento de su cultura, en el encarcelamiento de su modo de pensar, sentir y actuar.

En este aspecto, Abu-Lughod, se ubica en la misma línea que Appadurai y en *Writing Against Culture*, cuestiona la operatividad científica del concepto de cultura, afirmando que la idea de cultura sirve para encarcelar a los otros. Es más, critica la instrumentalización del concepto de cultura por parte de Occidente ya que, al marcar diferencias, crea separaciones e intrínsecamente acarrea la construcción de una diferenciación esencialmente jerárquica, en la que Occidente surge como dominador. La autora, trata de reconsiderar el valor del concepto de la cultura y para eso, a pesar de mostrarse contradictorio, escribe rechazando la cultura como dice el título de su artículo. Cabe aquí acentuar que Abu-Lughod, rehúsa la cultura en el sentido de la actividad del poder que ejerce Occidente sobre su objeto de estudio no-occidental, que, como hemos dicho, hace que Occidente aparezca como dominante.

Según la autora, esta jerarquía crea una separación entre Occidente y no-Occidente, representada al unísono, bajo la figura del antropólogo viajante y su objeto de estudio encarcelado. Por ello, considera indispensable escribir oponiéndose a la cultura, porque sólo de esa forma se puede anular la distancia construida entre Occidente y no-Occidente.

EDURNE DE JUAN é licenciada em Sociologia pela U.P.V (Universidad Pública Vasca) e doutoranda em Antropologia pela Universidad de Salamanca (Espanha). Colaboradora de C.R.I.A (Universidad Nova de Lisboa) com o seu projecto de tese que versa sobre o discurso do rap e o jogo identitário dos jovens na Cova da Moura em Lisboa. Membro do grupo de investigação "Análisis

antropológico de la cultura en acción de los nuevos movimientos sociales" na Universidad de la Coruña.

Joaquim Valentim e Maria Ferro, "Identities e representações sociais: O caso dos estudantes universitários da Comunidade de Países de Língua Portuguesa em Coimbra"

Abordaremos neste trabalho as dimensões psicossociais da cooperação entre Portugal e as suas ex-colónias. Propomo-nos questionar determinantes dessas dimensões, precisamente no que se refere ao respeito (ou à sua ausência) pelas idiosincrasias das nações que se reconstruíam como novos países. Este questionamento focaliza as circunstâncias em que os indivíduos e os grupos se definem a si próprios e são definidos pelos outros, com base na "raça", na etnicidade, na religião, na língua, na cultura ou na história.

Poderemos referir-nos a formas de imposição de modelos (culturais, científicos, relacionais, identitários) ou, pelo contrário, ter-se-á dado uma profícua integração de diferenças culturais que tenha assegurado as condições efectivas de diálogo e envolvimento político de todos? Adentro dos trabalhos das ciências sociais e humanas, estarão estes cidadãos a ser tomados como "objectos de estudo" à luz dos referenciais europeus hegemónicos? Mitos identitários ou representações sociais sobre a identidade lusófona encontram-se em funcionamento entre estudantes da Universidade de Coimbra? Se sim, quais os seus contornos e ancoragens sociais e psicossociais?

Propomo-nos também estabelecer pistas para um diálogo entre programas de pesquisas que se caracterizam por modos diferentes de abordar uma mesma problemática. Concretamente, dois conjuntos de estudos empíricos realizados em diferentes momentos (1998-2000 e 2005-2007), com abordagens teóricas e com metodologias diferentes. O primeiro, centrou-se no estudo das representações sociais e atitudes recíprocas entre estudantes portugueses e africanos da Universidade de Coimbra, através da análise de dados obtidos por questionário. O segundo conjunto de estudos passou pela recolha de histórias de vida ou narrativas pessoais de estudantes da Universidade de Coimbra que, oriundos dos diversos países de língua portuguesa, se dispuseram colaborar na investigação acerca das suas condições de vida, integração e construção da identidade, adentro de uma realidade teoricamente similar à de origem e, experimentalmente, assumida como bastante distinta.

Ao contrário da conhecida oposição entre estas duas vias ("quantitativa"/"qualitativa") procuraremos explorar a complementaridade desses resultados, as pontes possíveis entre esses dois modos de abordar o problema; aquilo que se ilumina e obscurece de cada um dos lados. Propomo-nos, também a este nível, reanalisar a possibilidade de experimentar a igualdade na diferença.

JOAQUIM VALENTIM é Doutorado em Psicologia Social pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (2004); *European PhD on Social Representations and Communication* (Univ. de Roma 'La Sapienza'; Univ. de Helsínquia; ISCTE) (2004). É Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

MARIA FERRO está a terminar a redacção da Dissertação de Doutoramento em Psicologia - área de

Aconselhamento, pela FPCEUC - trabalho de investigação "Das Narrativas de Estudantes da Cooperação a um Modelo Multicultural de Aconselhamento". É docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Mesa 3 | 14.00-15.30, Sala 4

Moderador: Pedro Góis

Carlos Barbosa, "Falar através do ritmo e poesia: Os filhos de cabo-verdianos em Portugal"

No quotidiano de muitos descendentes de imigrantes cabo-verdianos, inevitavelmente, depara-se com a riqueza e a criatividade cultural, que lançam novos olhares sobre a juventude no âmbito dos bairros relegados. Esses olhares manifestam uma acção afirmativa que exprime representações, pertenças e modos de interacção e de participação, sem perder um espírito crítico em relação a situações de discriminação, segregação e repressão.

Há uma contextualização das vidas, das histórias, das experiências dos adolescentes nos bairros relegados, em que as suas populações são discriminadas e excluídas, e muitas vezes lhes são abafados os sonhos, os projectos e os desejos. É através do rap que esses jovens vão encontrar um espaço de oportunidade para enfrentar todas as estruturas dualistas que questionam a sua participação na sociedade, a pertença a liberdade e a dignidade que muitas vezes lhes são negados. Com efeito, a música exerce um papel fundamental como força aliada aos processos de luta rumo à emancipação e à cidadania. Por outro lado, representa a conexão entre as comunidades africanas na diáspora e a reportação à ancestralidade africana.

Procurarei enfatizar a cultura hip-hop como um movimento juvenil que tem afigurado não meramente como um modo de lazer, mas sobretudo representa formas de manifestação, de luta e de resistência. Por sua vez, o rap, para além de representar uma ideia de pertença ao espaço global (Fradique, 2003), está também associada à representação da identidade de grupo e de solidariedade, servindo-se muitas vezes da rua como palco de manifestação.

A releitura e descrição da produção dos discursos no contexto do hip-hop em Portugal permitirão uma melhor compreensão das representações dos filhos de imigrantes enquanto actores sociais activos em espaços de transculturalidade, bem como das relações

performativas perante o confronto das linhas de fronteira.

CARLOS BARBOSA é Doutorando, CES/FEUC, no programa "Pós-colonialismos e Cidadania Global" e Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Clara Lourenço, "Testemunhos autobiográficos de emigrantes: Para uma nova gramática da portugalidade"

Apesar do reconhecimento da diversidade cultural inerente às sociedades pós-coloniais, muitos discursos sobre a actualidade trazem implícita a preocupação com o perigo da homogeneização cultural e da erosão das culturas singulares. Se outrora a distância protegia da influência dos estrangeiros, movimentos de diáspora de origem diversa generalizaram-se ao longo das últimas décadas contribuindo para a intensificação dos contactos directos e ou virtuais entre comunidades culturais distanciadas. Tal facto põe em causa o equilíbrio das estruturas em que assentava a identidade cultural fazendo aparecer reacções que vão da idealização do outro ao seu aniquilamento, passando pela redução estereotipada de uma cultura através da identificação com uma manifestação cultural específica que leva ora à atracção exótica ora ao repúdio e xenofobia.

Além destes problemas comuns a todas as sociedades, a sociedade portuguesa enfrenta actualmente problemas de integração de imigrantes de origens culturais muito diversas. Perante a percepção desta heterogeneidade torna-se cada vez mais premente uma reflexão capaz de integrar a produção científica desenvolvida no seio das diversas Ciências Sociais e Humanas sobre as questões da cultura e da identidade com vista à equação de modos de agir em conformidade com os interesses da sociedade e dos grupos que a constituem. Tal não poderá acontecer sem o reconhecimento de que toda a reflexão sobre

a(s) cultura(s) tem implícitas as questões da igualdade e da diferença e, conseqüentemente, estratégias de valorização e hierarquização, logo de poder. Porém, tendo em conta que Portugal é tradicionalmente um país de emigração, é minha convicção de que essa reflexão terá que integrar a experiência dos homens e das mulheres que aprenderam na diáspora a conjugar a portugalidade com a diversidade dos povos e das nações onde foram construindo outros modos de ser portugueses.

É nessa perspectiva que se propõe uma abordagem dos textos autobiográficos, escritos por emigrantes portugueses, inscrevendo-os numa linha de análise próxima do "testimoniário" latino-americano, e que são verdadeiros mananciais de reflexão sobre a identidade e a alteridade ancorada na experiência de vida e na dor originada pelo sentimento de perda sintetizado neste verso de José Brites: "A diáspora é o espaço onde se tem tudo o que não se tem".

CLARA LOURENÇO é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Português - Francês) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É Mestre em Ciências da Educação (Psicologia Educacional) pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e está actualmente a desenvolver um projecto de doutoramento sobre autobiografias de mulheres portuguesas emigrantes em França e no Canadá (Québec). É Professora Titular do Ensino Secundário e lecciona na Escola Secundária Quinta das Flores, em Coimbra.

Isabel Tomás, "Imigração na sociedade portuguesa, estudo de caso"

A imigração assume grande importância na sociedade portuguesa. Até meados dos anos 80, o referido fenómeno, estava relacionado com o pós-colonialismo, mas actualmente adquiriu uma dinâmica própria e inesperada, relacionada com o processo de globalização. A intensidade e o ritmo com que se diversificou, bem como o impacto que teve nos diversos domínios da sociedade, atribuem-lhe um relevo que não passa despercebido ao cidadão, às instituições privadas lucrativas, às instituições públicas, às instituições privadas não lucrativas e à comunidade científica. Este fenómeno encontra-se disseminado por todo o país, ao passo que outrora estava concentrado nos grandes centros urbanos. Ou seja: o fenómeno da imigração dispersou-se ao longo de Portugal, tornando-se um fenómeno recente para alguns locais do país. Todavia, ainda continua a existir uma forte concentração de imigrantes nos grandes centros urbanos, sobretudo, na Área Metropolitana de Lisboa. Esta concentração está muito relacionada com a procura de mercados de trabalho.

Independentemente da sua origem e do seu local de fixação, os imigrantes residentes em Portugal enfrentam barreiras a nível legal e sociocultural que dificultam a sua integração. Por conseguinte, este fenómeno deu origem a um conjunto de políticas de integração de imigrantes, bem como a um conjunto de

estratégias de intervenção social desenvolvidas por diferentes actores neste âmbito.

Esta realidade está muito presente município do Seixal local, pois encontram-se fixadas neste município pessoas oriundas dos quatro cantos do mundo. Estes cidadãos, por sua vez, desenvolvem um conjunto de acções que têm como finalidade a sua integração no local e no país como a constituição de associações.

Para além das associações de imigrantes, existe um vasto leque de IPSS's a intervir junto das populações imigrantes sobretudo no âmbito da acção social. Estas entidades são compostas por valências que promovem a inclusão social dos imigrantes e visam o diálogo intercultural.

Por outro lado, o movimento associativo não desenvolve as suas acções isoladamente, mas trabalha em parceria com outros actores locais de que se destaca poder local que tem vindo a desenvolver um conjunto de acções programas e projectos que visam a integração dos imigrantes, bem como a promoção do diálogo intercultural.

ISABEL TOMÁS é Licenciada e Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É Aluna do Programa de Doutoramento em Sociologia do Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ICTE). Está a elaborar uma dissertação intitulada "Políticas de Integração de Imigrantes - A realidade do Município do Seixal".

Christiane Coelho, "Contra-correntes migratórias: O regresso dos brasileiros"

Este trabalho pretende discutir a situação dos imigrantes brasileiros em Portugal, tendo em vista a utilização do Programa de Retorno Voluntário da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Os brasileiros são a nacionalidade que mais tem solicitado apoio deste Programa para regressar a seu país de origem. Discutir-se-á o perfil destes brasileiros e as razões principais que estariam levando os imigrantes brasileiros a retornar ao Brasil.

CHRISTIANE COELHO é Doutorada em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences (EHES, Paris). Investigadora de pós-doutoramento no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES, Lisboa), trabalha actualmente na Organização Internacional para as Migrações (OIM, Lisboa).

Letícia Lima, "Imigrantes guineenses em Lisboa: Padrões de interacção dos repertórios simbólicos da cura e ruptura"

Muitos dos imigrantes Guineenses entrevistados em Lisboa apresentaram problemas de desadaptação e somáticos durante seus percursos migratórios. E, ao se depararem com universos culturais distintos e entre as diferentes concepções sobre a saúde e a doença,

formas diferentes de controlar o corpo e distintos discursos médicos acabam por moldar as suas experiências através do equacionamento destes infortúnios segundo a cosmogonia da sociedade de partida que os explicam como uma má relação com espíritos. Logo, os percursos terapêuticos incluem, além do uso da medicina científica, o regresso temporário aos altares das comunidades de origem, ou a transposição da realização ritual nas cidades de acolhida.

O presente trabalho tem como objetivo lançar dois pontos de reflexão: O primeiro é que, apesar do que se supunha para o projeto da modernidade, a prática da biomedicina não é única, universal e uniformemente disseminada pelas várias partes do globo. Interessa, então investigar a forma com a qual ela se transfigura e se transforma num processo de "indigenização" do seu repertório discursivo. Analisamos para isso os padrões de interação dos repertórios simbólicos de cura, quando a biomedicina é escolhida como alternativa curativa.

O segundo ponto é como o processo de ruptura e consequente necessidade de reconstrução cultural e identitária envolvida no processo migratório pode ser comunicado através do adoecimento e escolha activa

dos itinerários terapêuticos. O corpo é visto como matriz simbólica organizadora da experiência, um arquivo histórico e um lugar de resistência; e os seus sintomas vistos como uma expressão da multiplicidade de vivências culturais, um comentário político sobre as complexas relações que vive a comunidade guineense como parte de processos sociais que ultrapassam amplamente o contexto local.

Nosso estudo não se preocupa em caracterizar a medicina tradicional em definição opostória a medicina oficial, contrariamente, uma vez que busca compreender a forma como os diferentes padrões simbólicos são reconfigurados pelos indivíduos que vivem este processo.

LETÍCIA LIMA é licenciada em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília e possui um DEA - Diploma de Estudos Avançados em Antropologia pela Universidade de Salamanca. Actualmente está a tirar um doutoramento em Antropologia de Iberoamérica, Antropologia da Saúde, sobre a temática de saúde e imigração.

SESSÃO IV

A Universidade do Futuro: Há lugar para as Ciências Sociais e Humanas?

Mesa 1 | 15.45-17.15, Sala 4

Moderadora: Maria José Canelo

Odair Varela, "O repto da 'diversidade de conhecimentos' em Cabo Verde: Do colonial/moderno ao moderno/pós-colonial"

É propósito desse ensaio fazer, em primeiro lugar, uma retrospectiva crítica, de como o «trauma» e/ou «herança» da colonização, particularmente a epistémica, tem sido, por um lado, explorado para aumentar o fosso entre o «Norte» e «Sul», servindo, actualmente, os interesses da globalização de cariz neoliberal e dos países que a lideram, e, por outro lado, de como a «exportação» da ciência moderna para o «Sul» tem funcionado como suporte legitimador dessa exploração. Em simultâneo procura-se fazer um exercício desmistificador do discurso dominante da ciência e da democracia apresentando uma visão crítica da sua associação à referida globalização neoliberal. Depois, centrando-se no caso de Cabo Verde, tendo como base o actual processo de construção e consolidação do ensino superior universitário, pretende-se perspectivar como é que uma das suas componentes fundamentais, a «investigação», pode figurar como uma das alavancas de combate ao perpetuar do domínio dos cânones modernos da ciência e da democracia e, por outro lado, poder contribuir para o descerramento e visibilidade de outras ciências, e conhecimentos imbuídos de grande potencial emancipatório. Na sequência, este pequeno estudo mira também, por fim, englobar, de forma breve, o lançar de pistas ou de prospectivas para uma(s) ciência(s)/saber(es)/conhecimento(s) de alta intensidade em Cabo Verde e no «Sul» em geral.

ODAIR VARELA é licenciado em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). É Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Frequentou o Curso de Doutoramento em Sociologia - «Pós-Colonialismos e Cidadania Global», pelo Centro de Estudos Sociais (CES) e Faculdade de

Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) (Portugal), entre o ano lectivo 2004/2005 e 2005/2006.

Joana Sousa Ribeiro, "A mobilidade dos cientistas sociais e o (re)conhecimento do 'Sul': Rumo a uma comunidade epistémica (inter)cultural e (pós)-colonial?"

Quando constituída como objecto de estudo, a migração qualificada tende a ser associada a um enquadramento organizacional resultante da crescente internacionalização do mercado laboral e do processo de realocização de empresas - a migração intra-organizacional. Apesar da crescente importância dos fluxos independentes, não será, assim, de estranhar a falta de estudos que incidam na diversidade de outros enquadramentos institucionais, como sejam os centros de investigação ou as universidades. Em que medida é que as transferências de conhecimento nesses contextos se baseiam em relações culturalmente situadas?

Esta comunicação procura analisar o potencial heurístico dos conhecimentos produzidos pelas ciências sociais e humanas enquanto sujeitos de processos epistemológicos interculturais e pós-coloniais. Considera-se, para o efeito, a migração de académicos entre o centro e a periferia dos sistemas de produção científica internacional, numa área transdisciplinar das ciências sociais e humanas, os estudos migratórios. A análise das condições, dos efeitos e das formas de mobilidade permite-nos reflectir sobre o modo de produção das relações de (re)conhecimento do "Sul" .

JOANA SOUSA RIBEIRO é estudante de Doutoramento em Sociologia na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.

Fernando Clara, "Balanços, angústias, sustentabilidades: Os estudos alemães no ensino superior português público (1997-2007)"

Partindo dos dados disponibilizados pelo GPEARI (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais; on-line: <http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/>) esboça-se um balanço da situação dos Estudos Alemães no Ensino Superior Público Português na última década. A área pode ser considerada paradigmática de diversas outras áreas das Ciências Sociais e Humanas que no último decénio apresentaram um forte decréscimo de estudantes, forte decréscimo esse que reflecte transformações sociais, complexas e variadas. Recorre-se à noção de "desenvolvimento sustentável" para questionar a 'sustentabilidade' dos Estudos Alemães no quadro das Faculdades de Ciências Sociais e Humanas actuais, assim como a 'sustentabilidade' das Humanidades actuais sem a área de Estudos Alemães. As questões colocadas implicam uma natural reflexão sobre o lugar das Ciências Sociais e Humanas na Universidade do futuro.

FERNANDO CLARA é doutorado em Cultura Alemã pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Professor Auxiliar do Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas, Secção de Estudos Alemães da mesma Universidade.

Jesús Sabariego, "El futuro ya nos es lo que era. Guía del consumidor universitario de las ciencias anti-sociales y anti-humanas"

"Necesitamos ciencias sociales nómadas, [...] que rediseñen los planos y comuniquen horizontalmente los niveles." (GARCÍA CANCLINI, N. (2001))

El futuro ya no es lo que era. La educación se ha transformado, con la globalización, en el campo de batalla donde las alternativas pugnan y se defienden de la utopía que sitúa al mercado como único regulador de la vida. Una logomaquia donde están en liza diferentes y diferenciadas concepciones sobre lo humano y su centralidad. Sin atender a los complejos procesos que lo han configurado, dotándolo de historia, memoria y textualidad, el espacio público ha sido transformado, en esta era del déficit, en un argumento recurrente - "toda ciencia se produce en el elemento del discurso" (DERRIDA, J. (1989), 388) - que, en aras a su *validez*, precisa reducir costes -en lo que atañe a lo social, esto se traduce en reducir derechos- para funcionar plena y eficazmente.

La educación -el conjunto de técnicas, métodos y procedimientos que regulan e integran los sistemas educativos públicos, como a los profesionales que trabajan en éstos y sus '*clientes*'-, ha sido una desafortunada actriz en este proceso, al sufrir, táctica y tácitamente, los primeros embates (Bolonía 1999, Lisboa 2000, AGCS, Doha 2001, OMC 2005 y sus adecuaciones normativas estatales, e. g. Ley Orgánica

de Universidades en España) de esta mediación sobre todos y cada uno de los aspectos de la vida humana, proceso de homogeneización de ésta, de la reducción a escala planetaria de su condición a partir de la segregación de poder y hacer, de la minimización del primero y la maximización del segundo y su clausura en procesos de producción y consumo cuyo regulador es el mercado, ente sancionador -incluso normativa y epistemológicamente, véanse los *índices de impacto* "oficiales" a la hora de valorar las publicaciones, por ejemplo- de lo que sirve o es deficitario.

Para el mercado, la globalización hegemónica ha redundado en notables esfuerzos por transformar la educación en una mercancía como expresión de intereses de clase, proceso evidenciado en la instrumental idea de calidad en la enseñanza y la presión para recluir, erradicar o instrumentalizar las llamadas -derivas gnoseológicas aparte- *ciencias sociales y humanas*, en un ámbito que le sea funcional.

Frente a todo ello, existen resistencias en marcha que plantean alternativas y reescriben en el presente el futuro de las ciencias sociales y humanas a partir de nuevas coordenadas que las están transformando. ¿Cuáles son algunas de estas alternativas? En esta comunicación veremos algunas de ellas.

JESÚS SABARIEGO é Licenciado em Humanidades com Pós-Graduação em Pedagogia. É Doctor em Derechos Humanos y Desarrollo pela Universidade Pablo de Olavide (Sevilla). Professor dos Programas de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), dos Programas de Mestrado em Direito e Ciências Políticas da Universidad de Antioquia, Medellín (Colombia), da Universidad Nacional de S. Luis (Argentina), do Centro de Ensino Sulamericano (Brasil), El Instituto para la Sociedad Civil Global de la Univ. Complutense de Madrid, entre outros.

Igor Valentim, "Gerir para lucrar! O ensino universitário de Administração e a possibilidade de construção de novos mundos"

Em meio a altos níveis de desemprego e injustiças sociais as chamadas iniciativas de Economia Solidária (ES) ocupam importantes espaços no cenário mundial. Pautadas por valores como o igualitarismo, a cooperação e a solidariedade enfrentam desafios à sua consolidação, principalmente por buscar valores que batem de frente com aqueles nos quais se baseiam os princípios capitalistas. Não obstante, em grande parte delas encontram-se dificuldades relativas à uma gestão dos empreendimentos que não as afaste de seus pressupostos básicos.

Os cursos universitários formadores dos chamados 'administradores' preparam cada vez mais para um 'mercado' individualista e selvagem que prega valores criadores e aprofundadores da miséria e da competição. A maioria dos cursos superiores em Administração pelo mundo afora forma cada vez mais pessoas prontas para reforçar o discurso prescritivo e

naturalizador capitalista, para utilizar as ferramentas importadas das 'melhores' escolas de negócio do mundo e, portanto, jovens prontos para serem 'moldados' por técnicas de Gestão dos Recursos Humanos (entre outras), levando a cabo uma ordem destruidora da convivência humana.

Em suma, esses cursos preparam para a 'repetição' e não para a invenção (LAZZARATO, 2006). São poucos aqueles que incluem disciplinas, seminários e/ou espaços de discussão que questionem que tipo de sociedades se formam com os conhecimentos ali construídos. São raros os cursos que apresentam aos alunos informações, vivências e experiências relativas a iniciativas consideradas 'alternativas' às das empresas privadas, como algumas pertencentes à ES. Qual a finalidade dos cursos universitários em Administração no contexto da sociedade contemporânea? Aos interesses de quem estes cursos, em sua maioria, atendem?

Este artigo apresenta a experiência da Residência Solidária, um projeto de extensão realizado na Escola

de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Brasil, que englobou a atuação de onze alunos em iniciativas de Economia Solidária. Não desejamos apenas disseminar a experiência realizada, mas também em analisar de forma crítica em que medida projetos como a Residência Solidária podem contribuir para o estímulo à inovação e invenção de novos mundos possíveis, bem como em que medida o papel das ciências humanas e sociais estão fadados a serem eternos servos do capital.

IGOR VALENTIM é Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutorando em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa, Bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia, e membro do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (SOCIUS) da mesma Universidade.

Mesa 2 | 17.30-19.00, Sala 4

Moderadora: Margarida Gomes

Marcos Valença, "As culturas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Universidade Pública Brasileira: Um caso de tradução"

Objectivo analisar a tradução num espaço fronteiro entre duas singulares culturas, com idiosincrasias e diferenças. Uma, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; outra, da Universidade Pública Brasileira - Universidade de Pernambuco - UPE. Uma, predominando o conhecimento construído no próprio movimento social; outra, o científico. Essa fronteira nasce de um programa de formação da Universidade para os Sem Terra, a partir das negociações, construção do currículo, acompanhamento e execução do curso em nível de graduação - Pedagogia da Terra. A zona de contacto ocorre nos encontros diversos, nas reuniões, durante as aulas etc.

Apresento como hipótese a afirmativa de que a tradução foi realizada em momentos de diálogos e tensões, mas que essa fronteira contribuiu bastante para as duas culturas - MST e UPE - em nível de aprendizado, reflexão e mudança de seus quotidianos.

Destaco que neste trabalho são discutidos aspectos sobre a relação do MST com os media, a sociologia das ausências e a educação formal, além de questões sobre a função social da Universidade.

Trago uma abordagem qualitativa e, dentre as referências, destaco: Santos (2006), Ribeiro (2005) e Caldart (2004).

Analisei os Princípios Filosóficos do MST inseridos no documento Princípios da Educação no MST e entrevistei a coordenadora do curso Pedagogia da Terra, por parte do MST, assim como a coordenadora do referido curso, por parte da Universidade de Pernambuco. A escolha deve-se ao facto das duas serem as pessoas responsáveis pelo Curso.

Concluo, a partir das tradutoras dessas duas culturas, que o espaço fronteiro gerou bastante ganhos para ambas: a Universidade assume que aprendeu a dialogar, trabalhar, colectivamente, e a exercer cidadania com o MST e este afirma que a outra cultura contribuiu para aperfeiçoar a formação dos Sem Terra.

MARCOS VALENÇA é Mestre em Educação (UFPE), Pedagogo(UFPE) e Administrador(UPE), professor e pesquisador do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFETPE - Brasil, doutorando na Universidade de Coimbra.

Aline Mendonça e António Cruz, "Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária"

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são programas interdisciplinares de algumas universidades brasileiras construídos com a perspectiva de elaborar um planejamento que procura reunir pesquisa e extensão em torno do tema da Economia Solidária. Com esta perspectiva, o programa é voltado ao atendimento das necessidades mais prementes dos excluídos da sociedade e, ao mesmo tempo, pretende responder pelos objetivos e anseios programáticos da universidade.

O processo de incubagem implica em uma solidariedade mútua, implica numa troca de saberes, de conhecimentos: os universitários aprendem a vida real, aquela que não está nos bancos acadêmicos; os trabalhadores do empreendimento incubados aprendem a usar as ferramentas que a vida lhes negou. A incubação, enfim, é um processo de troca entre dois saberes que se produzem em duas esferas distintas da vida social. Daí as implicações de pensar a incubação como ato pedagógico, ao invés de um "processo de transferência de tecnologia", ou de "qualificação ou capacitação de trabalhadores", no sentido pobre com que muitos economistas e administradores emprestam ao termo. A incubação se refere - antes de quaisquer outras coisas - a uma relação social de trocas entre diferentes saberes acumulados, sob condições sociais e históricas diferentes que se mesclam através do diálogo.

Assim, o trabalho pretende socializar um esforço acadêmico de refletir sobre o processo das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como proposta diferenciada que envolve um projeto interdisciplinar implicado em três esferas (atividades fim) da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

São muitas as questões: O que é uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares? Para que serve? Como funciona? Que possibilidades e que limites marcam tal proposta?

A intenção não é dar um caráter conclusivo a estas questões, mas fazer um exercício reflexivo baseado na teoria produzida sobre o tema, bem como nas experiências que envolveram nossas práxis profissionais. A proposta é abordar a maneira como representamos o processo das ITCPs a partir de nossas leituras e de um conjunto de experiências que repartimos com um número enorme de pessoas: colegas de profissão, colegas de estudo, alunos, trabalhadores, agentes de política pública, militantes da economia solidária e assim por diante.

ANTONIO DA CRUZ é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

ALINE DOS SANTOS é mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e doutoranda em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Maria Helena Cariaga e Vanda Burginski, "Pesquisa social: Conhecendo a Comunidade Renascer"

Este resumo trata da pesquisa social realizada na pelos estudantes, bolsistas do Projeto Conexões de Saberes: Diálogos entre a universidade e as comunidades populares, da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, foi coordenada por profissionais do departamento de Serviço Social. Escolheu como território a comunidade Renascer na cidade de Cuiabá. O objetivo foi conhecer o perfil socioeconômico e educacional da população residente nesta comunidade, a infra-estrutura do bairro, a participação social e política dos moradores, bem como identificar as demandas educacionais.

O projeto Conexões de Saberes: Diálogo entre a universidade e as comunidades populares atua em 32 universidades federais e tem financiamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD.

O projeto objetiva ampliar a relação entre a universidade e as comunidades populares através de troca de saberes desses "dois mundos", aproximá-los e construir a consciência de pertencimento dos jovens que já ascenderam à universidade, transformando-os em novos interlocutores.

O bairro Renascer foi escolhido como referência para ser o território da intervenção do Projeto Conexões de Saberes da UFMT por meio dos alunos bolsistas. Este bairro foi escolhido por tratar-se de uma região próxima a universidade e, também por ser carente de infra-estrutura básica, tais como: saneamento, iluminação pública, enfrenta também dificuldades de acesso aos equipamentos sociais, como creches, escolas, postos de saúde e principalmente áreas de lazer. Trata-se de uma área ocupada a menos de 10 anos e a situação das famílias que lá residem não está regularizada até o momento.

MARIA HELENA CARIAGA é Professora do Curso de Serviço Social na Faculdade Cenecista de Rondonópolis - MT e Mestre em Serviço Social e doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP.

VANDA MICHELI BURGINSKI é Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Cenecista de Rondonópolis - MT - Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Carmen Farias e Denise Freitas, "Um projecto socioambiental para o currículo: Problematizações e perspectivas para a educação superior"

A chamada problemática ambiental aparece na contemporaneidade como um desafio aos sistemas econômicos, sociais, culturais e cognitivos vigentes. Muitos autores a compreendem como um "acontecimento" que desencadeia rupturas nos sistemas sociais e de pensamento, ao mesmo tempo em que propõe uma outra racionalidade orientada por

valores de justiça e equidade socioambiental. De certo modo, impõe atualidade à revisão das relações que estabelecemos com o conhecimento, com os outros e como sujeitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, a universidade se encontra em uma situação aparentemente paradoxal de, por um lado, renovar certos arcabouços discursivos, epistemológicos e metodológicos, e, por outro, sustentar determinadas práticas que dão continuidade a projetos fundados na racionalidade técnica e economicista. É nessa “crise paradigmática” que se inscreve a atual revisão que se opera nas políticas curriculares e paradigmas de ensino da educação superior no Brasil, impondo-se questionar nessa instância o quanto é possível reorientar a formação profissional no sentido da superação dos problemas e desafios que se formulam a partir do “acontecimento ambiental”.

Partimos da hipótese que o enfrentamento dessa problemática exige revisão do próprio lugar que as ciências humanas e sociais ocupam nas atuais configurações curriculares da instituição acadêmica, já que seu potencial crítico é indispensável para pensar o futuro da universidade e seu papel na construção de paradigmas sociais, econômicos, culturais e políticos fundados numa epistemologia socioambiental.

Assim, a questão que gostaríamos de explorar nesse trabalho se dirige ao modo como a sustentabilidade socioambiental, como prática discursiva, é recontextualizada no interior das epistemologias dos currículos da educação superior, considerando-se que os “discursos educativos” atuam como formas de “regulação social” que se produzem a partir de certos estilos de raciocínio, seleção e organização do conhecimento. Partindo das experiências práticas em que estamos envolvidas na área curricular e das reflexões que vimos desenvolvendo acerca da produção de políticas curriculares de formação docente, argumentamos que tal questão requer uma “atitude-limite” de problematização do lugar das ciências humanas e sociais em um projeto socioambiental do currículo, considerando-se o caráter estratégico e político que esse contexto de formação deriva à ambientalização de outros espaços sociais e profissionais.

CARMEN FARIAS é Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (1999). Mestre em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

DENISE DE FREITAS é Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (1998), com pós-doutoramento pela Universidade de Lisboa Portugal (2005). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos e Assessora do Setor de Biologia do Centro de Divulgação Científica e Cultural USP-SC.

Leonice Lima, "As Ciências Humanas e Sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã"

Entendemos que a ciência não é uma forma desconexa e desarticulada de conhecimentos, é um paradigma sob o qual se vê o mundo; representa a concretização do movimento das idéias na produção do conhecimento onde, cada área traduz para si, o modo como homem se relaciona com seu ambiente. No último século, o desenvolvimento científico ganhou tal visibilidade que a UNESCO reconhece a capacidade de produzir conhecimento como um dos aspectos para distinguir a riqueza e a pobreza de um povo. O conhecimento científico tornou-se relevante em toda a sociedade. No entanto, em benefício do desenvolvimento acelerado, nos deparamos com a apropriação comercial e mercadológica do conhecimento e a potencialização de investimentos nas tecnologias que se tornam mais sofisticadas interferindo no sistema social e cultural mais diretamente do que as ciências. Vive-se um momento de transição mundial que aponta para a reconstrução da sociedade pautada no paradigma da cidadania legitimando a equidade, a justiça, a igualdade, a autonomia. Emerge então, no mundo do conhecimento, a necessidade de interlocução das diversas áreas, reconhecendo no homem o ser social e histórico, por quem e para quem se desenvolvem o mundo e a ciência. Este processo, assente no ato reflexivo e crítico das posturas assumidas no exercício profissional e na construção do conhecimento, contribuirá para a construção de uma nova ordem social. Nesta perspectiva, a Universidade como um todo, está desafiada a mudar a lógica da construção e socialização do conhecimento. É seu dever expandir no homem a capacidade “aprender a aprender”, de governar e controlar o Estado e o mercado. Assim, com o reconhecimento da matricialidade do homem e a da vida humana, as Ciências Sociais e Humanas ganham destaque e consolidam sua importância no cenário científico. Desta forma, para a construção de uma sociedade cidadã é preciso ampliar e re - alinhar o “*focus*” das Ciências Humanas e Sociais, garantindo o legítimo e necessário espaço de articulação entre todas as ciências, oportunizando a formação de profissionais comprometidos com a coletividade, com uma nova ordem social que globalize, para além do bem econômico, também o acesso a serviços, que se desloque a centralidade do capital para a centralidade ética da vida humana.

LEONICE LIMA é Bolsista CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamentos de Pessoal de Nível Superior - Ministério da Educação - Brasil - Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior- PDEE na Universidade Católica Portuguesa - UCP Campus de Lisboa - Portugal Departamento de Ciências Humanas. É Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Direito, História e Serviço Social de Franca - UNESP e Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Direito, História e Serviço Social de Franca - UNESP.

SESSÃO V

Políticas Sociais e Novos Riscos Públicos: é possível combinar complexidade com equidade?

Mesa 1 | 9.15-10.45, Sala 2

Moderador: Alexandre Tavares

António Carvalho e Ângela Filipe, "Ciência, tecnologia e participação: Narrativas e éticas leigas em torno das nanotecnologias emergentes"

As sociedades contemporâneas e o seu imaginário são permeáveis às questões de Ciência e Tecnologia. Através do desenvolvimento de tecnologias emergentes como as nanociências e as nanotecnologias, assistimos à proliferação de cenários que vão desde utopias de prazer até distopias de controlo e manipulação. Apesar de actualmente estas nanotecnologias já estarem presentes em alguns produtos de consumo, a dimensão exploratória continua a ser a dominante. Existem preocupações explícitas dos actores envolvidos nas nanociências e nanotecnologias (os *nanoenactors*) em torno das suas implicações nos domínios da ética, sociedade e regulação, o que sugere a relação com o debate sobre biotecnologias, que decorria da criação de novos produtos. A novidade da discussão nanotecnológica reside em introduzir o debate público nos processos de investigação e desenvolvimento de forma a que a nanotecnologia possa ser discutida e os riscos ou benefícios associados possam ser avaliados, juntamente com as consequências para a organização social. Este debate suscita a criação de espaços que possam incorporar os cidadãos, as suas preocupações, experiências, conhecimentos e diferentes concepções éticas.

No âmbito do projecto europeu DEEPEN (Deepening Ethical Engagement and Participation in Emerging Nanotechnologies), foram exploradas metodologias que permitiram o envolvimento de cidadãos no debate e reflexão acerca das possíveis trajetórias destas tecnologias, e que criaram aquilo que alguns autores designam como "éticas leigas". Através desta comunicação pretendemos dar a entender como decorreram estes exercícios que aliaram a metodologia dos Grupos de Discussão com diferentes públicos a algumas inovações inspiradas no trabalho de Paulo Freire e de Augusto Boal, e que resultaram na apresentação de cenários preparados pelos cidadãos

que sugeriram recomendações para os decisores políticos. Com base nas suas performances e nas questões que surgiram ao longo das outras fases do exercício, iremos reflectir acerca da contribuição deste procedimento participativo para as políticas sociais na área da C&T e dos riscos suscitados por tecnologias emergentes cujas consequências a médio e longo prazo são muitas vezes desconhecidas.

ANTÓNIO CARVALHO é licenciado em Filosofia e está actualmente a realizar a sua tese de mestrado em Sociologia, com orientação do Professor Doutor João Arriscado Nunes. É investigador júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde participa nos projectos de investigação DEEPEN e Ciência no Parlamento.

ÂNGELA MARQUES FILIPE é licenciada em Relações Internacionais e está actualmente a realizar a sua tese de mestrado em Sociologia, com orientação do Professor Doutor João Arriscado Nunes. É investigadora júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra no âmbito dos projectos de investigação DEEPEN e Meduse.

Catarina Frade e Inês Gameiro, "Regulação do risco e participação: O caso dos organismos geneticamente modificados"

O risco alimentar é um dos riscos que mais tem vindo a captar a atenção dos cidadãos e dos poderes públicos, mercê do desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à produção e transformação dos alimentos, entre as quais avulta a dos organismos geneticamente modificados.

Estas alterações têm sido acompanhadas de grande controvérsia que decorre da incerteza científica sobre a inocuidade dos processos para a saúde e para a biodiversidade. O risco dos alimentos transgénicos convoca, assim, novos desafios em diferentes vertentes: na regulação, nas relações e configurações

institucionais, nos modelos de participação e na produção e validação do próprio conhecimento científico. Serão precisamente alguns destes aspectos que pretendemos discutir na nossa apresentação.

CATARINA FRADE é doutorada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, instituição onde é docente. É investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e membro do Observatório do Endividamento dos Consumidores.

INÊS GAMEIRO é assistente de investigação do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica (DINÂMIA), ISCTE, onde integra o Grupo de Investigação 'Regulação, Globalização e Europa'. É licenciada em Direito e mestre em Ciência Política.

Susana Silva, "Incertezas. (des)confianças e moralidades: Contributos para uma reconfiguração das políticas da reprodução"

Nesta comunicação pretende-se contribuir para o debate em torno dos processos de circulação de conhecimentos e de sentidos entre médicos, juristas e "leigos" em diversos contextos socio-ecológicos de produção e utilização de tecnologias médicas de reprodução assistida. Pondera-se em particular o papel da incerteza e da reflexividade do conhecimento e da acção num desmantelamento das bases socioculturais e político-ideológicas que podem sustentar a confiança nas instituições de cariz médico-científico e jurídico-legal, assim como os princípios morais associados à construção e percepção social do risco.

As actuais políticas da reprodução consubstanciam-se num projecto técnico-genético e biopolítico que parece assentar no delineamento dos direitos e deveres de cidadania a partir de um modelo familiar patriarcal e na socialização da compreensão pública da ciência e da tecnologia a partir da biologização e genética dos valores sociais e na moralização da biocidadania. As "novas" formas de cidadania bio-genética têm sido paradoxalmente privatizadas e reconfiguradas como formas de cidadania íntimas e apolíticas, contribuindo para a diluição e individualização das responsabilidades sociais no que concerne a gestão dos riscos e das incertezas associados à PMA, o que pode colocar em perigo alguns dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Será possível combinar complexidade com equidade desde que as representações e as experiências "leigas", as desigualdades no acesso à medicina e à tecnologia e as respectivas limitações, incertezas e riscos se tornem problemáticas centrais no biodireito e na bioética médica. A democraticidade da governação passa pelo delineamento de intervenções solidárias adequadas às necessidades e aos valores dos indivíduos concretos; pelo desenvolvimento de procedimentos que onerem menos as mulheres e tornem estas tecnologias médicas mais baratas; pela resistência à privatização dos cuidados de saúde e pela garantia da sua qualidade e segurança.

Defende-se a criação de um novo movimento social no âmbito das tecnologias médicas de reprodução assistida constituído a partir da tentativa de conceber por intermédio destas tecnologias e não com base na inexistência de filhos biológicos e/ou de um diagnóstico médico. Este movimento social configuraria uma modalidade de cidadania cognitiva de base científica e tecnológica, mas com capacidade de incorporar a heterogeneidade de formas de conhecimentos e de práticas e de proporcionar a expressão dos cidadãos "leigos" em diversos espaços públicos.

SUSANA SILVA é licenciada e mestre em Sociologia (Universidade do Minho, 1998 e 2001). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde 2004 e membro associado do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho desde 2007. Neste momento está a finalizar a sua tese de doutoramento sobre *Médicos, juristas e "leigos": um estudo das representações sociais sobre a reprodução medicamente assistida*.

Helena Nogueira, "Ensaio metodológico para a avaliação de vulnerabilidades do ambiente local e possível impacte na saúde"

Este trabalho dá a conhecer uma metodologia de análise das determinantes ambientais da saúde em áreas urbanas. Trata-se de um resumo parcial da metodologia desenvolvida e aplicada numa dissertação de doutoramento em Geografia (Geografia da Saúde), apresentada em 2007 à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Desenvolvida numa perspectiva ecológica de saúde e de doença, a ênfase da investigação foi colocada na teorização e operacionalização das múltiplas dimensões do ambiente com possível impacte na saúde, insistindo sobretudo nos aspectos que marcam a diferença entre as áreas. A utilização de variadas fontes, de abundante informação e de metodologias diversificadas, e os resultados posteriormente obtidos - nomeadamente a forte relação encontrada entre as determinantes ambientais criadas e diversos resultados em saúde - validaram a metodologia desenvolvida. O objectivo fundamental desta apresentação é reflectir em formas possíveis de avaliar as determinantes ambientais da saúde, partindo de uma premissa de multidimensionalidade ambiental. De acordo com os mais recentes estudos nesta área, distingue-se ambiente socioeconómico de ambiente sociomaterial local, considerando-se neste último um conjunto de factores relativos às oportunidades existentes a nível local (equipamentos, infra-estruturas, serviços) e à organização social das áreas/comunidades (capital social e coesão social). Estudou-se a Área Metropolitana de Lisboa, dadas as suas características de intensa urbanização e possíveis consequências na saúde individual e colectiva.

HELENA NOGUEIRA é Professora Auxiliar no Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Lucimare Ferraz, "Desafio para as políticas sociais: Riscos e vulnerabilidades dos catadores infanto-juvenis de material reciclável em Chapecó-Brasil"

A legislação brasileira proíbe o trabalho a crianças e adolescentes menores de 16 anos, permitindo o trabalho a partir dos 14 anos de idade somente nas condições de aprendiz. Porém, a fragilidade e precariedade sócio-econômica de muitas famílias, as fazem conduzir seus filhos ainda crianças ou adolescentes a trabalhar, para compor alguma "renda" familiar. Entre os trabalhadores infantis, destacamos os catadores de materiais recicláveis, por se exporem a diversos riscos ocupacionais e sociais. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), esses trabalhadores catam, selecionam e vendem materiais recicláveis e estão expostos a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e muitas vezes à violência urbana. (BRASIL, 2006). O trabalho infantil dos catadores é causa de múltiplos problemas de saúde, portanto, na medida em que esta atividade requer o manuseio do lixo e de materiais quase sempre contaminados. Conseqüentemente, em longo prazo estes grupos também estão expostos à exclusão social, pois aqueles que hoje não conseguem estar na escola e se qualificar profissionalmente devido ao trabalho, terão menos condições de atender às exigências do mercado de trabalho no futuro. Estes agravos nos conduzem a julgar imprescindível conhecer e estudar os riscos e a vulnerabilidade social a que estão expostos, uma vez que somente podemos enfrentar o que se conhece e se reconhece, ou o que é considerado perigoso. Diante dessa problemática, desenvolvemos um estudo com o objetivo de apreender os riscos e sua rede de significações, buscando compreender a complexidade das dinâmicas sócio-familiares envolvidas nesta atividade. Acreditamos, de antemão, que os indivíduos isoladamente não são responsáveis pela sua condição de vida, posto que as dimensões sociais e culturais são intrinsecamente envolvidas neste complexo circuito dos fatores de risco e vulnerabilidade social. Estudar os fatores de risco supondo as interfaces entre essas dimensões e sem desprezar a dimensão biológica que a engendra, requer abordagens interdisciplinares sobre o processo condições de vida e saúde/exposição a agravos, uma conduta aberta e atenta às possibilidades de abordar problemas de modo a complementar saberes das ciências sociais e da epidemiologia.

LUCIMARE FERRAZ é Professora do centro de Ciências da Saúde da Universidade Comunitária Regional de Chapecó. É Mestre em Saúde Coletiva e Estudante de Doutorado do Programa em Ciências da Saúde do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo.

Oriana Rainho Brás, "Doenças infecciosas e abordagens ecossistêmicas à saúde"

Existem, actualmente, dois movimentos muito fortes nas ciências da saúde: um movimento para o interior do corpo, para o interior da célula, para o gene, para as partículas micro, e um movimento para os contextos sócio-ecológicos em que se inserem os organismos.

O discurso contemporâneo sobre doenças (re)emergentes parece falar mais da maior consciência dos limites da compreensão, e portanto, da prevenção e tratamento, das doenças infecciosas no seu contexto (histórico, social, político, biológico, ecológico), do que de uma nova dinâmica de emergência de doenças. Estas doenças têm incidido mais intensamente ao longo das linhas de desigualdade, em diferentes contextos geográficos.

O modelo triangular para as doenças infecciosas - agente, hospedeiro, ambiente - foi instrumental para o desenvolvimento da compreensão dessas doenças. Ainda que o vértice do ambiente tenha sido bastante negligenciado, hoje notamos que a percepção de infecções (re)emergentes como ameaças mundiais é acompanhada de profundas reflexões sobre abordagens ecossistêmicas à saúde. Não se trata apenas de alargar as fronteiras do sistema para integrar o ambiente físico, mas de o considerar como bio-eco-social e histórico, e de atentar profundamente à complexidade das relações que o compõem, entre dimensões que quotidianamente se relacionam mas que resistem à teorização e à intervenção: as sociais, as individuais, as ecológicas, as políticas, as económicas, as biológicas, as psicológicas...

Tendo por base uma análise bibliográfica comparada, pretendo explorar as contribuições das abordagens ecossistêmicas às doenças infecciosas para a sua compreensão e para a (re)elaboração das formas de intervenção sobre as mesmas.

ORIANA RAINHO BRÁS estudou Antropologia na Universidade de Coimbra. Concluiu Estudos Pós-graduados no programa As sociedades nacionais perante os processos de globalização da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Frequenta o programa de doutoramento Governança, Conhecimento e Inovação do Centro de Estudos Sociais e da FEUC.

Mesa 2 | 11.00-12.30, Sala 2

Moderador: Eduardo Basto

Alberto Arribas Lozano, "De los procesos de precarización a las prácticas colectivas de reinención de la ciudadanía: La experiencia de las Oficinas de Derechos Sociales"

En esta comunicación presento las fases iniciales de mi investigación doctoral, centrada en las Oficinas de Derechos Sociales (ODSs), dispositivos emergentes de construcción de ciudadanía 'desde abajo' nacidos de la confluencia entre movimientos sociales, asociaciones vecinales y organizaciones de inmigrantes en Andalucía, Madrid, Cataluña y Asturias; experiencias novedosas de intervención *-nuevas solidaridades-* que tienen como objetivo la construcción colectiva de proyectos y procesos de asesoría, formación, denuncia y auto-organización contra la precariedad y la exclusión social.

En las últimas décadas, los complejos procesos de reestructuración social desplegados desde los presupuestos económicos y políticos neoliberales generaron, en los países centrales, el debilitamiento de los sistemas institucionalizados de protección social y, simultáneamente, la flexibilización y fragmentación del mercado laboral, abriendo un periodo de creciente desarticulación de las políticas de redistribución en el que prevalecen los procesos de exclusión frente a las lógicas inclusivas que habían caracterizado el contrato social fordista. La fractura de dicho contrato social, y el subsiguiente tránsito hacia un modelo de (des)regulación postfordista, están en la base de dinámicas que, sin ser comparables a las desplegadas en los países periféricos y semiperiféricos, suponen la precarización de las condiciones de vida y la ampliación del riesgo social para un número cada vez mayor de personas.

En este contexto, las ODSs se constituyen como respuesta a dichos riesgos; prácticas contrahegemónicas de producción de ciudadanía articuladas, simultáneamente, a partir del eje de la igualdad y del eje del reconocimiento de la diferencia, que son, según sus protagonistas, "laboratorios para hacer efectivos los derechos sociales que se nos niegan, al mismo tiempo que imaginamos y exploramos nuevos derechos que deberemos conquistar". Así, mi investigación consiste en un acercamiento etnográfico centrado tanto en las prácticas como en los significados de las mismas, analizando diacrónicamente cómo se crean y se transforman en la interacción con otros actores sociales, y comparando las posibles variaciones y recurrencias entre las diferentes Oficinas de Derechos Sociales estudiadas.

ALBERTO ARRIBAS LOZANO é Licenciado em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidad Complutense de Madrid e Mestre em Culture and Colonialism pela National University of Ireland - Galway. Participou no Programa de Doutoramento em Estudos Migratórios, Desenvolvimento e Intervenção Social na Universidad de Granada (UGR), onde actualmente se encontra trabalhando na sua tese de Doutoramento

Daniel Carolo, "Novas políticas sociais e complexidades em torno da equidade: Um desafio para a teoria social?"

O problema que suscita a necessidade desta análise prende-se com a constatação de que, mesmo em períodos de expansão dos Direitos Sociais, pode haver aumento da desigualdade social. Neste sentido, importa avaliar, por um lado, as transformações em curso ao nível das políticas sociais e, por outro, as suas implicações políticas ao nível do sistema do Estado-Providência. O enquadramento teórico/conceitual desta análise parte da dicotomia clássica da política social, enquanto dispositivo de regulação ou emancipação social, articulando os contributos de Marshall (1967), sobre a ideia da continuidade dos direitos de cidadania, com a ideia de Boaventura de Sousa Santos (2002), sobre "a emergência do fascismo societal". A vantagem desta perspectiva crítica reside no alargamento do campo de análise das políticas sociais, tradicionalmente circunscrito às medidas em si, e no seu enquadramento no sistema político de legitimação do capitalismo: o Estado-Providência. Assim, serão discutidas quatro dimensões: i) implicações políticas da transição de uma lógica de "welfare" para "workfare", em termos de cidadania social, dado que as políticas de activação se afirmam como um novo paradigma no domínio das políticas sociais; ii) classificação das recentes alterações segundo a concepção de "justiça rawlsiana", ou seja, avaliando até que ponto têm visado a igualdade, privilegiando os mais "desfavorecidos", bem como até que ponto a "justiça distributiva" tem sido promotora da liberdade individual; iii) avaliação dos riscos e complexidades da equidade, uma vez que a discriminação positiva, ao abrigo de um princípio de equidade, pode pôr em causa um princípio universal de igualdade de condição; iv) articulação entre diferentes escalas - o Modelo Social Europeu, a política social europeia e os Estados-Providência nacionais - explorando a hipótese de contradição nalguns níveis, entre objectivos e resultados. Como suporte empírico desta reflexão serão consideradas as últimas alterações da política social em Portugal: taxas moderadoras do SNS, subsídio de desemprego, Rendimento Social de Inserção, Complemento Social para Idosos e a Reforma

da Segurança Social (2006). Como conclusão principal desta reflexão, constata-se que, mesmo pequenas alterações nas medidas de política social, podem consubstanciar uma novo paradigma no processo de legitimação política do Estado-Providência, que importa aferir.

DANIEL CAROLO é Doutorando em Ciências Sociais, variante de Sociologia Política, no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, desde Outubro de 2006, com o projecto de investigação: "Desenvolvimento e Legitimidade Política do Estado-Providência: um estudo sobre Portugal.". É Mestre em Economia e Política Social, no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa.

Lígia Mori Madeira, "Políticas sociais de apoio a ex-presidiários: Um estudo da actuação pública e da sociedade civil no Brasil"

A pesquisa investiga o apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil, a partir de um estudo das produções legislativas, das políticas públicas, e da implementação de políticas sociais, a partir da criação de programas de apoio, surgidos no país, a partir da década de 1990.

O Brasil lida historicamente com o problema da reincidência criminal, e em função de seus altos índices, apenas no final da década passada começa a preocupar-se com o tema dos ex-presidiários, especialmente daqueles que saem do cárcere, permanecendo longe da criminalidade, mas sem apoio social.

O estudo revela que a preocupação com tal categoria social é fruto de uma série de mudanças sofridas pelo Estado brasileiro pós-redemocratização, que implementa constitucionalmente os preceitos de proteção aos direitos humanos, focaliza o problema da pobreza a partir da produção de políticas sociais universalistas e de transferência de renda; e, no âmbito penal, atua mediante um modelo dual: para os crimes de camadas altas, constitui-se um modelo liberalizante; enquanto para criminosos comuns, endurecem-se as legislações e agravam-se as penas.

No caso específico dos egressos, o desenvolvimento de programas de apoio é parte de uma mudança no papel centralizador do Estado - rompendo-se com a perspectiva weberiana do monopólio do uso legítimo da violência -, voltada a incorporar a sociedade civil como ente fundamental. Sendo assim, constituem-se redes sociais, formais e informais, promovidas por entes públicos e da sociedade civil, para focalizar este objeto antes carente de benefícios e garantias.

Sob o ponto de vista dos egressos, a inserção em programas de apoio resta importante, por dar visibilidade a esta categoria social, ao mesmo tempo em que permite alguns ganhos de capital social. No entanto, em uma lógica disciplinar, os programas acabam contribuindo à extensão das redes de controle

pós-prisionais, que acompanharão as trajetórias de egressos mesmo depois do término do cumprimento de suas penas. Como referencial teórico, partimos das produções sobre o Estado social europeu e brasileiro, a temática das políticas públicas e sociais; o aporte teórico produzido pela criminologia crítica; bem como o arcabouço bourdiano e foucaultiano, no que diz respeito ao disciplinamento e ao habitus.

LÍGIA MORI MADEIRA é Socióloga (UFRGS/ Brasil); Bacharel em Direito (PUCRS/ Brasil); Mestre e doutoranda em Sociologia (UFRGS/ Brasil). Professora das Faculdades de Direito da PUCRS/ Brasil e UNISINOS/ Brasil.

Jorge Caleiras, "Do desemprego à pobreza? Trajetórias, experiências e enfrentamentos"

A presente comunicação visa apresentar alguns resultados, ainda provisórios, de uma investigação em curso, cujo objectivo central passa por conhecer melhor as consequências pessoais do desemprego, em particular a relação deste com situações de pobreza.

Embora estas duas realidades - desemprego e pobreza - não se sobreponham necessariamente, a verdade é que, com frequência, se encontram, se entrecruzam. Foi, aliás, nesta ideia que se fundou a hipótese partida - a de que o desemprego é gerador de situações de risco de pobreza. Em que medida é que o desemprego se pode tornar fonte de pobreza? E como é esta relação se passa num "território-laboratório" concreto (o distrito de Coimbra) e num tempo (2000-2005) definidos? Eis duas das questões inicialmente formuladas, que serviram de fio condutor da pesquisa.

Reconhecendo que o desemprego não pode ser visto como uma realidade social ontologicamente dissociada dos indivíduos, isto é, separada dos desempregados, assumiu-se que as consequências que ele gera estão antes de mais (e sobretudo) inscritas nas histórias pessoais, singulares e irredutíveis, daqueles que o experimentam. A preocupação em conhecer a relação "a partir de dentro" fez colocar os desempregados no centro da discussão e remeteu o estudo para um patamar experiencial que exigiu grande proximidade do objecto. Depois de uma análise longitudinal de trajetórias de desempregados, baseado numa matriz extraída da base de dados nacional da segurança social, o estudo baixou de nível de pormenorização até se atingir a expressão mais fina e individualizada, conseguida pela via da aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos próprios desempregados.

A conjugação de resultados até agora obtida aponta no sentido de considerar que, embora de forma diferenciada, as consequências geradas pelo desemprego, tanto no plano objectivo quanto no subjectivo, estão na origem de múltiplas manifestações de pobreza que, na sua maioria, se podem designar de "suaves" e integradas".

Nesse sentido defende-se que, à semelhança das manifestações de pobreza mais "severas", conhecidas

e intervencionadas através do Rendimento Social de Inserção, aquelas, embora menos visíveis, “envergonhadas” e complexas, não podem, por isso, deixar de ser combatidas, também elas, pela via da intervenção pública.

JORGE CALEIRAS é licenciado e mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Quadro do Instituto da Segurança Social, I.P., desenvolve actualmente trabalhos de doutoramento na mesma Faculdade, subordinados ao tema “Para Além dos Números - As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Exclusão e Estratégias de Enfrentamento”.

Júlia Amâncio, "Os desafios da Gestão de Políticas Públicas a partir das Parcerias entre Estado e Sociedade Civil: O Caso da Assistência Social em São Paulo."

Atualmente a gestão de políticas públicas depende do estabelecimento de parcerias entre o poder público e entidades da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que se procura constituir parâmetros mais públicos para a gestão das políticas, ampliam-se a utilização de mecanismos como a prestação indireta de serviços e a focalização de gastos. Este trabalho pretende abordar estas questões através de um estudo de caso sobre a política de assistência social na cidade de São Paulo. Partindo de dados oficiais, produziu-se uma caracterização territorial e setorial da rede socioassistencial existente na cidade. Confrontando estes dados com os referentes à vulnerabilidade social - utilizados pelo poder público para determinar a focalização da política da área - constatou-se que o poder público não consegue cumprir sua estratégia de gestão focalizada da política de assistência social no município. Esse é o terreno pantanoso sob o qual se assentam nossas questões: quais os limites colocados ao Estado para implementar políticas públicas a partir deste contexto? O fato da política de assistência social na cidade de São Paulo depender da atuação compartilhada entre poder público e sociedade civil não afetaria diretamente a estratégia de focalização da política pretendida pelo poder público? Se afeta, quais são os seus significados políticos? Quais os limites que tais considerações revelam para a estratégia de prestação de serviços sociais através da relação entre Estado e entidades da sociedade civil?

JÚLIA AMÂNCIO é Bacharel em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, é Mestre em Ciência Política pela mesma Universidade (2008). Actualmente pesquisadora do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), desenvolve pesquisa sobre ação coletiva e reforma dos serviços públicos de saúde e assistência social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.

Tatiane Godoy, "Políticas públicas para a Economia Solidária no Brasil: A autogestão na reprodução das relações sociais de produção"

O enfrentamento da precarização do trabalho e das dificuldades de acesso ao emprego tem motivado a formulação de políticas públicas voltadas para a geração de trabalho através de programas que incluem formas autogestionárias de empreendedorismo. Municípios, estados e governo federal têm implantado sistemas de capacitação, apoio e fomento a grupos de trabalhadores que buscam coletivamente se inserir no mercado de trabalho através de produção, comercialização e prestação de serviços. São inúmeras as atividades desenvolvidas por empreendimentos solidários. Mas o que se tem observado é que estes trabalhadores necessitam primordialmente de apoio do Estado para que possam iniciar e manter os empreendimentos. Visando debater o papel do Estado nas iniciativas de empreendedorismo solidário, realizaremos uma análise do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento do governo federal brasileiro enquanto estratégia de desenvolvimento local fomentada por instituições governamentais e não governamentais. Através da teoria crítica questiona-se o potencial emancipatório de uma forma de organização do trabalho que objetiva o fim da separação capital/trabalho. Busca-se compreender a contradição entre o papel e a ação do Estado na geração de trabalho e renda através de empreendimentos autogeridos inseridos no modo de produção que visa a acumulação ampliada do capital. Santos (2003) nos mostra que a história do capitalismo também é a história das lutas de resistência e da crítica contra valores e práticas. A viabilidade das alternativas, pelo menos a curto e médio prazo, depende da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo. Tal viabilidade, entretanto, não significa a aceitação do que existe porque a realidade, segundo o pensamento crítico, não se reduz ao que existe. O fato de iniciativas alternativas não representarem novos modos de produção não lhes retira sua relevância nem seu potencial emancipador. Contata-se que, ao Estado cabe incentivar a formação e promover a sustentabilidade de empreendimentos solidários. São necessárias políticas públicas com continuidade no tempo e no espaço político.

TATIANE GODOY é licenciada, bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Campus de Rio Claro/Brasil. É bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo para a realização da tese de doutoramento em Geografia com estágio no Centro de Estudos Sociais. Consultora Técnica de Projetos do Observatório Territorial da Universidade Estadual Paulista Campus Rio Claro e aluna do Programa de Pós-Graduação desta universidade. Atua na área de Geografia Humana.

Mesa 3 | 14.00-15.30, Sala 2

Moderadora: Alba Carvalho

Juliana Torquato Luiz, "As políticas sociais nas fronteiras entre o público e o privado: Avanços e limites nas ações de responsabilidade social do Sector Energético Brasileiro"

A reorganização das ações e serviços sociais dentro do contexto das chamadas Reformas do Estado ocasionando a transferência de responsabilidades públicas para espaços que se relacionam entre o público e o privado, trouxe abordagens advindas do chamado mundo da empresa (Renaud Sainsaulieu, 1997) às políticas sociais, tais como o tema da responsabilidade social.

As fronteiras entre o público e o privado vão se modificando através da história, e os objetos em disputa não são determinantes para diferenciar o que é público ou privado, mas a forma como esses circulam na sociedade e o lugar onde os atores sociais em um contexto sócio-histórico decidem alocá-los.

Nesse contexto, o trânsito das ações e políticas sociais nessas fronteiras tem sido referência numa proposta de "pluralismo de bem-estar". Ações filantrópicas empresariais, por exemplo, que costumavam ser elaboradas dentro do campo social da empresa, sem o debate público e coletivo envolvido em suas confecções, passam a ser publicizadas no trato de políticas sociais quando estas deixam de ser responsabilidade exclusivamente do Estado.

Atividades cívicas e solidárias, conjugando esforços públicos e privados para o enfrentamento dos dilemas sociais entram na agenda de diversas instituições não só representantes da sociedade civil, mas em empresas públicas estatais. O contexto político dessas considerações irá complementar o cenário que possibilitaram novos encaixes entre Estado, mercado e sociedade civil na conformação da institucionalização de programas sociais ainda em vias de construção, como os caracterizados de Responsabilidade Social em empresas do sector energético brasileiro.

A convivência entre populações e comunidades atingidas pelos empreendimentos do setor de energia é marcada por conflitos e impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Os riscos públicos e as consequências de complexos hidroelétricos, por exemplo, demandaram ao longo das últimas décadas medidas para mitigar tais efeitos nas populações directamente atingidas através de diferentes políticas sociais.

Tomando essas considerações como ponto de partida, propomos para esta comunicação uma discussão sobre os limites e avanços das práticas de responsabilidade social desenvolvidas pelo setor energético

governamental dentro do contexto amplo das políticas sociais brasileiras após a Constituição de 1988, comparando e avaliando suas estratégias e premissas na elaboração, implementação e execução desses projetos a partir da consideração de um conjunto de componentes e atores que compõem essa "engenharia" de relações e significados.

JULIANA TORQUATO LUIZ é socióloga, actualmente doutoranda do programa Democracia no Século XXI, do Centro de Estudos Sociais - CES, Universidade de Coimbra. Possui domínios nas áreas da sociologia da empresa, políticas sociais e direitos humanos.

Aline Mendonça e Vanderson Carneiro, "O movimento da economia solidária no Brasil: Uma discussão sobre a possibilidade de unidade através da diversidade"

O contexto marcado pelas teorias neoliberais, globalização, reestruturação produtiva e consequentemente individualismo exacerbado, também afetou as ações coletivas que caracterizam os movimentos sociais. As décadas de 1980 e 1990 foram cenário para uma mudança de paradigmas nas elaborações dos movimentos sociais. Nesse período, os movimentos sociais se transformaram e assumiram novas demandas localizadas no âmbito da sociedade civil. O carácter contestatório do movimento social perdeu forças diante da ausência de um inimigo visível, a quem dirigiam suas reivindicações. O Estado deixa de ser o principal adversário. Assim os movimentos sociais não objetivam mais tomar o poder do Estado, mas garantir direitos sociais.

Por outro lado, o mercado auto-regulado visto actualmente como produtor da desigualdade social é criticado. As instituições fluídas e des-territorializadas, configuradas neste contexto, diluem e esterilizam as ações dos movimentos sociais.

Nesse sentido, presenciamos os movimentos sociais demandando bens e serviços necessários à sobrevivência humana, e principalmente reivindicando a garantia dos direitos sociais, de igualdade, liberdade e democratização das relações sociais. Na actualidade, os movimentos sociais se apresentam atuando em redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais.

Uma das questões que se coloca nesta ação de reivindicação de direitos e no formato em rede dos movimentos sociais é se estes mantêm suas características contestatórias e de transformação social.

Diante deste debate, nosso trabalho discute a ação de atores sociais que estão relacionados com a prática e promoção da Economia Solidária no Brasil e questiona o formato e o sentido de contestação tanto ao Estado quanto ao Mercado.

No Brasil, os agentes da economia solidária não estão poupando esforços em promover um amplo conjunto de discussões e articulações variadas que conectam organizações e entidades populares configurando o movimento da economia solidária. Neste sentido, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é a maior expressão do movimento de economia solidária. Porém, a dinâmica que o movimenta é pouco conhecida e precisa ser avaliada na perspectiva de entender se ela contempla os procedimentos, princípios e valores que resultam o possível potencial contestatório dos movimentos sociais, bem como, avaliar em que medida suas ações se relacionam com os aspectos, políticos, econômicos e culturais.

ALINE MENDONÇA DO SANTOS é mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e doutoranda em Serviço Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

VANDERSON GONÇALVES CARNEIRO é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. É membro-pesquisador do Projeto Democracia Participativa (PRODEP) da UFMG e membro do Centro de Estudos Sociais - América Latina - CES-AL.

Denise Dornelles, "Pobreza e políticas sociais: É possível combinar complexidade com equidade?"

Este texto abordará elementos de análises que resultaram originalmente do estudo de caso que investiga o impacto do Programa Bolsa Família no município de Camaçari-BA/BR e o Rendimento Social de Inserção - RSI em Portugal, combinando a análise crítica com o estudo comparado, com o intuito de apresentar uma visão, a partir do micro espaço, sobre o modelo de política social inscrito na contemporaneidade. O tema articulador discorrerá a partir da reflexão sobre as políticas sociais problematizando-as em compensatória ou emancipatória, diante do cenário complexo da vida cotidiana das grandes metrópoles.

DENISE DORNELLES é Pós-doutoranda pela Universidade de Coimbra-UC/Portugal; Doutora em Serviço Social; Professora e pesquisadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania e da Escola de Serviço Social-UCSal; Coordenadora da Pesquisa A análise do Programa Bolsa Família na RMS: o estudo de caso do município de Camaçari/Bahia.

Rosa Lourdes dos Santos, "Homens no exercício do cuidado desconstruindo suas masculinidades"

Este estudo tem como objetivo desvelar como homens, agentes comunitários de saúde percebem, descrevem e vivenciam relações de gênero no processo do cuidado junto a famílias. Realizou-se em duas etapas metodológicas: a primeira, grupos focais com homens identificados em um universo de 170 agentes comunitários de saúde, de ambos os sexos, vinculados a unidades de saúde localizadas em uma região periférica da cidade de São Paulo. E a segunda de entrevistas em profundidade com 15 agentes de saúde selecionados neste universo. Trata-se de homens com histórias profissionais pregressas marcadamente masculinas que, na condição de desempregados, buscaram inserção profissional no Programa Saúde da Família [PSF]. O estudo revelou questões de gênero de diversa ordem como, não identificação com o tipo de trabalho; insatisfação pela situação de subalternidade vivenciada na instituição, submetendo-se para manter-se empregado, descontentamento e desestímulo advindos da rotina, da burocracia, do baixo salário e da impossibilidade de ascender profissionalmente. Situação agravada pela dificuldade de estabelecer limites entre as fronteiras do trabalho com suas vidas particulares, decorrentes de critérios estabelecidos pelo PSF, o de ter que residir na área de atuação. A prática profissional tem permitido vivenciar mudanças significativas em suas vidas pessoais como, a de reverem valores machistas impregnados e a de repensarem suas próprias relações de gênero em suas várias dimensões. Os depoimentos apresentaram elementos que permitiram revelar o quanto de sensibilidade vem dissolvendo o lado machista de ser de cada um desses homens, e também maior flexibilização das relações de gênero no espaço doméstico. Daí concluímos que uma das possibilidades de ruptura nas relações assimétricas entre gêneros, talvez seja valorizar esse tipo de inserção em campo de trabalho considerado feminino.

ROSA DE LOURDES DOS SANTOS é coordenadora da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Regional São Paulo e integrante da OSCIP Observatório da Mulher, em São Paulo.

Eliza Vasconcelos, "As novas formas de organização do trabalho no contexto da globalização: A experiência do transporte alternativo na região metropolitana de Belém"

Esta apresentação pretende pôr em debate o mais recente fenômeno do cenário brasileiro na área do transporte público que se denomina de Transporte Alternativo - TA. O surgimento dessas novas formas de organização do trabalho no contexto nacional e regional tem sido objecto de preocupação do poder público através dos seus órgãos de gerenciamento e de Câmaras Municipais.

O TA vem conquistando espaço no mercado de transporte de forma “clandestina” ou regulamentada, porém, este de forma restrita e selectiva frente à oferta real.

A hipótese central deste estudo é demonstrar que uma parcela significativa de trabalhadores que atuam no Transporte Alternativo não possui autorização para exercer sua atividade de forma regulamentada, ficando excluído do planejamento do transporte urbano e mesmo sem autorização do poder público exercem suas atividades com única alternativa de reprodução de si mesmo e de sua família.

E inegável a posição do transporte entre os problemas que mais afetam o cotidiano das cidades brasileiras. Como outras áreas das políticas urbanas, ele também apresenta no seu interior uma problemática que se manifesta em alguns aspectos, a saber. a) a ausência de regulamentação pública para a prestação do serviço de Transporte Alternativo b) deficiência do transporte regulamentado e c) a insuficiência de linhas interbairros.

O objetivo do estudo é compreender as novas relações de forças estabelecidas no cenário da política setorial de transporte público, identificar os principais determinantes que compõem o processo de sua constituição, expansão e organização. Verificar as perspectivas de sua inserção na formulação de políticas de transporte responsáveis pela mobilidade e acessibilidade principalmente em áreas com maior carência de transporte público no âmbito do espaço urbano da RMB.

Neste estudo foi possível a realização do mapeamento das principais organizações do TA, investigar as formas de relações estabelecidas com o poder público estadual e municipal, é tarefa ainda, verificar se existe a presença desse fenômeno no setor de transporte urbano da realidade europeia, especificamente na política de transporte urbano portuguesa.

A compreensão dessas redes de relações nos remete a análise não somente da política urbana em si mesma, mas também a mediação com o processo de acumulação capitalista e seus desdobramentos em nível global, regional e local. Portanto, não pode ser entendido exclusivamente no âmbito da relação de reprodução local, mas perpassando todo o processo de relações sociais inerentes ao modo de produção dominante. As transformações ocorridas nas relações de produção na virada do milênio trazem consigo novos fenômenos tanto no âmbito institucional como na esfera do espaço urbano, as contradições entre o binômio centro x periferia, refletem as profundas mudanças ocorridas no atual curso de acumulação capitalista.

O novo desafio colocado para o trabalho tem seu desdobramento no setor de transporte urbano, requerendo do Estado uma nova arbitragem as demandas colocadas na pauta das relações sociais estabelecidas neste novo cenário, neste estudo em particular, ao Transporte Alternativo.

ELIZA VASCONCELOS é Assistente Social da Companhia de Transporte do Município de Belém-Pa/BR e

professora do Centro Sócio-económico da Universidade Federal do Pará. Actualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e aluna doutoral no Instituto Geográfico da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

SESSÃO VI

Governança e Dinâmicas Sociais Contemporâneas: um mundo de diversidades ou de homogeneidades?

Mesa 1 | 9.15-10.45, Sala 1

Moderador: Pedro Araújo

Bernardete Perez - "Gestão e subjectividade: A dupla tarefa da produção de saúde e da produção de sujeitos no Sistema Único de Saúde (SUS)"

Nas duas últimas décadas, o setor saúde no Brasil tem-se alocado como catalizador de propostas inovadoras nos campos da assistência e gestão pública - impulsionadas pelos princípios democratizantes e de justiça social que orientam o movimento de reforma sanitária brasileira. Paradoxalmente, também vem sendo o lugar privilegiado de manifestação das contradições sociais e do intenso processo de exclusão, segregação e desvalorização da vida que tem marcado nossa sociedade.

Assim, uma diretriz essencial para a reconstrução do modo de governar instituições, mais especificamente as organizações em saúde, refere-se ao reconhecimento explícito de que todo coletivo organizado para a produção cumpre duplo papel: produzir bens ou serviços de interesse social e ao mesmo tempo assegurar a sobrevivência da própria organização e do conjunto de agentes que a integrem ou dela dependam.

Partindo desses pressupostos, a questão orientadora é: como operar os princípios e diretrizes do SUS e que mudanças são produzidas a partir disso, considerando o sistema de saúde e tomando algumas experiências em gestão como caso.

Tem como objetivo geral analisar que mudanças são produzidas na saúde a partir de diretrizes de modelos de atenção e gestão ofertadas pelo lugar de gestão em estudo: o apoio institucional às gestões em saúde e rede de saúde no Brasil. Esse trabalho, do qual participo como Consultora da Política Nacional de Humanização/Ministério da Saúde tem como objetivo a implementação de diretrizes de modelo de atenção e gestão como: acolhimento, gestão colegiada, clínica ampliada, ampliação da saúde coletiva entre outras.

Um estudo qualitativo, fundamentado nas técnicas/ferramentas da pesquisa participante e pesquisa-ação. Dessa maneira, é possível conciliar a observação com participação ativa do pesquisador e ação proposta aos grupos/coletivos seguindo regras do clássico procedimento de formulação de hipóteses, coleta de dados e comprovação.

Este estudo trabalha com a reinvenção e ampliação das possibilidades de mudança nas instituições de saúde, a partir do aumento da capacidade de análise e, portanto, de intervenção dos gestores e sujeitos implicados. Um estudo empírico fundamentado teoricamente e influenciado pela práxis profissional e política da pesquisadora e dos sujeitos da pesquisa, desencadeando um processo de apoio institucional às equipes da rede SUS.

BERNARDETE PEREZ é médica e docente na Faculdade de Medicina de João Pessoa/PB. É mestre em Saúde Coletiva pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/FIOCRUZ/ PE.

Inês Zuber, "Territórios Participados e Cidadania - Experiências em Portugal e na Venezuela"

A comunicação aqui proposta iniciaria com a desconstrução sociológica de um conceito utilizado "senso-comunalmente" - a «cidadania» - propondo a sua definição e delimitação por correntes teóricas, como sejam o liberalismo, o marxismo ou a teoria marshalliana da compatibilidade. Pensamos ser este um importante fio condutor que nos levará às discussões contemporâneas acerca da participação, da cidadania e das concepções de democracia, as hegemónicas e não hegemónicas, no sentido dado por Boaventura de Sousa Santos. Os modelos constitucionais representativos e o modelo de acção do Estado-Providência têm sido questionados pelas restrições impostas ao exercício da cidadania, por

parte dos defensores da concepção participativa de democracia, na qual a combinação do Estado com a sociedade civil ganha a maior centralidade. A relação causal entre a implementação de sistemas de direitos e a modificação do sistema de classes será ainda equacionada.

Os “arranjos participativos”, que evidenciam as virtualidades do envolvimento das populações nas decisões políticas, têm sido objecto de experiências, sobretudo, ao nível local. No entanto, pensamos, existirem configurações variadas de experiências da chamada “democracia participativa”, que ultrapassam as lógicas de uniformização da chamada “globalização” e que não se situam somente num plano localista, mas em configurações ao nível do Estado-Nação e regionais. Assim, pretendemos lançar hipóteses e pistas de investigação relativamente a dois exemplos empíricos que nos parecem pertinentes para a problemática em discussão, além de que se podem estabelecer quadros de comparabilidade entre eles. O primeiro exemplo privilegia as Comissões de Moradores surgidas com as movimentações populares do período revolucionário pós-25 de Abril, que ilustram como a Revolução Portuguesa não pode ser somente assinalada como a restauração das liberdades políticas e a institucionalização da democracia representativa. O segundo exemplo refere-se aos Conselhos Comunitários, na Venezuela. Aqui, contrariamente ao que acontece com o exemplo do conhecido Orçamento Participativo de Porto Alegre, não nos encontramos ao nível da iniciativa municipal no envolvimento de agentes sociais, mas no estabelecimento de um quadro legal nacional que dota as comunidades territorialmente definidas de competências organizacionais, decisórias e executivas. As suas origens, características e configurações legais serão discutidos.

INÊS ZUBER é Licenciada em Sociologia e Planeamento, no ISCTE (2005). Frequenta o 2º ano do Programa de Doutoramento em Sociologia no ISCTE, com projecto de tese “Territórios Participados? Um estudo de caso no domínio da Democracia Participativa”.

Ana Raquel Matos e Daniel Neves, "Participação pública, capacitação e sistemas de accountability": experiências de Orçamento Participativo na América-Latina e na Europa em comparação

Tenta-se, nesta apresentação, proceder a uma avaliação crítica de três experiências de Orçamento Participativo, a partir das quais se perscruta, por um lado, potenciais de capacitação dos cidadãos que envolvem a mobilização de distintos saberes e, por outro, a forma como esses processos podem contribuir para a redução de desigualdades.

Mais concretamente, recorre-se ao método de caso alargado, com o intuito de produzir uma avaliação comparativa de experiências de Orçamento Participativo em Sevilha (Espanha), São Brás de Alportel (Portugal) e Belo Horizonte (Brasil). Avaliam-se os constrangimentos e as potencialidades de cada um dos processos para, dessa forma, aferir sobre a emergência de novas configurações de conhecimentos

resultantes do mútuo envolvimento entre cidadãos, técnicos e políticos.

Acresce à análise a identificação de canais de prestação de contas/responsabilização que têm vindo a constituir novas ferramentas de “controlo social”, numa tentativa de conferir visibilidade a iniciativas que se destinem à efectiva redução de desigualdades, sobretudo às formas de vulnerabilidade que afectam, em particular, grupos e comunidades economicamente mais desfavorecidas ou atingidas por diferentes formas de discriminação.

Os resultados a apresentar estão enquadrados no âmbito de um projecto em curso – ResIST (Researching Inequality through Science and Technology) –, financiado pela Comissão Europeia, do qual o Centro de Estudos Sociais é parceiro.

ANA RAQUEL MATOS é socióloga e investigadora do Centro de Estudos Sociais. Frequenta o Programa de Doutoramento “Governança, Conhecimento e Inovação”, do Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

DANIEL NEVES é sociólogo e investigador júnior do Centro de Estudos Sociais. Frequenta o Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Bernardete Bittencourt, "Dinâmicas sociais contemporâneas: Redes, capital social e desenvolvimento sustentável"

Neste artigo se discute redes sociais, relações de confiança e capital social, suas evoluções recentes e alguns conceitos básicos. Analisa-se a ideia que as relações de redes existentes na sociedade moderna servem de base para o desenvolvimento sustentável. Enfatiza-se a importância do uso desta metodologia como ferramenta para o desenvolvimento sustentável de comunidades e grupos sociais, sob a óptica do conceito de Mark Granovetter. Neste contexto, as contribuições teóricas mais relevantes são destacadas, assim como o seu potencial de análise, sem perder de vista o objecto do estudo de caso.

Usa-se como base do argumento os estudos publicados por Mark Granovetter que abordam acção económica e estrutura social, incrustação, redes sociais, relações de confiança, capital social, desenvolvimento económico ... Descreve-se em moldes de um estudo de caso o ambiente de uma empresa de microcrédito - Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Piauí - CEAPE/PI - situada no Nordeste brasileiro, para dar exemplo da real aplicação do conceito de Granovetter. Parte-se de uma contextualização teórica com base no autor principal - Granovetter - e discute-se outros autores que ajudam a sustentar o discurso de que as relações de confiança, redes e capital social contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Em um mundo de diversidades e/ou de homogeneidades, as redes de relações sociais têm sido investigadas em várias áreas do conhecimento. Áreas como a sociologia, a economia, a gestão, ciências

políticas ... ciências da comunicação ... como base para a geração do conhecimento e acção social. Analisa-se a sua relevância económica e política no contexto do desenvolvimento sustentável, da governação e dinâmicas sociais contemporâneas.

O presente artigo não possui conclusão. Trata-se de um estudo que compõe a base teórica da tese de doutoramento da autora - políticas de desenvolvimento sustentável - um instrumento estratégico de criação de emprego - e se insere na linha de pesquisa do SOCIUS: Desenvolvimento Sustentável, Terceiro Sector e Redes Sociais.

BERNARDETE BITTENCOURT é aluna do curso de doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações no ISEG/UTL, sob a coordenação do Prof. Dr. José Maria Carvalho Ferreira. É investigadora do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações - SOCIUS e pesquisadora associada do Núcleo de Instituições, Finanças e Políticas Públicas - NIPP/EAUFBA.

Eurídice Monteiro, "Mulheres, democracia e representação política"

Particularmente desde as últimas duas décadas do século XX, com a hegemonia da democracia liberal, tem vindo a ser realçado (especialmente nos estudos científicos, como também nos debates públicos e políticos) o carácter fortemente masculino do poder político, bem como a sua essência patriarcal. A persistente sub-representação política feminina interroga não só as mulheres, mas também o próprio

sistema democrático representativo. Em vez de insistir na alegada falta de interesse das mulheres pela política, as considerações que incidem sobre o sistema político destacam sobretudo os partidos como os principais responsáveis pela sub-representação das mulheres nos órgãos de poder político. Por conseguinte, essa sub-representação parece condicionar as formas de ocupação do campo político pelas mulheres, sendo notável a tendência para a masculinização das suas actuações. Daí que, as medidas de incentivo para uma maior participação política das mulheres tenham vindo a ganhar relevância crescente, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade da democracia.

Nesta comunicação, pretendo analisar a problemática da representação política das mulheres, destacando o contexto cabo-verdiano. Esta análise incide sobre as mulheres no Parlamento, no Governo e nas Autarquias Locais, no período após a institucionalização do multipartidarismo, centrando a minha atenção nas causas explicativas da sub-representação das mulheres nesses três órgãos principais de poder político.

EURÍDICE MONTEIRO é Socióloga, Mestre e Doutoranda em Sociologia no Centro de Estudos Sociais. Galardoada em Cabo Verde com o "Prémio Nacional dos Direitos Humanos 2007", na Categoria Estudo Científico, pela Dissertação de Mestrado, intitulada "Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais: Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde".

Mesa 2 | 11.00-12.30, Sala 1

Moderadora: Conceição Gomes

Susana Costa, "A cegueira do Estado face às novas famílias: As homogeneidades biológicas e as diversidades familiares"

As novas formas de governação do conhecimento, de actores, de relação entre ciência e sociedade colocam novos desafios à cidadania e à vida democrática. O cientismo, o progressismo tecnológico ou o utopismo automático da tecnologia (Santos, 1987) reflectem essa perspectiva no sentido em que postulam a diferença entre factos e valores, ciência e não-ciência, peritos e leigos e o privilegiar dos primeiros nos processos de compreensão do mundo (Nunes, 2007).

À luz do conceito de *co-produção* proposto por Sheila Jasanoff (2003), procura-se nesta comunicação explorar uma das formas mais importantes de relação entre a ciência e outros modos de conhecimento e entre as dimensões cognitiva e normativa, expressa na nova configuração de conhecimentos, práticas e

actores resultante da relação entre a biologia e o mundo do direito, tal como ela se apresenta nos processos de averiguação oficiosa de paternidade.

Se na actualidade a investigação compulsiva da identidade biológica depende, em grande parte, da actividade pericial e do trabalho desenvolvido pelos biólogos forenses, importa perceber como se faz a articulação entre os saberes da biologia e do direito, e como se realiza a *co-produção* das ordens cognitiva e normativa.

Se uma perspectiva de *epistemologia cívica* (Jasanoff, 2005) deve compreender os diferentes estilos de produção pública de conhecimento, a forma como se prestam contas à sociedade e aos cidadãos, a demonstração, a objectividade e a visibilidade desses conhecimentos, parece que no caso das AOP's se configura o confronto entre uma normatividade

radicada no passado e um saber que contribuiu para alterar as noções de paternidade, maternidade e família. Porém, a incerteza, a complexidade e as novas formas de vida em conjugalidade geraram novas formas de conhecimento público. O Estado, ao negar visibilidade a uma nova realidade familiar, acaba por se enquadrar mais numa perspectiva de uma *epistemologia de cegueira* do que numa perspectiva de *epistemologia cívica*.

SUSANA COSTA é investigadora permanente do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Coimbra, com a tese: *Actores Institucionais, Perícias e Paternidades no Sistema Judicial Português* (desde 2005).

Maritza Maldonado, "Espaço Pantaneiro, cenário múltiplo. Crianças Ribeirinhas: Territórios de subjectivações singulares"

Este texto se refere ao resultado de uma pesquisa desenvolvida com crianças ribeirinhas que moram na Campina, região labiríntica do Pantanal Matogrossense, no Brasil. Um espaço que se faz a todos os instantes e que, num piscar de olhos, se transforma em outro. Apresenta crianças que dão mais respeito às coisas que vivem de barriga no chão, que entendem o sotaque das águas, que valorizam as coisas e os seres desimportantes, que prezam mais os insetos que os aviões, mais a velocidade das tartarugas que a dos mísseis. Que gostam de passarinhos e, apanhando desperdícios em seus quintais, que são seus mundos, vivem a alegria de serem felizes sendo, simplesmente, crianças (trocadilho com a poesia *Apanhador de desperdícios* de Manoel de Barros, 2003).

Busca compreender a modernidade como um tempo em que se institui a ordenação do mundo como missão primeira de seu projeto (Bauman, 1998), e, sobretudo, um tempo ambivalente, em que o eterno e o efêmero co-existem. Assim, pretende-se ver, sentir, ouvir por meio da experiência dessas crianças e perceber outras possibilidades que a modernidade nos apresenta e que as metanarrativas dominantes, muitas vezes, nos impossibilitam enxergar. Ver o espaço pantaneiro como uma narrativa instituidora do processo de subjectivação da criança ribeirinha que fuja à regra da subjectividade requerida e/ou produzida pelo processo de subjectivação capitalístico. Ver as crianças como experiências que resistem ao saber e ao poder, experiências ímpares que, em seu limite, talvez, possam produzir algo novo, que seja diferente do sujeito individual produzido pelo projeto moderno.

O texto aborda a história enquanto fragmento, compreensão oportunizada pelos estudos de Walter Benjamin, Michel Foucault e Gilles Deleuze, que se unem, também, ao poeta matogrossense Manoel de Barros, quando diz que o material de sua poesia é: "um olhar para o ser menor, para o insignificante que [se criou] tendo. O ser que na sociedade é chutado como uma barata - cresce de importância para o meu olho" (BARROS, 2001)

MARITZA MALDONADO é professora da cadeira de Didática e Prática de Ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT, no Brasil. É Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS-Brasil. Frequenta o Programa de Doutorado em Educação da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro.

Eunice Seixas, "Governança Global e Ajuda ao Desenvolvimento: Dilemas das ONGs nas Periferias do Sistema Internacional"

No sistema humanitário internacional actual ganham preponderância os actores e as políticas do capitalismo neoliberal global, que promovem programas de state-building e peace-keeping, num processo que Duffield (2002; 2004; 2007) chama de 'securitização do desenvolvimento'. Tal 'securitização do desenvolvimento' representa uma forma da governação liberal global conter a violência nas 'borderlands', aumentando o controle biopolítico sobre as mesmas, de modo a garantir a 'segurança global', sendo que, depois do 9-11, a tónica é colocada mais na ideia de 'segurança' do que no 'desenvolvimento' dos países beneficiários, tornando a escolha dos mesmos, dependente da luta contra o terrorismo e condicional ao objectivo de garantir a segurança na metrópole. Este processo parece evidenciar a ligação das ONGs à soberania. Como é que as ONGs vivenciam e respondem ao dilema do seu duplo constrangimento - aos Estados e instituições doadoras e aos beneficiários? De que modo é que estes actores colocam a questão do confronto das formas de governação ditadas pelo capitalismo global, com modos diferenciados de governação nos contextos em que intervêm? - O discurso oficial de ONGs como a Oxfam parece fazer face às actuais críticas à intervenção humanitária, através da inclusão das ideias de 'accountability' e de parceria, que, todavia, apenas contribui para a legitimação do modelo neoliberal, mascarando simultaneamente as diferenças e conflitos entre os vários intervenientes do sistema humanitário internacional e criando uma falsa visão de consenso entre os mesmos, ligada a objectivos genéricos de justiça, igualdade e segurança (com a tónica neste último).

Mas como é que tal discurso é recontextualizado e operacionalizado no Sul? E que outros actores entram aqui em cena? Em que medida é que a intervenção humanitária contribui para normalizar as práticas de reconstrução social, negando, neste processo, a expressão de conflitos e vozes dissonantes potencialmente positivas? E, pelo contrário, em que medida é que no terreno, o pendor neoliberal do discurso humanitário é apropriado, contestado e transformado pelos novos actores e novas escalas de actuação? Pretende-se levantar hipóteses, antes da ida para o terreno, sobre dois casos: os programas de ajuda ao desenvolvimento da Oxfam na Federação Russa e na Bósnia-Herzegovina.

EUNICE SEIXAS é psicóloga, licenciada em 1996 pela FPCE da UP e mestre em psicologia social pela mesma instituição em 2004. Actualmente é doutoranda do Programa 'Pós-Colonialismos e Cidadania Global' do CES-FEUC e tem como tema de tese "A Securitização do Desenvolvimento na Ajuda Humanitária/ao Desenvolvimento Internacional", sendo orientada pelos Professores José Manuel Mendes e José Manuel Pureza.

Luciane Lucas Santos, "A fome como cerceamento de direito político: Comunicação contra-hegemónica e soberania alimentar"

Sabemos que à alimentação estão vinculados importantes processos culturais que comunicam, em suas entrelinhas, modos de pertencer e se expressar. Deste modo, a fome aponta para algo mais do que fragilidade nas condições de sobrevivência. Implica, antes, condição política negada, já que se retira do indivíduo sua condição de expressão em um dos atos mais simples e básicos que lhe garantem o sentido de 'humanidade'. A fome aponta para uma situação de desenraizamento no seu nível mais basal, comunicando produção e uso desigual do espaço.

Partindo da sociologia das ausências, discutimos como a fome é um fenómeno social produzido por um modelo económico de desenvolvimento, cujo *modus operandi* se alicerça naquilo que Boaventura de Sousa Santos denominou cinco tipos de monocultura. Assim, a fome está nas entrelinhas de um saber científico que reduz o problema a uma lógica quantitativa e ilusória de produção de oferta de alimentos. Também mantém relação estreita com as monoculturas de temporalidade e de produtividade: só a produção que serve aos grandes interesses económicos importam e o tempo em questão é sempre o tempo do capital, com seu ritmo voltado para uma intermitente acumulação. A fome também é produto de um processo invisível (e paradoxalmente midiático) de naturalização de diferenças sociais, étnicas e de género. E se alimenta do enaltecimento de uma escala global, que tem contribuído para depreciar as soluções locais de soberania alimentar.

Assim, buscamos discutir o papel da mídia neste cenário. As representações midiáticas da fome e dos que são por ela atingidos - congelados na figura de famintos e carentes - fortalecem as posições desiguais que separam dominantes e dominados. Se a mídia legítima e alimenta um modelo capitalista (e viciado) de produção de sentidos a resistência passa por formas contra-hegemónicas de comunicação, comprometidas com a emancipação social e a articulação com vistas à soberania alimentar. Deste modo, procuramos não só correlacionar fome e modos de produção de ausência, como evidenciar a comunicação midiática como uma espécie de meta-monocultura, que suscita a necessidade urgente de se pensar a comunicação sob uma nova perspectiva, a de diálogo com as cinco ecologias.

LUCIANE LUCAS DOS SANTOS é pós-doutoranda no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Concluiu o doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2004. Actualmente é professor pesquisador do Programa de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Maria Ivonete Coelho e Carla Oliveira, "Desenvolvimento local e responsabilidade social empresarial"

As transformações em curso no sistema mundial, aceleradas pelos processos de globalização, evidenciaram, dentre outros aspectos, a necessidade de (re)significação da noção de desenvolvimento e a compreensão das modificações significativas na relação Estado, mercado e sociedade. Neste cenário, redefinem-se papéis, anteriormente cristalizados, de atores sociais, em particular, empresas e ONGs que passam a fazer parte da efetivação de propostas de desenvolvimento que se materializam nos espaços locais. No Brasil, as discussões em torno do desenvolvimento e da responsabilidade social ganham significado com a realização e publicização de estudos empíricos que buscam demonstrar a aplicabilidade de novos modelos e intervenções ancorados no envolvimento de componentes do poder público, da iniciativa privada e, também, da sociedade civil na discussão, proposição e implantação de formas alternativas de desenvolvimento local sustentável. Nesta direção, a noção de desenvolvimento sustentável desloca o sentido do crescimento económico, para o sentido de processo da melhoria da qualidade de vida de indivíduos e grupos fragilizados no intuito de ampliar direitos e expandir suas *capacidades* (SEN:1996;2000). Nesta reconceitualização da noção de desenvolvimento pode-se incorporar a dimensão da responsabilidade social empresarial, entendida como compromisso das empresas com todos os grupos de alguma forma atingidos pelos seus negócios, enquanto componente na construção de estratégias de afirmação de cidadania nos espaços locais. O contraponto desta concepção se constitui a associação do ideário da responsabilidade social empresarial apenas como instrumento de gestão que objetiva associar a imagem da empresa a causas sociais pelo viés do marketing social. A governança local neste contexto de diversidades e adversidades funciona como uma instância articuladora na construção de eixos comuns para ações propositivas. Em síntese, estas reflexões contribuem para desmitificar a globalização como geradora de um modo homogêneo de vida, bem como abrem espaços para a manifestação de relações democráticas e republicanas nos diversos níveis de convivência. O que permite visualizar uma outra sociabilidade possível, induzida pelo agir multifacetado dos atores partícipes da dinâmica local envolta em todos os seus construtos sociais, económicos, culturais e políticos em função do bem comum.

MARIA IVONETE SOARES COELHO é Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.

CARLA MONTEFUSCO DE OLIVEIRA é Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.

Mesa 3 | 14.00-15.30, Sala 1

Moderador: António Gama

João Seixas, "A reinvenção da política na cidade: Perspectivas de interpretação e análise crítica à governação urbana de Lisboa"

A investigação desenvolvida estrutura-se por três partes.

Em primeiro lugar, propõe uma ampla reflexão conceptual em torno dos possíveis novos sistemas de governação da cidade ocidental que emergem neste início de século. Procurando, nesse sentido, contribuir para uma maior clareza nos exercícios analíticos - e mesmo prospectivos - perante os desafios com que a governação da cidade de hoje se depara. Levantando questionamentos que, desde logo, subentendem uma essencial conjugação entre o que se denomina de sistema-cidade e sistema de governação de cidade. Nestes âmbitos, sugere-se um aprofundamento conceptual e analítico em três frentes: que perspectivas de manifestação sócio-cultural e institucional das atitudes políticas na cidade; que tipos de reforço de capacidades para um melhor entendimento e interpretação desta; a possibilidade de centralização do conceito de governação como conceito sistémico e integrante para as diferentes dimensões de análise e de valoração para a acção socio-política urbana.

Em seguida, e tomando como base a estrutura conceptual desenvolvida, analisam-se criticamente as dimensões integrantes à governação da cidade de Lisboa: administração, governança e capital sócio-cultural.

Em terceiro lugar, e após a correspondente análise crítica em torno dos sistemas de governação da cidade de Lisboa, alinham-se propostas de discussão, no sentido dinâmico da hipotética modernização da governação da capital portuguesa. O texto termina com algumas breves reflexões de teor mais filosófico, em torno dos possíveis espaços e tempos para a cidade e a política de hoje.

JOÃO SEIXAS é Economista e geógrafo urbano. Doutorado pela Universidade Autónoma de Barcelona em Geografia Urbana e pelo ISCTE em Sociologia do Território, com uma tese em torno da Governação da cidade de Lisboa (2007). Mestre em *Urban and Regional Planning* pela London School of Economics and Political Science (1997). Professor e consultor nas áreas das ciências urbanas e do desenvolvimento das cidades e metrópoles, em Lisboa e Barcelona.

André Carmo e Ana Esteves, "O conflito social e a construção da cidadania no espaço urbano"

Esta comunicação, essencialmente de âmbito teórico e reflexivo, tem como objectivo principal explorar as relações existentes entre conflito social e a construção da cidadania no espaço urbano. Cremos que, num tempo de mudança como é aquele que estamos a experienciar actualmente, transformações decorrentes de um contexto global mais alargado e outras que operam a escalas mais reduzidas têm vindo a modificar significativamente os espaços urbanos contemporâneos.

Estas transformações representam também novas formas de conflitualidade no espaço urbano. O aumento das migrações internacionais, por exemplo, levantou novos problemas e criou novos desafios nas mais diversas esferas da vida social, política, económica e cultural. Estes cristalizam-se, sobretudo no espaço urbano, nas cidades, locais onde se concentram as 'oportunidades'. Concomitantemente, as novas exigências trazidas por essas transformações inscrevem-se também numa cidadania em mutação, ampliando cada vez mais o seu campo de acção de forma a dar resposta a um crescente número de solicitações, tentando incorporar alguns dos elementos que fazem parte das novas dinâmicas sociais. Isto significa que, o espaço urbano contemporâneo é cada vez mais plural e heterogéneo. Existe assim uma tensão entre uma governação que se pretende homogeneizadora, facilitando o controlo social, e uma

realidade cada vez mais diversa e difícil de controlar através dos mecanismos existentes.

Assim, cremos ser possível avançar um conjunto de ideias sobre a existência de novas formas de conflito social urbano e da sua influência para a expansão e aprofundamento da cidadania (urbana).

Com esta análise fundamentalmente enquadrada por uma geografia radical crítica, pensamos poder contribuir para demonstrar que algumas singularidades decorrentes da utilização de uma perspectiva alicerçada nesta disciplina poderão contribuir para alargar o campo do debate e também para demonstrar a sua utilidade social e analítica.

André Carmo é doutorando de Geografia Humana na FLUL. Interessa-se por questões relacionadas com a organização sócio-espacial das cidades e da forma como esta se relaciona com a construção e fruição da cidadania. Multiculturalismo e pensamento anarquista são outras das temáticas sobre as quais tenho vindo a reflectir.

Ana Estevens é doutoranda de Geografia Humana na FLUL. O seu tema de doutoramento é o conflito social no centro das cidades. Interessa-se pelas questões associadas à geografia urbana, social e humana.

Oscar José Rover, "Redes de poder e selectividades na governação de territórios regionais brasileiros"

Este trabalho analisa processos de governação em regiões brasileiras, entendendo-os como ilustrativos de situações semelhantes a outros países. Desde a década de 1990 são crescentes as iniciativas dos governos estaduais e federal para integrar atores e setores na gestão pública, constituindo novas configurações institucionais como os aqui denominados Fóruns de Desenvolvimento Regional (FDR). Deles participam agentes de governo, do mercado local e da sociedade civil. De maneira geral eles se definem como instituições de governação local, como ambientes de negociação, deliberação e controle de políticas públicas, com propósito de defesa do interesse público, entendido como distribuição universalista e inclusiva dos bens da sociedade. Entretanto, o cenário de sua atuação mostra os atores sociais mais organizados crescentemente agindo em variadas escalas territoriais ao mesmo tempo, com maior capacidade de mobilizar recursos e ativos em favor dos seus interesses. Por outro lado, os atores menos organizados têm dificuldade em acessar os espaços institucionais dos FDR e, quando acessam, sua participação se dá de forma tutelada e legitimadora de políticas previamente elaboradas. Na governação dos FDR, assim, verificou-se a prevalência da satisfação dos direitos individuais face aos direitos coletivos; que a legitimação política dos fóruns passa majoritariamente pela satisfação de interesses privados; que a autonomia dos atores privados precede a autonomia pública dos espaços institucionais; e que os conflitos de interesse favorecem os atores com mais capacidades, através de mecanismos de seletividade política. Seus processos

deliberativos favorecem a grupos que hegemonizam redes de poder e que envolvem atores com mais capacidades e autonomia; e são marcados por uma limitada autonomia administrativa e financeira dos FDR em relação aos órgãos de governo, legitimando políticas previamente elaboradas em escalas superiores de poder. Apesar disto, os FDR contribuem com o aprendizado político dos atores sociais recém inseridos nestas arenas deliberativas; criam condições institucionais para integração de atores e setores; e permitem maior controle social sobre o exercício do poder político. Para qualificar sua atuação como espaços institucionais efetivamente voltados ao interesse público, no entanto, é necessário promover processos de empoderamento dos atores sociais em condições mais vulneráveis, além de qualificar o próprio FDR como gestor político.

OSCAR ROVER é mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina/BR e doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/BR, com tese intitulada "Redes de poder e governança local: análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil". É Professor da UNOCHAPECÓ.

José Luís Silva e Sandra Silva, "A economia solidária como base do desenvolvimento local"

O passado mostra-nos países subdesenvolvidos com sociedades onde se denotam graves deficiências sociais. Especialmente em economias periféricas. Nestes locais o acesso ao trabalho é mais restrito e como se já não bastasse, o acesso à educação e à saúde também não se encontra facilitado. Neste sentido torna-se necessário implementar políticas que fomentem o desenvolvimento destas regiões onde a desertificação, o desemprego, e as maiores causas de pobreza acontecem. Os tempos actuais parecem ser a luz ao fundo do túnel desenvolvendo novas agendas, novas formas de procura para o mundo do trabalho e para os seus gestores. É sabido que as sociedades e os seus respectivos sistemas económicos regem-se por lógicas e regulamentos muito próprios. Todavia, historicamente, os tempos têm nos mostrado serem de constante adaptação e correcções de deficiências a nível social. A própria história do capitalismo revela casos de fragilidade como a enfermidade social que atingiu a sociedade europeia no século XX. As más condições de trabalho, de remuneração e de trabalho fizeram-se sentir fortemente no sistema industrial em vigor devido à facilidade de contratar e demitir que trouxeram precariedade no emprego. A intervenção do Estado nas relações sociais sob a forma de política social surge-nos no final do século XIX como uma resposta ordenada às lacunas existentes na sociedade humana, procurando alcançar o bem-estar social mediante medidas que levam a uma ordenação social mais justa. Assim sendo, tornou-se necessário pensar nas condições e necessidades do Estado na promoção de emprego e rendimentos vindos de agrupamentos autogestionários e autónomos compensando as funções

do Estado e de Bem-estar. Para as sociedades que se encontram debilitadas de políticas públicas pertinentes e com elevados índices de desertificação e carências monetárias para a maior parte da população residente, torna-se extremamente necessário apoio político/institucional que fomente a construção de empreendimentos capazes de fomentar o desenvolvimento local, com melhores vias de acesso, melhores escolas e educação de qualidade, melhoria geral das condições de vida da população e industrialização que beneficie a procura de emprego. Só assim, baseando numa economia solidária, se conseguirá combater a desertificação e desigualdades sociais distribuindo por igual: terra, emprego e condições de vida.

SANDRA SILVA é Mestranda em Economia e pós-graduada em Finanças Empresariais pela Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão. Licenciada em Contabilidade e Administração - Ramo Auditoria e bacharel em contabilidade e administração pela Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG) do Instituto Politécnico do Porto (IPP).

JOSÉ LUÍS SILVA é Mestrando em Economia e pós-graduado em Finanças Empresariais pela Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão. Licenciado em Contabilidade e Administração - Ramo Auditoria e bacharel em contabilidade e administração pela Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG) do Instituto Politécnico do Porto (IPP).

Felipe Morais, "Economia solidária e desenvolvimento local: Uma análise das dinâmicas sociais a partir da teoria dos sítios simbólicos de pertencimento"

Em todo o mundo são inúmeros os espaços, regiões, países, sítios, e, sobretudo, atores sociais excluídos pelos padrões de imposição estruturante do mundo globalizado. Os espaços que contrariam essas imposições e ousam projetar-se para fora das instâncias excludentes, no intuito de desafiar a hegemonia econômica de produção capitalista, fizeram, e ainda o fazem, para encontrar meios de libertação, conquistas de direitos, maior qualidade de

vida ou para (re)encontrar espaços de emancipação social. Nos últimos anos, novas dinâmicas sociais sob a forma de produção coletiva anti-capitalista vem à tona criando espaços de articulação entre pessoas, povos e saberes em muitas partes do mundo. No Brasil, como em outros países, essas dinâmicas sociais coletivas apresentam-se como resposta aos graves problemas sociais ofertados pela globalização do capital. Crise do emprego, altos índices de pobreza, descaso ambiental, entre outros, revelam o quadro de crescente crise social e conflitos desenhado pela hegemonia do sistema-mundo e facilmente percebido nos sítios periféricos desse mesmo sistema. Para confrontar as regras unidirecionais apresentadas pela globalização econômica, uma das estratégias vem sendo a retomada de antigas formas coletivas de produção adequadas ao nosso tempo e as nossas circunstâncias, sem perder de vista os princípios de solidariedade e justiça social. Uma dessas experiências alternativas de geração de trabalho e renda encontra na Economia Solidária (ES) uma forma de enfrentar a pobreza, promovendo a reestruturação produtiva pela via da solidariedade e da cooperação. É sobre a diversidade dessas dinâmicas sociais contemporâneas, para uma *outra economia*, que o nosso trabalho se propõe a discorrer sobre o tema da ES e Desenvolvimento Local, a partir da teoria proposta por Zaoual (2005), para uma *nova economia das iniciativas locais* com o objetivo de analisar os conceitos e estratégias das práticas de ES no espaço dos sítios simbólicos de pertencimento. Esperamos que o presente trabalho possa incentivar e ampliar o continuísmo da ES, a partir de uma economia de iniciativas locais para ampliar o conhecimento de sistemas alternativos de produção e consolidação de espaços realmente democráticos e participativos tanto no âmbito local (*no sítio*) como de extensão e diálogo com os espaços nacionais, regionais e globais.

FELIPE MORAIS frequenta o Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia: Pós-colonialismo e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais. Graduado em Economia e Pós-graduado em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Coordenador do Programa de Intercâmbio Acadêmico da UNICAP e Coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) FAFIRE / PE.

Mesa 4 | 15.45-17.15, Sala 1

Moderadora: Clara Keating

Hugo Pinto, "Caminhos para uma Teoria Económica Satisfatória: Transcender os limites da ortodoxia com as visões institucionalistas"

A presente comunicação procura discutir as teorias institucionalistas e como estas têm em conta factores que tornam as análises económicas mais ricas, diversas e complexas. O surgimento do Institucionalismo deriva dos próprios limites da ortodoxia neoclássica, ao explicar de forma mais satisfatória a realidade que vemos quando olhamos pela janela. O "processo da vida" de que falava Veblen, um dos pais fundadores do Institucionalismo, não pode ser explicado pela simples agregação dos comportamentos individuais dotados de informação perfeita e racionalidade total, que conduzem a comportamentos eficientes e a uma inevitável convergência. Integrar as instituições na análise do económico, enquanto restrições (elementos exógenos e que representam os limites da escolha humana restringindo o conjunto de escolhas disponíveis) e potenciadoras (as regras do jogo, que transcendem a escolha económica e definem as opções disponíveis), permite superar estes limites. Serão debatidas as ideias institucionalistas iniciais e o novo Institucionalismo será apresentado tentando evidenciar o que distingue as ideias precursoras de Coase e Williamson de outras abordagens que tentaram levar a teoria económica e o seu individualismo metodológico para outros domínios científicos. Este movimento ficou conhecido como o Imperialismo da Economia, uma transposição de métodos e análises microeconómicas, para temas não habitualmente tratados, como os que serviram de base aos trabalhos de Becker. No final tentar-se-á aflorar se o Institucionalismo está a tender para uma teoria mais consolidada ou se diverge entre os seus dois grandes ramos teóricos do Velho e do Novo Institucionalismo.

O ensaio reflectindo as limitações da teoria neoclássica acaba por ilustrar alguns limites do ensino universitário da Economia em Portugal com o desafio de adaptação ao processo de Bolonha. Os cursos de formação base, com a redução generalizada de licenciaturas de quatro anos para três anos lectivos, vêm o tempo rarear para integrar nos currículos matérias que ultrapassem a visão limitada e restrita da escola neoclássica, que tudo e nada explica.

HUGO PINTO é Mestre em Economia Regional e Desenvolvimento Local e Licenciado em Economia pela Universidade do Algarve (UAlg). É formador certificado e tem leccionado disciplinas relacionadas com métodos quantitativos aplicados às Ciências Sociais na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. É aluno do Programa de Doutoramento em "Governança, Conhecimento e Inovação".

João Rodrigues, "Um 'plano para acabar com todos os planos'? O neoliberalismo como engenharia social de mercado"

O neoliberalismo tem sido frequentemente apresentado como um projecto intelectual e político de alcance global que teria como objectivo o regresso a um período de *laissez-faire*. O seu objectivo seria assim puramente reactivo e negativo. Tratar-se-ia de voltar a um modelo puro de capitalismo anterior à instituição de mecanismos de governação não-mercantis que teriam reduzido o alcance das forças de mercado e bloqueado a sua actuação mais ou menos espontânea. O Estado e as suas múltiplas intervenções seriam sempre vistas como um obstáculo a remover. Na realidade, esta leitura é demasiado redutora. Esta comunicação pretende explorar as implicações de uma reconceptualização do projecto neoliberal que está a ocorrer no campo da história das ideias e da teoria social. O neoliberalismo é agora entendido como um conjunto vencedor de ideias assente não tanto na redução do peso do Estado, mas antes na sua reconfiguração institucional. O seu objectivo é subordinar a actuação dos governos à promoção de processos deliberados de engenharia mercantil com o correspondente reforço da área de actuação e do poder da empresa capitalista.

Esta comunicação explorará estes temas seguindo uma via parcimoniosa e complementar à recente literatura sobre o assunto que tem estado mais preocupada em radiografar os processos institucionais ou as redes sociais que estiveram na base da hegemonia neoliberal das últimas três décadas. Assim, analisaremos aqui as teses centrais de dois dos livros mais populares desta corrente - *O Caminho para a Servidão* e *Capitalismo e Liberdade* - escritos pelos dois mais importantes economistas neoliberais - F. A. Hayek e Milton Friedman. Os argumentos a favor do neoliberalismo, antes do seu triunfo, mostram como este movimento intelectual é antes de mais um esforço para repensar o Estado a partir do reconhecimento do seu papel essencial na (re)construção e manutenção de uma ordem capitalista de mercado. Desta forma, procuraremos mostrar como o neoliberalismo foi desde sempre mais sofisticado e plástico no entendimento que tem da agenda do governo numa sociedade capitalista.

JOÃO RODRIGUES é licenciado em Economia e mestre em Economia Monetária e Financeira pelo ISEG-UTL. Membro do DINÂMIA-ISCTE (Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica), é doutorando em Economia Política na Universidade de Manchester. A sua tese intitula-se *Onde Pára o Mercado? Mises, Hayek e os Limites dos Incentivos Pecuniários*.

Catarina Selada, "Governança, conhecimento e políticas públicas: O caso dos 'Think Tanks'"

O mundo em que vivemos é caracterizado por uma crescente dinâmica, diversidade e complexidade. Daí que os problemas económicos, sociais e políticos sejam cada vez mais multidisciplinares e interdependentes, exigindo, por um lado, a intervenção de um conjunto alargado de actores governamentais e não governamentais e, por outro, a utilização crescente de conhecimento que se encontra distribuído por uma teia complexa e multifacetada de agentes e escalas espaciais.

O reconhecimento da incapacidade das autoridades públicas tradicionais fazerem face a esta sociedade cada vez mais "ingovernável", conduziu diversos autores a introduzirem o conceito de 'governança' em alternativa à noção de 'governo', apresentado como a resposta à necessidade de coordenação de actores económicos e sociais e das trajectórias de desenvolvimento colectivo.

Quer as teorias microanalíticas quer as teorias holistas apelam a uma combinação de diferentes formas de governança que consideram articulações institucionais diversas entre a empresa, o mercado e os contratos na economia dos custos de transacção, o Estado, o mercado e a sociedade civil na abordagem interaccionista e os mercados, as hierarquias, o Estado, as comunidades, as associações e as redes na visão dos sistemas sociais de produção.

As instituições passam, assim, a ser consideradas elementos de diferenciação das economias, fazendo do capitalismo um sistema de enorme variedade interna, e pondo em causa o princípio da convergência dos sistemas económicos.

Os "think tanks", enquanto organizações de investigação e análise em políticas públicas, traduzem-se em actores centrais no processo de governança, interagindo em "policy networks" através dos seus activos específicos: conhecimento e capacidade relacional. Estas instituições podem ser consideradas como uma ponte entre a ciência, o Estado e a sociedade, entre o conhecimento e o poder.

O presente artigo pretende responder às seguintes questões de investigação: De que forma o fenómeno dos "think tanks" pode ser entendido à luz das teorias da governança, instituições e políticas públicas? Será que a intervenção destas organizações corresponde a uma nova combinação de modos de governança e a um mix inovador de arranjos institucionais (redes/hierarquia)? A metodologia a seguir centra-se numa investigação de estudos de caso, onde se irão abordar comparativamente três exemplos de "think tanks" numa lógica das variedades do capitalismo.

CATARINA SELADA é licenciada em Economia e mestre em "Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia" pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Actualmente frequenta o Programa de Doutoramento em "Governança, Conhecimento e Inovação", da Faculdade

de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais. É coordenadora da Unidade de I&D e Inovação da INTELI - Centro de Inteligência em Inovação.

Renato Andrade, "Os modos de financiamento das acções do 'terceiro sector' no Sudeste Brasileiro: Um estudo na região metropolitana de Vitória"

É inegável que o tema "Terceiro Setor", a partir da década de 1990, ampliou sua presença na agenda de debates político-sociais no mundo, na sociedade brasileira em geral e no Estado do Espírito Santo em particular. No contexto atual, o debate sobre o financiamento do "Terceiro Setor" ("OS", Organizações Sociais; OSCIPs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; ONGs, Organizações Não Governamentais; etc.) e as Parcerias, têm relevância fundamental, visto que a construção de um mundo mais justo e igualitário implica no conhecimento dos meios, condições e dos atores presentes na realidade sobre a qual se quer intervir. Esta pesquisa tem o objetivo geral de compreender os modos de financiamento das ações do "Terceiro Setor" no sudeste brasileiro; e como objetivos específicos: a) Identificar a procedência dos valores utilizados no custeio dos gastos das entidades sociais em cinco Municípios da Região Metropolitana de Vitória; e b) Identificar e analisar os modos de custeio dos gastos adotados por entidades sociais em cinco Municípios da Região Metropolitana de Vitória.

O financiamento de equipamentos, de outros materiais, de mão-de-obra técnica e de espaço é primordial para o trabalho das entidades. Esses recursos são sempre escassos no universo da população atendida, por isso o Estado e as empresas são qualitativamente os maiores financiadores do "Terceiro Setor". As entidades do "Terceiro Setor" não possuem o poder legítimo da violência, nem podem arrecadar verbas compulsoriamente (impostos, taxas, etc.) como o Estado. A ação delas se dá mais na forma da ação planejada e da persuasão de pessoas físicas e jurídicas, das instâncias dos governos e das empresas. Não podemos esquecer que a cada financiamento estas entidades do "Terceiro Setor" tornam-se mais dependentes do Estado, das empresas, Igrejas e pessoas físicas. Baseando-se nesta dependência os financiadores podem passar a interferir (consciente ou inconscientemente) mais e mais no direcionamento técnico e político delas, reduzindo de certa forma a autonomia das entidades.

RENATO ALMEIDA DE ANDRADE concluiu o mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2004. Actualmente desenvolve doutoramento em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde 2005. É professor da Faculdade Metodista do Espírito e assistente social da Prefeitura Municipal de Serra.

SESSÃO VII

Globalização, Paz e Democracia: são possíveis alternativas à violência?

Mesa 1 | 14.00-15.30, Sala 3

Moderadora: Paula Duarte Lopes

Berta Teixeira, "Aprendizagem com o Sul: A contribuição dos agentes culturais para a manutenção da paz e consolidação da democracia em Angola"

Na senda de uma dupla (epistemológica e societal) transição paradigmática, para Boaventura Sousa Santos, reinventar a emancipação social passa por resgatar algumas concepções marginalizadas *da* e *pela* modernidade ocidental, a saber, o princípio da comunidade na regulação social e o da racionalidade estético-expressiva na emancipação social. Nesta reinvenção talvez seja possível reconstruir uma indignação criadora de imagens e de subjectividades suficientemente desestabilizadoras para promover uma racionalidade cosmopolita, porquanto, pós-colonial que abranja a diversidade epistemológica do mundo. A racionalidade tão cosmopolita quanto plural e democrática que propõe Santos implica novos processos de produção de conhecimento - nos quais eu incluo as manifestações estético-expressivas (arte) - bem como a revisão das suas instituições na construção do que se deseja um mundo humanizante.

Aceitando esta base teórica e sem esquecer o meu posicionamento implicado, acredito ter instrumentos para reflectir um segmento da sociedade civil e o seu potencial de mudança no seio de um processo de democratização. Numa atitude de aprendizagem com o Sul, centrar-me-ei em certos agentes culturais e/ou artísticos de uma província angolana - nomeadamente no perímetro urbano da cidade de Benguela - e tentarei dar início à identificação/reconhecimento da sua acção. Procurarei, conseqüentemente, encetar uma reflexão em torno da efectiva contribuição destes actores sociais na manutenção da paz e na construção/consolidação da democracia em Angola.

Com a presente comunicação tenciono ainda apresentar a residência artística m.a.r.e.s. (múltiplos artistas residentes em sustentabilidade) enquanto uma plataforma horizontal de troca onde se tentam criar mecanismos para uma reformulação «guerraz» das

interrelações entre vínculos binários tomados como mais sólidos, como por exemplo o eu e o outro, o feminino e o masculino, o norte e o sul, as ciências/saberes e a arte, o amor e o ódio, a guerra e a paz. Promover uma prática artística «guerraz» é refundá-la no conflito, na incompletude e na diferença como incentivo à paz, à convivência, à articulação, numa palavra, à emancipação criativa como alternativa à violência - o que pode, ainda assim, não significar harmonia global e ou globalizante.

BERTA TEIXEIRA é Actriz; Licenciada em Sociologia pela Universidade de Coimbra; Mestre em Estudos de Teatro pela Universidade de Lisboa e Diplomada (D.E.A.) pela Universidade Paris VIII *Vincennes-Saint Denis* na Área de Estudos: *Esthétiques, Technologies et Créations Artistiques*; Doutoranda em Sociologia na especialidade de Sociologia da Cultura, Conhecimento e Comunicação; Estudante associada do Núcleo de Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade) do Centro de Estudos Sociais.

Ana Rita Trajano, "Impactos da violência urbana no trabalho em saúde: Construindo uma cultura da paz e humanização do trabalho no campo da saúde pública"

Parte-se de um cenário em que a violência urbana contemporânea se manifesta como um fenómeno diferente daqueles vividos em tempos passados, que podemos qualificar de violência social, por expressar conflitos sociais e económicos e não diretamente políticos, como nas ditaduras militares. As taxas de homicídios, em países da América Latina mostram a gravidade da situação actual. Importante lembrar que existem outras manifestações, não tão explícitas, de violências: as chamadas violências morais, simbólicas e institucionais, que acontecem também no espaço de trabalho, como o desrespeito e a desvalorização dos trabalhadores por parte tanto do poder público, como dos usuários do sistema; além do fenómeno das

violências domésticas, de gênero e raciais em que se manifestam as várias formas de violação à dignidade e ao direito do outro.

Toma-se como referência a Mediação de Conflitos (MC) desenvolvida no campo do Direito, constituindo-se como mecanismos de resolução de conflitos, caracterizados pela *informalidade, rapidez, participação ativa da comunidade, conciliação ou mediação entre as partes* através da retomada do diálogo entre as pessoas que se encontram em situação de disputa.

No campo da Saúde Pública, através da Política Nacional de Humanização (PNH) do Ministério da Saúde do Brasil, temos procurado construir metodologias de abordagem dos conflitos entre os diferentes sujeitos implicados com o processo de produção de saúde - gestores, trabalhadores, usuários; articulando a MC aos dispositivos da PNH referentes à Valorização do Trabalho e dos Trabalhadores e à Gestão Participativa/Co-Gestão.

O SUS(Sistema Único de Saúde) de Belo Horizonte, através do dispositivo "Grupo de Trabalho da Humanização" (GTH) tem desenvolvido o Projeto Redes de Valorização e Cuidado junto com os Trabalhadores da Saúde, construindo ações/intervenções de Mediação de Conflitos (MC) no campo do SUS, configurando-se como práticas de Análise e (Co)Gestão de Conflitos.

Inserida desta forma na PNH/SUS, a MC tem se constituído como uma estratégia de prevenção de violências e resolução pacífica de conflitos, na medida em que contribui para a retomada do diálogo entre sujeitos discordantes/em disputa, compondo o conjunto de práticas e valores de uma Cultura de Paz e Não-Violências.

ANA RITA TRAJANO é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG); Mestre em Psicologia Social/UFMG (2002); Especialização em Psicologia Comunitária /Universidade Federal da Paraíba (1981); Atualmente Consultora do Ministério da Saúde do Brasil da Política Nacional de Humanização/Sistema Único de Saúde(SUS).

Kátia Cardoso, "Violência grupal urbana em Cabo Verde: Um exemplo de globalismo localizado?"

O "localismo globalizado" e o "globalismo localizado" são dois processos interligados identificados por Boaventura de Sousa Santos no contexto da globalização hegemónica. No primeiro caso, estamos perante um processo de afirmação a nível global de um "fenómeno, entidade ou conceito local". A segunda forma de globalização "consiste no impacto específico nas condições locais das práticas e imperativos transnacionais que emergem dos localismos globalizados".

Nesta comunicação proponho-me analisar os recentes fenómenos de violência grupal urbana em Cabo Verde

tendo como referência esses dois processos de globalização.

A Cidade da Praia, capital de Cabo Verde, tem sido recentemente palco de fenómenos de violência grupal urbana protagonizados maioritariamente por jovens do sexo masculino, originários de bairros periféricos e denominados *thugs* ou *triple x* - numa alusão à cultura *hip hop* norte-americana. Estes grupos têm sido considerados os responsáveis pela introdução de um novo *modus operandi* a nível da violência, passando a existir, a par de furtos e assaltos (designados *kasu-bódi* - correspondente crioulo de *cash or body*), incidentes de homicídios com arma de fogo e confrontos entre grupos rivais numa lógica de controlo territorial.

Num primeiro momento, a violência na Praia poderá ser explicada pelo crescente número de repatriados/deportados, expulsos, sobretudo, pelos Estados Unidos da América (EUA), devido a ligações ao crime e ao tráfico de drogas, que reproduzem formas de organização criminosa dos EUA. Neste contexto, as mudanças introduzidas pela crescente concentração populacional na capital (fortemente marcada pela falta de planeamento urbano), pela liberalização económica (e consequentes desigualdades sociais) e política dos anos 90 e, em articulação com estas alterações, a introdução de fluxos ilegais de drogas e armas, são factores a ter em linha de conta.

Apesar de se centrar sobretudo nas manifestações das violências levadas a cabo por jovens do sexo masculino, esta comunicação abordará também as relações e interacções com outros agentes, vítimas e formas de violência.

KÁTIA CARDOSO é Investigadora do Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais e Doutoranda em Póscolonialismo e Cidadania Global/Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Camila Ninácio, "Mediação para a autonomia: Alteridades em diálogo?"

No contexto das sociedades atuais, notadamente hipercomplexas e polifónicas, potencializa-se a possibilidade de dissenso, posto que as pessoas não comungam mais de um olhar unívoco e singular sobre noções como "projeto de vida" ou "visões de mundo". Neste cenário, duas realidades parecem se sustentar, ainda que em precário equilíbrio: uma necessidade global de - em meio à cacofonia - enriquecer processos de comunicação, inclusão e reconhecimento (homogeneidade) e uma busca constante - em meio ao unísono do imperativo de viver em sociedade - pelo respeito à subjetividade e identidade, seja ela ideológica, cultural ou religiosa (diversidade). No rastro de iniciativas e dinâmicas sociais há muito presentes na vida quotidiana de indivíduos e grupos (vide as associações de bairro, os sindicatos, as agremiações de escritores etc.), também algumas diretrizes governamentais passam a se inspirar na prática da mediação para fazer frente à questão da conflituosidade em geral. Neste sentido, a criação e

descentralização de pequenos tribunais itinerantes, bem como a simplificação de alguns procedimentos e instrumentos jurídicos, longe de esgotar a problemática, merecem destaque. Tal movimento aponta para uma ordem jurídica e social cada vez mais negociada, conciliada, enfim, mediada. Não mais confinada à questão do acesso à justiça, a mediação, pela sua natureza marcadamente relacional, parece se inscrever no cenário das grandes promessas de futuro como um diferencial, pois que visa alinhar, em um só gesto, a administração de um conflito; o incremento de práticas individuais e coletivas mais autônomas e cidadãs no gerenciamento da vida em sociedade; a necessidade global de troca e reconhecimento e, por fim, a unicidade e riqueza de cada alteridade em diálogo. Se a busca por consensos é mais improvável hoje do que outrora, e com ela a possibilidade sempre latente e vulcânica da eclosão de conflitos, um lugar intermediário se anuncia em que é possível tanto a homogeneidade quanto a diversidade. A mediação caminha neste sentido, entre promessa e efetividade, como um exercício de tolerância.

CAMILA NICÁCIO é graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil; mestre em Sociologia do Direito pela Universidade Paris III, Sorbonne Nouvelle e doutoranda em Antropologia do Direito pela Universidade Paris I, Panthéon Sorbonne. Pesquisadora e sub-coordenadora do Programa Pólos de Cidadania da UFMG, parceiro do CES-América Latina.

Cristiane Lima, "Violência e consolidação democrática do Estado brasileiro: Um estudo sociológico sobre o processo de

trabalho policial militar no Brasil (1985-2007)"

Segundo o Plano Nacional de Segurança Pública vigente no Estado Brasileiro, a segurança é "um bem por excelência democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, que constitui direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada um de nós". A constituição brasileira de 1988 reconheceu os direitos à vida, à liberdade e à integridade pessoal, considerou a tortura e a discriminação racial como crimes. No entanto, apesar do reconhecimento formal desses direitos, a violência oficial continua a ser usada pelas elites como forma de manter a ordem social. Considera-se que um estudo sobre a ação policial deve estar articulado com a ampliação dos direitos de cidadania, dos espaços de liberdade democrática e pela da dignidade humana, entendida como "la razón y la consecuencia de la lucha por la democracia y por la justicia" (FLORES, 2005). Logo, o trabalho aqui proposto objetiva analisar as relações entre processo de trabalho policial e a consolidação democrática do Estado Brasileiro. Utilizando um olhar privilegiado sobre as dimensões da Violência, da Cidadania, da Democracia e dos Direitos Humanos.

CRISTIANE LIMA é graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, possui um "MBA" em Segurança Pública pela Universidade Cândido Mendes e frequenta o Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Participa no programa de Doutorado "Democracia no Século XXI" do Centro de Estudos Sociais.

Mesa 2 | 17.30-19.00, Sala 1

Moderador: Hermes Costa

José Neves, "Que internacionalismo?"

No segundo pós-guerra, num contexto de preeminência de uma cultura política antifascista, a relação entre paz e democracia afirmou-se enquanto princípio organizador de Estados nacionais na África, na Ásia e no leste europeu. A Ocidente, em países como a França e a Itália, processos de reconstrução econômica, política e social vêm igualmente expressar a necessidade de fazer inter-depender paz e democracia, dupla que ademais surgirá, sob a égide da ONU, como princípio de instituição de uma nova ordem internacional - obedecem-lhe tanto a reorganização social da *vida* como a reorganização política do *mundo*.

Nesta comunicação estudamos como um dos intérpretes maiores da tradição antifascista - o comunismo - estabeleceu uma relação de necessidade

entre Paz e Democracia. Analisamos nomeadamente como, a partir dos anos 40, esta relação de necessidade se articulou dialogando com um terceiro elemento, os Povos, figura que imediatamente traz a debate questões hoje abarcadas pela ideia de globalização. Com efeito, ao investigarmos os anos 40, debruçamo-nos sobre a transição que ocorre no seio do internacionalismo comunista: a passagem de um internacionalismo de base classista (proletária) para um internacionalismo de base nacional que assume a figura dos povos enquanto agentes históricos no palco mundial e que retira à figura do proletariado parte da importância que até então lhe concedida. Trata-se, na realidade, de um novo internacionalismo que se reveste com uma índole menos *transnacional* e mais *multicultural*, um internacionalismo em que a ideia da Paz surge como tema para uma aproximação comunista tanto a fenômenos culturais como a religião (na senda

de um catolicismo progressista) e o desporto (desde logo o olimpismo) como a grupos sociais como as mulheres e a juventude.

No seguimento desta análise histórica, queremos colocar em discussão os desafios com que hoje se confronta este novo internacionalismo do segundo pós-guerra. Equacionaremos nomeadamente as dificuldades suscitadas pela tensão entre, por um lado, um discurso de defesa de uma ordem internacional organizada em soberanias estatais de índole nacional e, por outro lado, um projecto que procure um agenciamento histórico transformador que se queira transnacional, perscrutando um internacionalismo mais globalista do que inter-nacionalista.

JOSÉ NEVES doutorou-se em História no início deste ano, com uma tese apresentada no ISCTE e intitulada *Comunismo e Nacionalismo em Portugal - Política, Cultura e História no Século XX*. Actualmente é investigador de pós-doutoramento no ICS-UL, onde inicia um projecto de investigação sobre a História do Conceito de Massas.

Ricardo Noronha, "Nem a vossa guerra, nem a vossa paz: Uma história de violência (1999-2008)"

A nossa comunicação pretende desdobrar a interrogação expressa no título do painel que mais nos interessa - "Globalização, paz e democracia: são possíveis alternativas à violência?" - noutros tantos problemas. Tratar-se-á de interrogar os próprios termos em que são usadas as categorias de «Globalização», «Paz», «Democracia» e «Violência», de maneira a proceder a uma sua genealogia, não meramente conceptual mas propriamente histórica, ultrapassando por essa via a indeterminação sugerida pelo título. E de acentuar a sua insuficiência no que toca à problematização de práticas, discursos e eventos recentes, em que o espaço público foi atravessado por debates em torno da legitimidade do exercício da violência por outros sujeitos que não as instituições repressivas do Estado.

O desdobramento proposto implica assim o reconhecimento de estratégias, racionalidades, objectivos e significados presentes em todos os sujeitos que empregam a violência com objectivos políticos mais ou menos explicitamente enunciados. Implicação que se procurará explorar em múltiplas direcções, no sentido de regressar à questão formulada no título do painel.

Concentrando-nos na última década, pretendemos debruçar-nos sobre um ciclo de acontecimentos cujo início pode ser simbolicamente assinalado pelas mobilizações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio, realizado em Seattle a 30 de Novembro de 1999, seguindo um fio político que passa por outras mobilizações genericamente designadas «anti» ou «alterglobalização», por levantamentos populares na América Latina, por motins ocorridos em subúrbios de algumas grandes cidades francesas, por mobilizações estudantis e laborais, por alterações de ordem pública

relacionadas com a contestação da autoridade e/ou do capitalismo, por revoltas de imigrantes ou de reclusos prisionais, até ao ano de 2008.

Propomo-nos, para esse efeito, articular categorias propostas por diversos autores que se dedicaram a problematizar a distinção entre «guerra» e «paz», «poder» e «soberania», «política» e «representação», «produção» e «reprodução», «disciplina» e «controlo».

«Biopolítica» (Michel Foucault), «máquina de guerra» (Gilles Deleuze e Félix Guattari), «estado de excepção» (Giorgio Agamben) e «autovalorização» (Antonio Negri), serão alguns dos conceitos abordados, num esforço de problematização crítica do uso político da «violência» em contextos variados e multiformes.

RICARDO NORONHA licenciou-se em História e frequentou o Mestrado de História do Século XX na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Encontra-se neste momento a preparar uma tese de doutoramento acerca do impacto das lutas sociais sobre o Estado e a economia durante a crise revolucionária de 1975-75, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Rosas.

Criziany Felix, "É possível combater a violência do 'espetáculo do terrorismo' sem causar 'terror' em Estados Democráticos de Direito?"

O objetivo desta comunicação é analisar as políticas criminais anti-terrorismo - e de combate a macro-criminalidade - que surgem após o "espetáculo de 11 de setembro" e como as mesmas vêm violando direitos, liberdades e garantias constitucionais, penais e processual penais, sob o escopo da necessária proteção dos cidadãos, bem como delinear possíveis soluções a essa nova forma de violência. O terrorismo espetacular venho expor as fragilidades do Estado, venho apresentar um novo "inimigo" o "inimigo invisível". Essa opacidade, fomentada pela massiva exposição mediática do fato, fez insurgir uma sensação de insegurança e impotência, que refletiu-se na "guerra contra o terror", pautada na pretensa busca de soluções para a problemática, como se violando direito liberdades e garantias fosse possível promover o respeito do conjunto de direitos fundamentais. Buscar-se-á, ainda, delinear os contornos de uma possível repressão ao terror sem que isso implique em violação dos princípios fundantes do Estado Democrático de Direito. Destacamos que discorrer sobre o respeito aos direitos humanos, nesse contexto, conduz-nos, inevitavelmente, a análise das principais posições doutrinárias sobre o assunto na esfera penal, para, posteriormente, discutirmos de que forma elas atentam contra as bases do constitucionalismo e do direito penal e processual penal democráticos. Para desempenhar essa tarefa, bem como para a adequada compreensão do espetáculo do terror e da "(des)necessidade de um resposta espetacular" na esfera da repressão do terrorismo e da macrocriminalidade, faz-se necessária, ainda, a compressão prévia do modelo de nossa sociedade

atual e, conseqüentemente, dos discursos que fluem nela, produzindo, reproduzindo e sendo afetados pelas normas jurídicas.

CRIZIANE FÉLIX frequenta o Programa de Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI no Centro de Estudos Sociais. É Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde é Professora.

Luciana Ballestrin, "A construção de uma agenda pela Paz no contexto brasileiro"

O objetivo principal deste paper é o de examinar a campanha promovida por diversos segmentos da sociedade civil brasileira na construção de uma agenda pela "Paz" em oposição à violência armada nas grandes capitais do país, especialmente, no Rio de Janeiro. O Brasil está inserido nas estatísticas que apontam a América Latina como o continente mais violento do mundo, apesar de seus países não estarem oficialmente em guerra. O processo que culminou na realização do Referendo de Outubro de 2005 representou de um lado a convergência entre as agendas governamental e da sociedade civil; de outro, a rejeição de dois terços do eleitorado em relação à proibição do comércio de armas e munições no país. Em suma, pretende-se examinar os atores e interesses envolvidos na construção da agenda pelo Desarmamento no Brasil e os fatores que contribuíram para o seu enfraquecimento enquanto política pública nacional.

LUCIANA BALLESTRIN é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003) e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). Atualmente é Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006-2010) e está a realizar seu Estágio de Doutorado no CES (2008), com supervisão do prof. Dr. José Manuel Pureza.

Rosa Ferreira, "Segurança na Escola: concepções, políticas e práticas educativas"

A segurança é uma necessidade vital que se inscreve no coração da comunidade. A "segurança na escola" tem implicações no desempenho eficaz dos estabelecimentos de ensino e na qualidade das aprendizagens. Conforme apontam diversas investigações internacionais como, por exemplo, as efectuadas na égide da UNESCO, a insegurança na escola cria um ambiente desfavorável prejudicando o

desempenho dos alunos, desmotivando os professores e os gestores escolares.

A violência é, hoje, uma constante da vida quotidiana e a insegurança é um sentimento que alastra como está bem patente nos *média* quando nos confrontamos, dia a dia, com notícias relativas aos alunos e à vida nas escolas. A violência admite muitas interpretações. Podemos abordar o tema em diversos planos, consoante a focalização e a natureza da ocorrência, bem como a perspectiva de análise que utilizamos para explicar o fenómeno - política, sociológica ou pedagógica.

O trabalho que estamos a desenvolver incide sobre as políticas educativas concernentes à segurança, no que diz respeito às relações no espaço escolar. Assim, pretendemos analisar essas políticas educativas desenhadas nos últimos anos, focando, particularmente, o biénio 2005-2007, como ponto de chegada e ponto de partida. O foco da análise centra-se numa "escola caso" e o contexto de análise configurou-se a partir do momento em que a questão passou a fazer parte da agenda política, como um problema a resolver desde 1984. O que implica o alargamento da análise aos níveis nacional, regional e local.

Procuramos aprofundar o conhecimento em torno das políticas de combate à insegurança no meio escolar, com um intuito de conhecer como se organiza o discurso político na gestão desta temática e bem assim como a escola, a família e, em sentido lato, a sociedade debate e gere esta questão.

A investigação insere-se no âmbito dos estudos de análise de políticas públicas utilizando a abordagem do ciclo das políticas (Setphen Ball) e o quadro analítico, sob o prisma do institucionalismo e construtivismo, que propõe três dimensões, os chamados «*Três I*»: ideias, interesses e instituições (Peter Hall, Bruno Palier, Yves Surel). Trata-se de um estudo exploratório, com metodologia qualitativa, de carácter descritivo e analítico, pelo que a informação está a ser recolhida através da análise de textos políticos e de grupos de discussão (Krueger). As políticas públicas de segurança na escola são o objecto de análise.

ROSA FERREIRA é professora titular na Escola Secundária Jorge Peixinho, Montijo, licenciada em Biologia/Geologia pela Universidade de Évora, Mestre em Ciências da Educação, Área de Especialização em Gestão de Escolas. Actualmente desenvolve na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa, doutoramento em Ciências da Educação, Área de Especialização em Administração Educacional.

SESSÃO VIII

Cartografando Futuros

Mesa 1 | 15.45-17.15, Sala 2

Moderador: António Farinhas Rodrigues

Leonor Cutileiro, "O trabalho de investigação em Ciências Sociais e Humanas e a sua tensa adequação à linguagem verbal: emoções, imagens e referências"

Esta comunicação procura reflectir acerca da massa fragmentária de emoções, imagens e referências que precede, acompanha e alimenta o trabalho de investigação nas Ciências Sociais e Humanas (CSH) e a sua tensa adequação à linguagem verbal na qual as investigações inevitavelmente se traduzem.

Recorrendo a uma série eclética de trabalhos escritos no âmbito das CSH - e refiro quer clássicos como *Passagenwerk* de Walter Benjamin, *The Medium is the Massage* de Marshall McLuhan e *Quentin Fiore* (1967) quer trabalhos recentes e menos conhecidos como *Ordinary Affects* da antropóloga norte-americana Katherine Stewart (2007) ou mesmo a minha própria tese de mestrado - procurarei dar conta do modo como o habitar reflexivo da incompatibilidade entre a memória hipertextual do investigador e a dimensão analógica da escrita verbal, poderá constituir uma opção metodológica que recupera a dimensão inevitavelmente política da linguagem (do investigador) e se enquadra num *affective turn* (Ticineto Clough e Halley, 2007) que tem vindo a contaminar as CSH desde os meados dos anos 90. Argumentarei que assumir esta opção metodológica é também assumir uma outra forma - afectiva, afectada e que afecta - de comunicar a ciência que produzimos.

LEONOR CUTILEIRO é licenciada em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto e possui o Mestrado Europeu em Estudos de Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educativas na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Em 1997 recebeu o Prémio BP Young European Artists e em 2005 foi distinguida com o Prémio D. Dinis (instituído por Agostinho da Silva) na área das Ciências da Educação.

Karine Queiroz, "Design e retórica: A cultura material como espaço de resistência às formas e objectos hegemónicos"

Tentarei nesta comunicação suscitar um debate em torno da ampliação do cânone da criação de objectos, como uma forma de resistência ao sistema global de dominação económica e de imposição de imaginários. O tema desse ensaio é a análise do design no sentido de acção criativa de formas utilitárias e projecto de produtos, dentro de sistemas diferenciados de produção, para o qual trago dois momentos: 1. O design próprio da produção em série, dentro de processos industriais, resultado da Revolução Industrial, do colonialismo, ressaltando o individualismo, que somente pode se constituir em uma forma de viver hegemónica por causa dos objectos e que teve a concretização dos seus discursos, na retórica dos objectos, se constituindo em formas hierarquizadas de consumo e cuja ética fundamenta-se no lucro, centrada na imposição de formas de consumo e introjeção de estereótipos. 2. O *design de resistência*, a partir da produção da cultura material, entendido como espaço de resistência ao sistema hegemónico de produção da materialidade, com uma retórica diferenciada dessas formas e aliada a uma ética de resistência, caracterizada pela horizontalidade, pela cooperação, pela ecologia de saberes e de práticas, pela experimentação estética e ontológica com os objectos em um sentido de emancipação e autonomia criativa. A comunicação pretende colocar em debate a ampliação do *cânone da criação de produtos* e suas possibilidades no sentido do reconhecimento e resgate de técnicas e tecnologias, que foram negadas, desprezadas ou apropriadas na colonialidade, apoiando-se em um momento actual de trazer uma abertura estratégica de processos criativos como forma de permitir que as alternativas de produção contra-hegemónicas tenham seu correspondente na área de criação de produtos.

KARINE QUEIROZ é Doutoranda da Universidade de Coimbra no Programa Pós-colonialismo e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais, bolsista pela CAPES, Mestre em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Amazonas/Brasil e Designer pela Universidade Federal da Paraíba/Brasil. Ganhadora de dois prémios, a nível internacional: Premio Samuel Benchinol e Semifinalista do Premio Banco da Amazônia de Ecossistemas Sustentáveis de Negócios.

Susana Noronha, "Tintas e escritas: Traduções entre experiência, arte e ciência social para uma compreensão sobre o cancro da mama"

Resumindo a tese de mestrado "A Tinta, a Mariposa e a Metástase: a arte enquanto experiência, conhecimento e acção transformativa na instalação do cancro entre a pele da mama e o lugar digital" *, apresentarei uma análise dos diálogos e confrontos estabelecidos entre arte, biomedicina, conhecimentos incorporados e ciência social, procurando as continuidades, as configurações híbridas e os incomensuráveis entre as quatro versões do real nas suas representações e intervenções sobre o cancro.

A comunicação tem como propósito apresentar um conjunto de reflexões proporcionadas pela análise de uma lista internacional de produções artísticas femininas referentes à experiência do cancro de mama. Introduzidas na Internet, estas produções permitem-nos seguir os múltiplos sentidos e usos acumulados pelo objecto de arte entre as motivações iniciais das suas produtoras e os objectivos da sua reinstalação entre o espaço público e o lugar digital.

Propõe-se uma redefinição da arte enquanto conhecimento e prática interventiva, aplicável não apenas nos processos individuais de confronto com a doença, mas também em acções contra-hegemónicas de resistência, informação, reivindicação e activismo terapêutico de ambição e alcance global. Dando sequência a esta proposta, exige-se uma avaliação do potencial da utilização de saberes artísticos não apenas na experiência, compreensão e intervenção sobre o cancro mas também enquanto dispositivos recrutáveis na constituição de uma forma alternativa e contra-hegemónica de globalização na regulação da doença oncológica, assumindo-se o cancro como uma realidade socialmente produzida sobre o mundo, contra a noção da sua reprodução espontânea no corpo.

SUSANA DE NORONHA é Antropóloga e mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Actualmente é doutoranda em Sociologia na mesma Universidade (Programa de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação). Em 2007 foi-lhe atribuído o Prémio CES Para Jovens Cientistas

Sociais de Língua Oficial Portuguesa (ex aequo) com a dissertação na qual se baseia esta proposta.

Keina González Espiñeira, "A opção decolonial do saber. Analisar para transformar ou horizontalidade entre transformação e análise?"

O projecto decolonial compreende unha transformação do padrão de poder mundial capitalista/moderno/colonial. Descolonização entendida como o desmantelamento das relações de poder, das concepções do saber e das identidades do ser que fomentam a reprodução de hierarquias raciais, sexuais, epistemológicas, de género e classe.

A colonialidade na sua triple dimensão, -colonialidade do poder, do ser e do saber- fundasse num processo de codificação e classificação hierárquico das realidades sociais. Neste senso a colonialidade do saber implicou, e implica, um ordenamento da multiplicidade epistémica do mundo baseado no estabelecimento duma hierarquia das distintas formas de produzir conhecimento acordo cós interesses da economia capitalista, racializando povoações, identidades e saberes.

A presente comunicação propõe unha análise da opção decolonial do saber. Ante a pergunta de que conhecimentos precisamos para a liberação surdem propostas epistémicas decoloniais como a heterogeneidade histórico-estrutural frente a unha concepção linhal e progressiva da historia, a pluriversalidade frente a universalidade, a transmodernidade frente a modernidade, a interseccionalidade frente a atomização disciplinaria, a geopolítica e corpopolítica do conhecimento frente a abstracção e objectividade, e o pensamento fronteiriço frente o marco estado-nação.

¿Em que ponto de todo o projecto decolonial topasse a decolonialidade do saber? Analisar o grado de importância que as questiones epistemológicas tenham para os autores decoloniais introduz unha reflexão em torno as relações existentes entre saber e transformação social. ¿Analisar para transformar ou transformar e analisar? Na procura duma democratização interna das ciências questiones como a relevância política das nossas investigações no campo activista ou o exercício duma cidadania activa som claves para a superação da fragmentação entre teoria e pratica.

KEINA ESPÍNEIRA é licenciada em Ciências Políticas na Universidade Complutense de Madrid. Actualmente está realizar o doutorado no programa Conflito Político e Processos de Paz da mesma universidade investigando para a sua tese "Migraciones periferia-centro. Jerarquización racial y colonialidad global" com Professor Heriberto Cairo Carou.

Mesa 2 | 17.30-19.00, Sala 2

Moderador: **Sílvia Maeso**

Lídia Oliveira e Silva, "Da necessidade de permeabilidade dos territórios das Ciências Sociais e Humanas e das Tecnologias da Informação e da Comunicação"

As Tecnologias de Informação e Comunicação naturalizam-se de forma consistente e continuada nas rotinas cognitivas e sociais em todos os níveis de actividade e em todas as faixas etárias. Pensar e analisar a contemporaneidade passa, necessariamente, pela necessidade de olhar o processo tecnológico. O discurso sobre este fenómeno tende ainda a ser excessivamente tecnocentrista como se a tecnologia conseguiu-se reflectir sobre si própria sem o distanciamento crítico necessário a esse processo. No contexto contemporâneo de comunicação rizomática urge incorporar a presença expressiva das Ciências Sociais e Humanas na dinâmica de concepção, desenvolvimento, validação e apropriação dos novos serviços de comunicações tecnologicamente mediados.

Querer compreender a sociedade em rede, das tecnologias da informação e comunicação, sem uma presença expressiva das Ciências Sociais e Humanas dará sempre lugar a visões solipsistas do discurso dos engenheiros e dos tecnólogos sobre si próprios. Quem quer inovar e avaliar de forma retrospectiva e prospectiva terá de incorporar cientistas sociais nas suas equipas.

As Tecnologias de Informação e Comunicação abrem um novo espaço antropológico que, por sua vez, abre novos territórios de intervenção e institucionalização das Ciências Sociais e Humanas. As empresas de serviços de comunicações começam a compreender que a incorporação, nos seus quadros de recursos humanos, de colaboradores da área das ciências sociais e humanas lhe traz uma visão mais aprofundada dos processos sociais que os serviços que eles desenvolvem suportam e, como tal, lhe trazem vantagem competitiva. Os cursos universitários da área das ciências e tecnologias da comunicação e da engenharias informáticas, de software e de telecomunicações só se podem efectivamente desenvolver enquanto formação superior, incorporando nos conhecimentos e competências a gerar nos seus formandos, se para além da componente tecnológica tiver um alicerce bem estruturado nas Ciências Sociais e Humanas. O objecto técnico incorpora e potencia o acto social. Qualquer que seja a instituição, escolar, empresarial ou outra, cujo foco sejam as tecnologias de informação e da comunicação (concepção, prototipagem, desenvolvimento e transferência para o tecido social e empresarial) para crescer de forma competitiva e sustentada deverá repensar o lugar das ciências sociais

e humanas no seu seio. E estas devem também questionar-se acerca do seu papel no seio da sociedade em rede, cuja pele se apresenta tecnológica mas cujo âmago é psico-social.

LÍDIA SILVA é Licenciada em Filosofia pela Universidade de Coimbra e Mestre em Tecnologia Educativa pela Universidade de Aveiro (em parceria com as Universidades de Valenciennes e Mons). É doutorada em Ciências e Tecnologia da Comunicação na Universidade de Aveiro, Dezembro de 2002. Obteve uma Menção Honrosa, no Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa, em 2003. É Professora Auxiliar no Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro.

André Azevedo da Fonseca, "As Ciências Humanas na era da distração: A apropriação dos media nos processos de investigação e de construção de sentido no mundo social"

O século 21 tem sido marcado pelo avanço exponencial das tecnologias de comunicação e pelo extraordinário volume de produção simbólica consumido pelos indivíduos. Atualmente, o próprio espaço público tornou-se uma revista multimédia repleta de apelos mercadológicos. Os recentes projectos de conversão de conteúdo televisivo e digital para telemóveis apenas reforçam essa onipresença dos média na vida coletiva. Assim, os cidadãos contemporâneos devem ser compreendidos como sujeitos permanentemente entrelaçados nessa teia mediática de produção de sentido do mundo social. Entretanto, um número reduzido de gigantescos conglomerados de comunicação estabeleceram um verdadeiro oligopólio da produção simbólica planetária. Sob o discurso de um falso multiculturalismo, comercializam uma visão estereotipada e folclorizada das diferenças culturais e não favorecem a expressão das complexidades da imaginação humana. Simultaneamente, o capitalismo contemporâneo consolidou um discurso publicitário que relaciona a cidadania e a identidade ao consumo desenfreado de bens simbólicos. Mas esse consumismo mediático impôs sérios desafios à cognoscibilidade dos indivíduos, de forma que, com o advento do controle remoto, foi inevitável o surgimento do *zapping* - uma alternância contínua e aleatória do receptor frente à programação simultânea das emissoras. Com a Internet, observamos uma hipérbole desse fenómeno através do *hiperzapping* - uma dispersão do usuário por *links* que simplesmente se desviam do assunto original.

Esses fenômenos são sintomas de uma *era da distração*, um tempo marcado pela busca por entretenimento ininterrupto e pela conseqüente espetacularização de todas as dimensões da vida social. Com isto, defendemos que as Ciências Sociais e Humanas devem se apropriar das linguagens e tecnologias da comunicação para interferir intimamente neste processo mediático de construção de sentido do mundo social. Para que as humanidades estimulem e interroguem a imaginação coletiva, é inevitável que incorporem em seus métodos uma interlocução corajosa e criativa com os média, a publicidade e as tecnologias. Conceitos como *Open Archives*, *Creative Commons* e *Copyleft* sugerem oportunidades históricas para a discussão de novas metodologias de investigação, divulgação científica e intervenção sociocultural mediatizada. É preciso que as ciências intensifiquem sua participação nesses espaços e assumam o desafio ético de dissolver-se no senso comum para contribuir na reinvenção cotidiana das idéias de seu tempo.

ANDRÉ AZEVEDO DA FONSECA é historiador, comunicólogo e doutorando em História Cultural na Universidade Estadual Paulista (Unesp/Brasil). É membro da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Nacional de História (Anpuh). É professor licenciado na Universidade de Uberaba (Uniube) e bolsista da Capes, no Brasil.

Andreia Moassab, "A prática da ecologia de saberes: Reflexões sobre a hipermídia educativa: A invenção do mesmo e do outro na mídia semanal"

O lugar das Ciências Sociais e Humanas (CSH) na universidade do futuro deve ser pensado a partir de uma ecologia dos saberes. Nesse rumo, pensamos atribuir às humanidades a função de tutores para fazer valer dentro da universidade os diversos conhecimentos que ao longo de séculos foram negligenciados pela ciência moderna hegemônica.

A questão que se coloca é: como efetivamente abrir espaço para estes conhecimentos, de modo a que façam parte da produção acadêmica, sem que pra isso se incorra numa hierarquização subordinada? Como enfrentar a racionalidade reguladora da Universidade para que se cumpra seu papel de tutora e tradutora da ecologia dos saberes?

Pensaremos esse papel das CSH a partir da experiência com a pesquisa "*A Invenção do Mesmo e do Outro na Mídia Semanal*", desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas em Mídia Impressa, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP/Brasil. Um dos produtos finais deste trabalho foi um banco de dados multimidiático, com navegação em hipermídia tendo em vista apoiar atividades de educação para as mídias. O eixo temático escolhido foi a contraposição miséria e violência (trazida pelos Outros) versus riqueza, saúde, sucesso e qualidade de vida (construídos para os Mesmos). A intenção é refletir

sobre essas construções midiáticas, mostrando outras direções de construções discursivas existentes na sociedade e em particular na periferia. Isto é, buscou-se construir um material audioverbal que incorpora múltiplas vozes e visões sociais sobre as representações do Mesmo e do Outro.

Neste trabalho participaram, além de especialistas, lideranças sociais, moradores de ocupação e da periferia, artistas do hip-hop e cidadãos comuns, são parte deste "outro" midiático, todos longe do perfil acadêmico do "especialista". Como estas experiências foram aproveitadas? Quais os conflitos ao longo do processo? Apesar da oralidade ganhar importância frente à escrita em trabalhos desta natureza, ainda assim para determinados conhecimentos, a oralidade é tão opressora quanto a escrita. Descobrimos conjuntamente que imagens e sons podem também dar conta de um discurso que não é oral, nem escrito. Esta descoberta foi imersa em silêncios reveladores. Desta maneira, alguns participantes colaboraram com material gráfico, sonoro e fotografia.

ANDRÉIA MOASSAB é arquiteta-urbanista, doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP (Brasil), com a pesquisa *Hip-Hop: Comunicação e Resistência no Brasil Contemporâneo*. Finalizou o mestrado em 2003, na mesma instituição pesquisando as relações entre arte e espaço urbano. Desde 1992 trabalha com planejamento urbano e desenvolvimento regional. Atualmente faz seu estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais.

Luís Mendes, "A crise do Marxismo e as geografias pós-modernas no estudo da gentrificação"

Durante as últimas três décadas, o mercado de habitação dos centros históricos das cidades do capitalismo avançado tem sofrido transformações significativas, do ponto de vista da emergência de novos produtos imobiliários e de novos formatos de alojamento, com consequências na organização espacial urbana. Estas transformações já algum tempo configuram o esboço de uma tendência de recentralização que diz respeito à revalorização de áreas na cidade centro e compreende a reabilitação de sítios antigos e o reaproveitamento de áreas subocupadas, para além dos processos mais permanentes de renovação pontual, ou em mancha, todos produzindo processos de gentrificação.

Numa última fase de estudo da gentrificação, a análise do fenômeno centrou-se nas teses da produção e do consumo. As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo. As primeiras teorias procuraram enfatizar a importância do capital e dos diversos agentes institucionais (Estado, Poder Local, Bancos e outras instituições financeiras) no processo de reestruturação do espaço urbano fazendo derivar o processo de gentrificação do movimento e circulação de capital nas áreas urbanas, procurando explicar este processo

através da desvalorização que sofre o solo urbano, face ao rendimento que um novo investimento poderia ter. Por seu turno, as teorias que privilegiam o consumo, entendem a gentrificação como consequência directa das mudanças verificadas na estrutura demográfica e social da população e no estilo de vida de certos sectores da classe média, nos valores e padrões de consumo a ele associados.

O desenvolvimento deste breve trabalho constrói-se, então, num percurso de discussão e reflexão teóricas das questões gerais inerentes ao paradigma marxista e às recentes tendências pós-modernas da evolução do pensamento geográfico, e do seu reflexo na metodologia e conceptualização a que recorrem os principais académicos dos estudos urbanos para o estudo da gentrificação. Procurar-se-á, assim,

interpretar este tema da geografia urbana equacionando-o sob o signo dos posicionamentos normativos gerais destes regimes explicativos da realidade sócio-espacial no âmbito da Epistemologia da Geografia e ainda da Filosofia da Ciência em geral.

LUÍS MENDES é Licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2002/2003. Mestrando em Estudos Urbanos, no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Enquanto Assistente na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, leccionou a disciplina de Geografia Urbana na Licenciatura de Arquitectura.